



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE LITERATURA**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**FRANCISCO WASHINGTON MOREIRA RIBEIRO**

**A FAMÍLIA NO ROMANCE VIDA E MORTE DE M. J. GONZAGA DE SÁ**

**FORTALEZA**

**2012**

FRANCISCO WASHINGTON MOREIRA RIBEIRO

A FAMÍLIA NO ROMANCE VIDA E MORTE DE M. J. GONZAGA DE SÁ

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras. Área de Concentração: Literatura Comparada.

Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Irenísia Torres de Oliveira.

Fortaleza

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

---

R369f Ribeiro, Francisco Washington Moreira.

A família no romance Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá / Francisco Washington Moreira  
Ribeiro. – 2012.

121 f. ; 31 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,  
Departamento de Literatura, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza, 2012.

Área de Concentração: Literatura comparada.

Orientação: Profa. Dra. Irenísia Torres de Oliveira.

1.Literatura e filosofia. 2. Barreto, Lima, 1881-1922. Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá –  
Crítica e interpretação. 3. Família – Aspectos sociais – Séc. XIX. I. Título.

CDD B869.3

---

FRANCISCO WASHINGTON MOREIRA RIBEIRO

A FAMÍLIA NO ROMANCE VIDA E MORTE DE M. J. GONZAGA DE SÁ

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras. Área de Concentração: Literatura Comparada.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Irenísia Torres de Oliveira (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Valdenia da Silva  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Adelaide Maria Gonçalves Pereira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

FORTALEZA

2012

## AGRADECIMENTOS

Agradeço

À professora Irenísia Torres de Oliveira, pela paciência da orientadora, pela competência da pesquisadora, exemplos para mim.

Aos meus primeiros professores, meus pais Otávio e Dejanira.

A todos do grupo Antonio Candido, especialmente Ana Maria Teixeira, Kedma Freitas e Renata Nunes.

Ao Aílson Lemos, colega e amigo do Mestrado.

À professora Ana Maria César Pompeu, pela ajuda na Qualificação e pelo livrinho sobre a história das mulheres.

A todos os funcionários do Departamento de Literatura.

À Funcap, pela bolsa de estudos.

## RESUMO

Este estudo procura acompanhar os significados que a família assume no romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (2006), de Lima Barreto. Na obra, a subjetividade das personagens levanta questionamentos sobre o valor da instituição familiar durante um período de aburguesamento da história brasileira, a Primeira República. A avaliação da família também antecede o momento republicano, quando o romance vai ao passado para observar as relações familiares como tradição. Reconhecem-se os conteúdos históricos que penetram o enredo, preservando-se a autonomia do texto literário. Este dá o rumo às considerações sociais, acomodadas como realidade tratada dentro da obra artística, assim, os juízos sociológicos possuem valor de dado estético. Conclui-se que o livro de Lima Barreto desconfia da família burguesa, recusada como microssistema de risco para a independência intelectual e crítica das personagens principais. Todavia, *Vida e morte* também põe em movimento as heranças paternalistas, as dificuldades que o sujeito tem de enfrentar ao se afastar da família, o que direciona as discussões sobre a associação familiar a um encontro entre passado e presente, sátira e reconhecimento, repúdio e aproximação da organização social em questão.

**Palavras-Chave:** Família. Romance. História. Subjetividade. Tradição.

## ABSTRACT

This study tries to follow the meanings that the family takes in the novel *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, by Lima Barreto. In the narrative the subjectivity of the characters raises questions about the worth of the family institution during times of bourgeois changes in the Brazilian history, the First Republic. The assessment concerning the family also precedes the republican moment, because the novel goes to the past to observe family relationships as tradition. We admit the historical matters that get into the plot, in the other words, we respect the autonomy of the literary text. It means that the literary judgment leads to the social considerations instead of the opposite attitude, therefore, the sociological arguments have aesthetic worth. In conclusion, Lima Barreto's book suspects the bourgeois family, refused as a microsystem that risks the intellectual and critical independence of the characters. However, *Vida e morte* also moves the Brazilian paternalistic inheritance and the difficulties faced when the person stays away from the family. Hence, the novel makes the discussions about the family in meeting between past and present, satire and appreciation, refusal and approach related to this social organization.

**Keywords:** Family. Novel. History. Subjectivity. Tradition.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ao vencedor - Ao vencedor as batatas.

Formação - Formação da literatura brasileira.

Memórias - Memórias de um sargento de milícias.

Memórias póstumas - Memórias póstumas de Brás Cubas.

Recordações - Recordações do escrivão Isaías Caminha.

Um mestre - Um mestre na periferia do capitalismo.

Br- Os Bruzundangas.

CA- Clara dos Anjos.

CAP- Correspondência ativa e passiva.

CC- Contos completos.

DI- Diário íntimo.

IC- Recordações do escrivão Isaías Caminha.

TC- Toda crônica.

TF- Triste fim de Policarpo Quaresma.

VM- Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá.



## SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO / 9**
2. **A FAMÍLIA NA LITERATURA BRASILEIRA: UMA PASSAGEM PELA CRÍTICA DE ANTONIO CANDIDO E DE ROBERTO SCHWARZ / 13**
  - 2.1. **Antonio Candido / 13**
    - 2.1.1. **Formação da literatura brasileira / 13**
    - 2.1.2. **“Dialética da malandragem” / 18**
  - 2.2. **Roberto Schwarz / 22**
    - 2.2.1. **Ao vencedor as batatas / 22**
    - 2.2.2. **Um mestre na periferia do capitalismo / 30**
    - 2.2.3. **Duas meninas / 36**
3. **TRADIÇÃO E FAMÍLIA EM VIDA E MORTE DE M. J. GONZAGA DE SÁ / 44**
  - 3.1. **Compadrio e apadrinhamento / 64**
4. **A FAMÍLIA SOB SUSPEITA / 73**
  - 4.1. **A mulher no romance / 99**
5. **CONSIDERAÇÕES FINAIS / 111**
6. **BIBLIOGRAFIA / 115**

“Os protetores são os piores tiranos”.  
*Diário íntimo, 1903.*

“Aleixo Manuel, o afilhado, trouxe-lhe — quem sabe? — para a vida alguma coisa que queria não viesse jamais, ou não reaparecesse nunca... Aleixo Manuel que ele pusera em sua casa, a fim de ficar sendo seu filho”.  
*Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá.*

## 1. INTRODUÇÃO

Em 1906, Lima Barreto começava a traçar os esboços iniciais de seu *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Sendo este um dos primeiros romances a serem escritos pelo autor, junto com *Clara dos Anjos*, o texto só viria a público em 1919. Mais de um estudioso, cite-se aqui apenas Osman Lins (1976, p. 111) e R. J. Oakley (2011, p. 144), já especulou sobre os motivos que levaram à demora do aparecimento de *Vida e morte*, tendo como orientação as palavras de Lima Barreto à curiosidade do crítico Gonzaga Duque. Seria o romance em questão cerebrino demais, distante da clareza que Lima contava atribuir à sua proposta literária.

Sem querer desdizer do que já se tem aceito quase como um truísmo, o caráter mais reflexivo do livro, acompanharemos o romance direcionando-o ao tema da família sem desprezar o fato de que *Vida e morte*, a despeito de suas singularidades, também corresponde ao que Lima Barreto erigiu como projeto artístico mais amplo. Neste caso, seguimos um trecho que interroga a família durante uma época de agitações da história brasileira, a Primeira República. Os questionamentos que o texto conduz à família amparam-se na própria postura individualista das personagens, mas também nas desigualdades das quais faz parte a instituição familiar como microcosmo social. Entretanto, o romance não se dedica a apenas satirizar a organização enfocada, pois não esquece que se passa em um meio de quatro séculos de história patriarcal. Assim, à medida que o livro possui reservas no que toca ao significado da família como cabresto social, também não abandona as referências familiares do passado, fazendo com que a tradição paternalista, mediante a memória, pelo compadrio e pelo apadrinhamento, constitua-se como dimensão relevante da composição romanesca.

Diante do pequeno esboço do problema de *Vida e morte*, buscamos compreender as formas e valores da família no romance. O objetivo apenas pode ser satisfeito enquanto acompanharmos as tensões entre os anseios de liberdade pessoal das personagens-chave e as condições genuinamente brasileiras da família.

O individualismo, como o entendemos dentro da obra, refere-se a uma situação de independência garantida pelos direitos que teria o sujeito acima das noções de classe, de raça, de sexo, da própria família no que esta possa representar uma limitação à autonomia pessoal. O ideário que vislumbra cada um como capaz de realizar sua própria liberdade, de alcançar o

sucesso pela própria capacidade, de utilizar a razão como fonte libertadora, surge como variável questionadora do padrão local com suas bases de família. O impasse, que é problema cultural e faz parte da nossa formação histórica, tem também suas implicações no campo da arte, objeto a que nos lançamos. Tal problemática, gerada entre a margem individual diante da família que pode reprimir o espaço do sujeito, já é relevada em nosso trabalho no primeiro capítulo, destinado a um levantamento teórico sobre como a literatura brasileira abordou o tema da família antes de Lima Barreto.

Seguimos aqui o afastamento e a continuidade que os textos do escritor de *Clara dos Anjos* permitem entrever no que se refere à literatura que os precedeu. Dessa forma, iniciamos as discussões sobre a família traçando um panorama geral acerca da rotação do tema no romance brasileiro, a partir das considerações de dois críticos: Antonio Candido e Roberto Schwarz. A referência do romance oitocentista ajudará a traçar um breve histórico sobre o tema da família na literatura brasileira e dirá o quanto das narrativas romanescas do século XIX se distancia ou mesmo se prolonga na obra barretiana de 1919: *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*.

Os textos escolhidos de Antonio Candido são o livro *Formação da literatura brasileira* e o ensaio “Dialética da malandragem”. Da *Formação*, enfocaremos a análise do crítico sobre a família nos romances de Joaquim Manuel de Macedo e de José de Alencar. Em “Dialética da Malandragem”, iremos até o espaço familiar das *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, saindo da família de classe média e abastada para considerarmos as relações mais livres da pequena burguesia carioca.

Logo depois, ainda no mesmo capítulo, nós nos dirigiremos aos três grandes ensaios de Roberto Schwarz sobre as relações paternalistas em Machado de Assis. Veremos, em *Ao vencedor as batatas*, como os romances *A mão e a luva*, *Helena e Iaiá Garcia*, afastam-se de *Senhora*, de José de Alencar, no modo de tratarem a família brasileira. Também, como a matéria paternalista nacional, pensada diante dos ideais liberais, participa da composição da fase machadiana de estreia. Em *Um mestre na periferia do capitalismo* e *Duas meninas*, respectivamente sobre as *Memórias póstumas de Brás Cubas* e o *Dom Casmurro*, Schwarz argumenta acerca da reviravolta do segundo momento de Machado de Assis, que diferente da sua fase inicial, já aborda a família por uma perspectiva mais crítica, sem buscar justificar as incongruências da organização aqui tratada.

A parte do trabalho que se segue ao capítulo inicial procurará acompanhar as reservas com que o romance de Lima Barreto encara a família, bem como as permanências paternalistas que o livro aciona. O primeiro capítulo acerca do livro de Lima, “Tradição e família em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*”, quer entender o significado que a narrativa confere à família do passado, de que modo esta se apresenta como orientação da existência de Gonzaga de Sá e de seu narrador Augusto Machado, à proporção que o pretérito familiar também se mostra como reduto de contrariedades. No tópico “Compadrio e apadrinhamento”, o tema da família se desliga do âmbito memorialista do subtítulo anterior para explorar a ligação entre compadres, padrinho e afilhado. Aqui, o texto pergunta acerca do sucesso que uma relação tipicamente paternalista pode ter como vínculo mais afetivo, mais livre de encargos para os protegidos.

No capítulo “A família sob suspeita”, o segundo sobre *Vida e morte*, veremos em plena ação os conteúdos que desconfiam da família. A instituição em jogo se mostra com os motivos que fazem com que o intelectual a recuse. Ao mesmo instante, o romance conjectura sobre os reveses a que o indivíduo se submete ao ficar longe dos lugares sociais, entre estes, o familiar, fazendo com que as personagens alimentem dúvidas sobre as suas restrições à família. Ainda neste tópico, nós nos inclinamos a pensar como a autonomia do sujeito e o paternalismo figuram como índices não dicotômicos, que não se excluem precisamente, pois a estrutura do romance deve a ambos os lados. Por fim, no último ponto a abordar da narrativa de Lima Barreto, “A mulher no romance”, discute-se como a posição secundária que a mulher ocupa na obra corresponde às limitações que o ranço paternalista ainda faz valer durante a República, seja porque a mulher ainda está ligada ao lar, seja pela dependência ao homem, ou por ocupar posições desprestigiadas no mundo do trabalho.

Como se deve ter percebido até aqui, a história social brasileira, socioeconômica e ideológica, atravessa as considerações desta “Introdução”. A relação que o presente estudo estabelece entre o caráter histórico e o estético não encara a obra como transposição direta do nível real para o artístico. O romance não se separa da realidade concreta, mas isto não quer dizer que se obrigue à cópia da mesma realidade. Por isso, embora não possamos levar nossas considerações à frente sem o referente real, entendemos que a narrativa o transcende, o que significa que se ampara em um momento sociocultural sem que se obrigue a reproduzir fielmente o dado externo, ou seja, o artístico deve ser reconhecido em sua autonomia.

O modo pelo qual o romance aborda a família não pode ser desdito por quaisquer elementos de realidade. Estes são trazidos para iluminar o aspecto estético e não o oposto. Assim, o romance não figura como comprovação do que realmente ocorreu no Brasil da República Velha, isto é, como esclarece Antonio Candido (2010, p. 13-25), a obra jamais deve ser tomada como produto, antes, oferece-se como entidade autossuficiente com função ante os processos culturais, os quais, entretanto, não devem preceder o estético. Ainda para o mesmo autor, o social “importa não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura da obra, tornando-se, portanto, *interno*” (CANDIDO, 2010, p. 14).

Também abraçamos a visão de Adorno (2003, p. 67-68), para o qual os estudos entre arte e sociedade devem resguardar-se de tentar provar os interesses reivindicados por um sujeito autor, ou pela própria obra. A unidade social que a narrativa reorganiza não denota que devemos justificar que Lima Barreto ou que *Vida e morte* defendam uma determinada postura ante o fator externo ligado à família. A obra não deve ser estudada para comprovar ideologias, uma visão fechada a respeito de um mundo fora dela. No que a arte reelabora o real, este aparece como unidade que não tem em mira motivações ideológicas, já que estas só ganham sentido artisticamente, quando atingem uma significação interna ao texto. Assim, não se trata de dizer que a narrativa de Lima Barreto reproduza verdades históricas do momento a que está ligada, mas que as contradições sociais fizeram parte da formalização literária.

## 2. A FAMÍLIA NA LITERATURA BRASILEIRA: UMA PASSAGEM PELA CRÍTICA DE ANTONIO CANDIDO E DE ROBERTO SCHWARZ

### 2.1. Antonio Candido

#### 2.1.1. Formação da literatura brasileira

*Formação da literatura brasileira* (2007), de Antonio Candido, estrutura-se sobre uma postura crítica que procura compreender o trabalho estético de nossos escritores em conjunto com o processo social de conquista e interpretação da consciência nacional, elaboração que faz parte da formação do nosso sistema literário. O cerne deste marco dos estudos estético-sociológicos no Brasil tem como pressuposto crítico a conhecida dialética entre *cosmopolitismo* e *localismo*, ou seja, a adaptação dos modelos artísticos europeus aos temas e à matéria social brasileiras. Desta dialética, ainda falaremos quando chegado o segundo módulo deste capítulo, destinado aos ensaios de Roberto Schwarz, herdeiro da interpretação artística que busca as interfaces entre o plano internacional e o particular brasileiro.

A *Formação* inicia seu quadro da literatura brasileira com o Neoclassicismo, para logo em seguida argumentar a favor da permanência da matéria árcade em nosso Romantismo, negando assim a separação automática entre estilos de época. Os românticos trabalham para aproveitar o projeto nacionalista dos autores neoclássicos, tanto quanto ousam novos modelos artísticos que trarão para o sistema mais do que a poesia lírica e a épica moderna dos árcades. Neste momento, o romântico, vemos o romance se firmar, forma artística que priorizamos para as considerações sobre a família, tanto no que respeita à literatura crítica na qual nosso trabalho se embasa, quanto no que se refere a seguirmos os passos do organismo familiar diretamente na prosa de Lima Barreto.

Como critério para entender a consolidação das letras nacionais, Antonio Candido abraça o pressuposto de uma literatura interessada, de árcades e românticos comprometidos com a missão de afirmar a autonomia da jovem nação que se formava. Mesmo não se tratando da literatura indianista e do regionalismo heroico, mesmo que o artista pareça exprimir uma realidade puramente individual, é uma tomada de consciência que as letras então transmitem, a fim de procurarem delimitar uma forma social e estética brasileiras. A fantasia tão inerente à

Literatura tem de se equilibrar com a iniciativa documental do escritor, para o qual a tentativa de inferiorizar o solo pátrio pode ser considerada traição. A literatura, disposta a dar a sua contribuição à construção da identidade nacional, ela própria procurando definir a si, quer mostrar as vantagens da nação nascente, o que, para o tema que estudamos, significa não desdizer da pureza das famílias.

Muitos são os escritores e livros contemplados no referido estudo de Antonio Candido. Não poderíamos, de acordo com nossa proposta, procurar as significações da família brasileira em cada romancista a que o crítico lançou seu olhar. Antes, queremos reconhecer o esteio comum às obras de tantos autores como material sublimado em dois deles, os quais apontarão a um referencial valioso, cujos sentidos virão à tona mais claramente quando nos detivermos mais diretamente no romance barretiano. Sendo assim, Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar são as referências escolhidas de *Formação da literatura brasileira*, preferência que se explica pela recorrência da família nacional na prosa de cada um dos autores, por seus lugares de consolidadores do romance brasileiro.

Ao analisar a obra de Macedo, no subtópico “O honrado e facundo Joaquim Manuel de Macedo”, Antonio Candido precede ao estudo dos romances do autor carioca algumas considerações sobre duas linhas diferentes de elaboração estética, dois planos de processos artísticos. Na primeira linha, encontram-se os escritores seguros de seus anseios, os quais limitam as concessões feitas ao público. No outro grupo, estão os escritores que se moldam mais facilmente aos padrões correntes de criação e de comunicação literárias, sem projetos de rebelião contra as formas artísticas. Sem querer dizer que os da primeira espécie são sempre bons, e medíocres os da segunda, ou mesmo que cada linha exista em forma pura para cada romancista, Macedo é avistado pelo autor de *Literatura e sociedade* no segundo grupo.

A constatação é valiosa porque adianta que, não disposto a um psicologismo social que criasse problemas ao preceito paternalista, Macedo não se colocaria contra a família em uma sociedade que exigia que se comportasse decentemente diante do sagrado padrão familiar e católico. Não por acaso, o literato recebe o título de “o romancista querido das famílias” (CANDIDO, 2007, p. 460). Em sua obra, não constam revoltas contra o paternalismo. Os temas e expressão dos mesmos tendem antes do final dos textos, se houver alguma leve contenda que os inimize com a sociedade, a se harmonizarem e se perdoarem sem margem para que se duvide das razões e sentimentos de família. Conforme ocorre em *A luneta mágica*,



a visão do mal que faz com que mano Américo, tia Domingas e prima Anica pareçam terríveis, desvanece-se na visão do bom senso nacional, que não difunde desrespeitos, bem como permanece cuidadosa em relação aos exageros romanticamente pessimistas que a visão do bem parece caricaturar.

O crítico vê ainda duas dimensões na produção macediana: uma afim com a realidade cotidiana carioca e brasileira, a outra de comprometimento com o momento romântico. A primeira já foi mencionada em alusão a uma orientação pró-paternalista, caracterizando a prosa de Macedo como familiar, tanto nos temas como na própria absorção dos conteúdos cotidianos por uma expressão de linguagem de prosa falada, da conversa do dia-a-dia. Da segunda dimensão, fazem parte as próprias concessões ao Romantismo, que, contudo, constituem-se livres dos exageros de sentimento e de heroísmo da escola.

O plano de realidade que vincula a literatura macediana à observação do cotidiano da Corte é, pois, o da prosa que mede as personagens de acordo com a referência familiar. Assim, as senhoras de *A moreninha* têm seus contornos marcados mediante a posição que guardam de filhas ou esposas de comerciantes, enquanto que em *O moço loiro*, duas famílias sustentam as situações narrativas.

Nos romances de Macedo, as situações exprimem-se por uma linguagem também caseira, o que faz com que os livros do autor pareçam “narrativa oral de alguém muito conversador” (p. 454), dialogando durante as reuniões de família. Embora este aspecto pareça fechar seus livros à penetração realista mais profunda, tal caráter traz a vantagem de não partilhar as limitações do devaneio sentimental do estilo de época, que não chega a se afirmar vencedor do anedotário local. A simplicidade da feição de conversa é incapaz de trair a realidade da classe média urbana. Neste sentido, o romancista dedica uma posição ao prefácio familiar, o casamento à brasileira, que por outro lado, também não deixa de se encontrar envolto nos mecanismos da moral burguesa. De acordo com esta, o homem deve conquistar seu espaço social. Entretanto, o meio para isto é o carreirismo matrimonial que permite ao varão alçar-se a posições no círculo quase cerrado da propriedade brasileira. Ocorre assim o contato entre o interesse de mercado e o individualismo moderno com uma sociedade de classes rígidas, na qual a vantagem do negócio do matrimônio tenta equilibrar-se com a paixão romântica, sem que se procurem as contradições entre estes dois planos.

O segundo subcapítulo que viemos comentar do livro de Antonio Candido, “Os três Alencares”, mostra-nos um José de Alencar sentimental e de idealização heroica, bem como outro que explora mais as situações reais e psicologizantes. Detalhando mais ainda as considerações sobre o escritor de *Iracema*, falar-se-ia em um primeiro Alencar, o heroico, dos romances indianistas e históricos. O seguinte é o urbano, do sentimentalismo e da forte presença feminina. O último, que não está livre de se interpenetrar aos outros dois, é o da alma humana mais estudada, aprofundada por uma visão mais aguda do homem e da mulher junto à complexidade das relações sociais. Este é o caso, por exemplo, do perfil que predomina na organização dos romances *Senhora* e *Lucíola*. É este Alencar, o qual começa a sugerir desvios nas relações de sociedade, a face do romancista que nos interessa sobremaneira.

As considerações sobre a família já constituída são bastante tênues neste fragmento da *Formação*. Recae principalmente sobre o preâmbulo patriarcal do casamento, que mais uma vez, como vimos em Macedo, transforma-se nos degraus para a ascensão social. Nos romances alencarinos nos quais os heróis são foco, a exemplo de *O guarani*, *O sertanejo* e *O gaúcho*, a união feliz é privada aos protagonistas, como se tal desfecho fosse uma desonra à energia guerreira. Já nas narrativas que se passam na Corte, quase não existe lugar para o misantropo, para a figura solitária que pudesse indispor a composição romanesca com a instituição social e religiosa do casamento.

“Como em quase todo romancista de certa envergadura, há em Alencar um sociólogo implícito” (p. 540). É a partir do olhar deste observador do humano que o casamento se coaduna com as relações burguesas que trazem ao enredo o poder do dinheiro, agente de felicidade dos heróis da sociedade oitocentista, temática que chega a se mostrar também fora do espaço urbano. Em *Diva*, *A pata da gazela*, *Tronco do ipê*, *Til* e *Sonhos d’ouro*, o moço de talento, inteligente, porém pobre, tem no horizonte da realização social o sucesso conquistado graças à união com a moça de família rica, à qual cabe conseguir em troca, um marido promissor.

O cavalheiro que alcança prestígio social e autorrealização não coloca o carreirismo na qualidade de competição que dispensa o apadrinhamento da família abastada, como se faria supor em sociedade de maior mobilidade social. Uma movimentação torta, sem livre iniciativa, faz com que o sucesso da personagem masculina dependa da herdeira rica, que de

acordo com os preceitos românticos não divisará mácula no amado, sempre virtuoso, sempre casto em suas intenções. Alencar “ajeitou quase sempre seus heróis com paternal solicitude” (p. 542), não permitindo falar em cálculo interesseiro, desfeito pela pureza do amor romântico.

Não se queira dizer que o romancista tenha dado as costas aos conflitos entre as relações materiais e do espírito, apenas se ressalte que as contendas mais psicológicas e sociológicas não ganham, no caso do casamento e no que este aponta para a defesa da família, uma extensão mais densa que sacuda as personagens entre conflitos que as façam contestar o significado da família. Comprova-o tal limitação o final feliz de *Senhora*, em que a mácula da conspurcação econômica transforma-se em inevitável caminho para a felicidade conjugal.

Como os motivos que levam ao casamento, a família também não é questionada, o que por outro lado, mais do que um caso de imperícia artística, deve-se aos padrões de idealização romântica. Antonio Candido afirma que:

Há nos seus livros o impudor muito romântico de ostentar e acentuar sentimentos óbvios: mães, pais, irmãos, são amados com uma veemência que anula as penumbras da afetividade, como se o romancista quisesse pagar tributo à instituição da família pela hipertrofia das suas relações básicas (CANDIDO, 2007, p. 546).

Desse modo, o sentimento familiar é romântico, enquanto que aqueles que o partilham, pertencem ao espaço da família brasileira, que por ser definida por relações em nível básico, acaba balizando a observação mais penetrante da associação familiar grande, com seus parentes, dependentes, agregados domésticos e beneficiados em geral. Por enquanto, tal qual em Macedo, as passagens estéticas para se chegar ao dia-a-dia da família não se abrem como relação social crítica, a qual é brasileira em seus contornos, mas superficial em nível de problematização, assunto a que voltaremos novamente, quando chegarmos às considerações acerca da obra de José de Alencar em *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz.

Ainda assim, é preciso considerar que Macedo e Alencar são parte de uma geração que procurou contribuir com a conquista da identidade nacional. A família nos dois romancistas mostra-se com pouca profundidade, mas ir à busca dela poderia comprometer a prosa com o dever de dizer quem era a nação. Desvirtuar a família para estes escritores seria manchar a imagem da pátria, um passo atrás na missão de defender a integridade brasileira. A observação não redime nem culpa os românticos por terem descontado o núcleo patriarcal de

seus desacertos de sociedade escravista. Para Antonio Candido, não se pode condenar ou louvar este nacionalismo artístico sem considerar seu significado sociocultural, que é o da construção da unidade recém-constituída de um povo.

### **2.1.2. “Dialética da malandragem”**

Em “Dialética da malandragem”, Antonio Candido avalia o sentido da filiação das *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, ao romance picaresco espanhol. O crítico chega à conclusão de que a ligação entre a estética pícaro e a narrativa em questão é tênue e acidental, sendo outra a chave de fatura do romance brasileiro. Na verdade, neste imperam duas expressões. Uma ampla, relativamente folclórica, semi-arquetípica, confirmada pela dita “sina” que persegue Leonardo Filho, pelo anonimato de personagens designadas pela profissão e pela posição de grupo, pela própria sentença que abre a narrativa: “Era no tempo do Rei”. Junto a este estrato popularesco, participa um outro nível, que traz as cenas do Rio de Janeiro joanino mediante um “realismo espontâneo e corriqueiro, mas baseado na intuição da dinâmica social do Brasil na primeira metade do século XIX” (CANDIDO, 1998, p. 29). Neste último módulo, despontam as relações de família de que viemos falar.

Como romance contado em terceira pessoa, as *Memórias* são comunicadas por um narrador que varia seu ângulo de visão entre diversos elementos humanos. Vai-se do Leonardo Pai ao Leonardo Filho, daqui ao Compadre e à Comadre, em seguida à Cigana, ao major Vidigal. Trata-se, pois, de um panorama de grande mobilidade, ao passo que também restrito, considerando que se detém sobre a pequena burguesia do Rio da época, sem incidir sobre a corte portuguesa domiciliada na cidade, a aristocracia local ou a escravaria, para lhes trazer ao centro do romance.

Dentro deste recorte humano, as relações de família alcançam uma fluidez sem paralelo na literatura brasileira do século XIX. Tal singularidade torna-se princípio estrutural pela via de um movimento dialético entre ordem e desordem, cujo acerto evidencia-se por um deslocamento do apanágio da moral burguesa, do estilo romântico, dos preconceitos nacionais, em direção a um mundo sem culpa.

Leonardo Pai faz parte da esfera da ordem como oficial de justiça, mas acaba entrando no mundo da desordem em decorrência de sua ligação sentimental com a Cigana, até que já mais velho, receba novamente a aprovação da ordem. No balanceio narrativo, o major Vidigal encarna o estrato da ordem, mas que diante das recordações e possíveis promessas amorosas de Maria Regalada, desce do pedestal de defensor dos costumes para soltar Leonardo Filho da prisão e ainda o recompensar com o posto de sargento de milícias. Desta forma, sem dicotomias ideológicas todos tomam parte do trânsito entre o oficial e o não oficial, que também se destaca em relação ao compadrio, ao casamento e às famílias constituídas.

Leonardo Filho conta com a proteção do Padrinho desde a infância até se tornar sargento, mas o mesmo protetor havia adquirido os meios de suprir o afilhado mediante o ouro roubado de uma herança não entregue aos donos legítimos. A figura que personifica a ordem da tentativa de encaminhar o afilhado ao futuro, apoiando Leonardo Filho materialmente no presente, é seguida pela desordem surgida com um delito. Entretanto, a violação não se apresenta como criminosa, já que o Padrinho não perde a aura de bom defensor do afilhado por conta da falta, e sem a ter feito, não poderia tornar seu protegido um cidadão honesto. A linha divisória entre a convencionalidade do certo e a anormalidade do errado inexistente no caso.

Sob a mesma oscilação, Leonardo Filho deixa a estabilidade dos planos que o Padrinho e a Madrinha lhe reservam, lançando-se à desordem das promessas de prazer e da personalidade mais instintiva de Vidinha, para logo depois, voltar à posição mais segura mediante o casamento com Luisinha. Esta, diferente daquela, possui um perfil mais abastado e a que apenas se pode unir acatando o matrimônio com as obrigações ante a parentela. Enfim, comprometimento que não existe no horizonte da mancebia com Vidinha, a qual representa vida mais livre de uma “curiosa família sem obrigação nem sanção” (CANDIDO, 1998, p. 40).

Note-se que a situação, apesar do desnível da diferença material que há entre Leonardo Filho e Luisinha, diverge do que vimos em Macedo e Alencar, no que concerne ao casamento. Decerto, Luisinha possui herança, mas já não se discorre sobre a donzela destinada ao amado, pois ela já é viúva ao se unir a Leonardo. Além do mais, o esposo não é moço culto e de talento que deva ser amparado pela família de posses, a qual tem de aproveitar o cabedal espiritual do mais pobre juntando-o aos bens materiais. Leonardo Filho não é acolhido e nem

faz carreira, apenas é dirigido pela “sina” que impulsiona o pêndulo sem repouso da ordem e da desordem. Sem que se acione a moral do merecimento, acresce ainda que o casamento não traz consigo as limitações do *happy ending* romântico, pois nem é justa recompensa, nem resolução fantasiosa das tensões. Ao contrário, o narrador partilha a resolução sem muito entusiasmo, o qual fica reservado às antigas promessas de aventura ao lado de Vidinha.

O mundo da família, bem como de suas perspectivas de formação, entre pais e filhos, compadres e afilhados, casados, não é dominado, dentro do vertiginoso movimento das situações, por uma moral culposa. Tanto é que as peripécias narrativas são impulsionadas pela aplicação de golpes, pelas relações amorosas ilegítimas e instáveis, pelos arranjos encaminhados por segredos pessoais. Tudo isto está estruturado para fazer coerentes as idas e vindas das situações, com um mundo sem culpa possível graças à restrição da vida brasileira a uma camada específica da população, que agora pode movimentar-se sem as ameaças do mando patriarcal. Assim, as *Memórias* selecionam um grupo humano, sendo que tal ajuste não avança como bandeira de classe, de época, de estética, como acontecia com a literatura brasileira do mesmo século. Confirma-o Antonio Candido na citação abaixo:

O sentido profundo das *Memórias* está ligado ao fato de não se enquadrarem em nenhuma das racionalizações ideológicas reinantes na literatura brasileira de então: indianismo, nacionalismo, grandeza de sofrimento, redenção pela dor, pompa do estilo etc. Na sua estrutura mais íntima e na sua visão latente das coisas, este livro experimenta a vasta acomodação geral que dissolve os extremos, tira o significado da lei e da ordem, manifesta a penetração recíproca dos grupos, das idéias, das atitudes mais díspares, criando uma espécie de terra-de-ninguém moral, onde a transgressão é apenas um matiz na gama que vem da norma e vai ao crime. Tudo isso porque, não manifestando estas atitudes ideológicas, o livro de Manuel Antônio é talvez o único em nossa literatura do século XIX que não exprime uma visão de classe dominante (CANDIDO, 1998, p. 51).

Por conseguinte, a gente branca que não é dona do mando não tem que se haver com a racionalização moral do *favor* da classe favorecida. O arbítrio paternalista está presente, indiretamente inscrito, como estaria a sociedade escravista em qualquer romance da época que trouxesse a família rica a depender da gente cativa para garantir seus privilégios, ainda que o escravo não fosse o foco romanesco. A questão principal não é, pois, que a matéria local inexistia, mas que a prerrogativa da gente de posses não limita a pequena burguesia a advogar pelo privilégio de seus senhores. Não se procura disciplinar poeticamente o paternalismo, pois o mundo sem arrependimento não conta com o substrato conservador que recebe o colorido da idealização, já que tudo se permite dentro do grupo humano que não controla as rédeas sociais do país. Desta maneira, o conteúdo burlesco da obra troca a regularidade da ordenação

patriarcal pela difícil ordem de “vinte mancebias a cada casamento e mil uniões fortuitas a cada mancebia” (p. 44). Vemos Leonardo Pai, o Filho e por fim o major Vidigal, entrarem em uniões e acordos ilícitos que desconcertariam os anseios de nação nova tentando disciplinar irregularidades, das quais uma literatura dita empenhada procurava fugir.

Nas palavras de Antonio Candido, a insegurança de um país que ainda tentava definir sua identidade fez com que nossa literatura, inspirada em sociedades mais antigas, transmitisse “modelos de contensão, que aparecem em todos os setores” (p. 49), a fim de esconder o recalque de cultura ainda insegura por se encontrar em formação. O romance de Manuel Antonio, ao contrário, não tendo que se justificar com a obrigação de poetizar a realidade do núcleo familiar extenso e abastado, acabou permanecendo como obra válida justamente por não ter a pretensão dos compromissos sociais e estéticos como estigmas de época.

A realidade local, embora não apareça na forma patriarcal autoritária, figura na convivência entre ordem e desordem gerada pela sociedade brasileira ainda pouco estabilizada. O âmbito histórico também se faz visto nas uniões conjugais com certa frouxidão, outro foco para os costumes de classe e de época, agora não encobertos pela unilateralidade dos padrões nacionais que procuravam referências mais enobrecedoras.

Mas para Antonio Candido, o grande achado das *Memórias de um sargento de milícias* não reside na sua expressão de crônica dos tempos. O documentário acaba por transcender a parcialidade informativa dos costumes, enquanto incorporado à totalidade romanesca. A descrição faz com que os costumes, familiares, por exemplo, englobem-se à fatura artística, direcionando as ilhas anedóticas, a parcialidade histórica, para além de um mero realismo de transposição do cotidiano.

Na obra em questão, o senso de realidade advém da dinâmica familiar de uma faixa humana média, com maior liberdade de costumes, podendo, graças à situação de pouca estabilização de normas sociais, deslizar por extremos sem culpa. A formalização artística da realidade em generalidade realista que não se restringe à bandeira de grupo, à fotocópia estética, à historicidade limitada pelo aspecto documental, foi o grande acerto de Manuel Antonio de Almeida, que distanciou sua obra da segurança escravizante das ideologias, do conservadorismo disfarçado das famílias.

## 2.2. Roberto Schwarz

### 2.2.1. Ao vencedor as batatas

Os estudos de Roberto Schwarz em sua trilogia machadiana, constituída por *Ao vencedor as batatas* (2008), *Um mestre na periferia do capitalismo* (2008-a) e *Duas meninas* (2006), oferecem-nos um panorama que encaminha a pensar a família e seu substrato paternalista para os textos romanescos de Lima Barreto. Analisaremos cada um dos grandes ensaios em separado, obedecendo à respectiva ordem de publicação de cada um, tendo também em conta o paralelo que o crítico acaba traçando entre a literatura machadiana e as obras de outros autores. Iniciaremos os comentários com *Ao vencedor*, passando em seguida à segunda fase machadiana, foco dos outros dois trabalhos críticos de Schwarz. Teoricamente, o estudo segue a ordem do tempo, ou seja, os ensaios acompanham os anos de edição dos romances referidos dos mais afastados aos mais recentes em cronologia de publicação. Por razões bastante lógicas, conforme veremos, esta é a ordem de precedência de Schwarz, que também seguiremos.

*Ao vencedor as batatas* discute os romances da primeira fase de Machado de Assis, tomando como contraponto “A importação do romance e suas contradições em Alencar”, a fim de mostrar os caminhos seguidos por cada um dos autores brasileiros no que se refere à formalização da referência liberal burguesa em contato com a base paternalista nacional. Tal trânsito levanta questionamentos sobre a família, inserida no que o crítico denomina “torcicolo cultural” (SCHWARZ, 2008, p. 12), gerado pelo desnível entre os ideais que nasceram em solo europeu, mas que acabaram se estruturando nos enredos de um Brasil de família conservadora em moldes paternalistas. Em um país cujo quadro social constituía-se do latifúndio, do dependente da família abastada e do escravo, Schwarz persegue os anseios de liberdade e igualdade redirecionados pelo chão socioeconômico daqui. A ênfase, mais precisamente, salienta como nossa literatura oitocentista tratou dos elementos humanos livres da sociedade, como forma de disfarçar a vergonha do sistema escravista, que é determinante nos romances, embora as narrativas não lancem como foco a figura do escravo. Se ideologicamente bebíamos da fonte europeia, a supraestrutura local trataria de acomodar os influxos humanistas, impasse que pressupostos de pura imanência estética não dão conta



como categoria de análise. Leiamos na passagem abaixo, o que afirma o próprio autor a respeito:

[...] a matéria do artista mostra não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência. Ao formá-la, por sua vez, o escritor sobrepõe uma forma a outra forma, e é da felicidade desta operação, desta relação com a matéria pré-formada — em que imprevisível dormita a História — que vão depender profundidade, força, complexidade dos resultados. São relações que nada têm de automático, e veremos no detalhe o quanto custou, entre nós, acertá-las para o romance. E vê-se, variando-se ainda uma vez o mesmo tema, que embora lidando com o modesto tic-tac de nosso dia-a-dia, e sentado à escrivaninha num ponto qualquer do Brasil, o nosso romancista sempre teve como matéria, que ordena como pode, questões da história mundial; e que não as trata, se as tratar diretamente (SCHWARZ, 2008, p. 31).

As Luzes dos Direitos do Homem, ainda que sem brilho para trazerem a escravaria para dentro do romance de modo significativo, não deixaram de agir em nossa vida intelectual e política, chegando à literatura para buscar equilíbrio estético junto à categoria do *favor*, mecanismo de conduta mútua que medeia as relações entre os membros da família de posses e todos os tipos sob sua tutela na sociedade brasileira. Deste modo, nos romances estudados pelo crítico em *Ao vencedor*, ou seja, *Senhora*, de José de Alencar, *A mão e a luva*, *Helena e Iaiá Garcia*, de Machado de Assis, encontramos-nos com famílias extensas. Sob o teto destas associações, as personagens de mesmo vínculo sanguíneo inexistem em vida social, caso sejam isoladas da referência do dependente, do afilhado, do agregado, cuja dinâmica de relações também é preciso respeitar em grau de particularidade para cada romance.

Mas como pioneiro de uma cultura ainda em caminhos de formação, ligada intelectualmente à Europa, Alencar também encontrou à sua frente o universalismo, a liberdade de trabalho e a igualdade perante as leis, os quais, no entanto, pareciam balizados pela base escravista e pelo sistema de proteção, os quais redirecionavam as perspectivas mais libertárias. Assim, a história que se dissolve na obra literária não precisa desenrolar-se efetivamente na sociedade do Brasil para que o escritor esteja em dia com o ideário ocidental da filosofia, do pensamento social, da literatura. Pouco ajuda então insistir no valor de objetividade social do pensamento liberal dentro da forma artística daqui, como se as ideologias apenas pudessem ser elas mesmas quando transplantadas exatamente iguais a como ocorriam no Velho Mundo. Era impossível que as ideias europeias mantivessem aqui a mesma expressão, desajustadas que estavam pelo colonialismo. Contudo, mesmo desfocado, o mesmo pensamento de além-mar fazia-se indescartável, com risco de parar a vida intelectual e

política do país caso se tivesse encontrado um meio de o banir por completo. Por isso, Schwarz reconhece que não vale querer provar a falsidade das ideias liberais entre nós, mais “interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira” (SCHWARZ, 2008, p. 26).

Como resultado do deslocamento ideológico em meio local, Schwarz ressalta que a nota familista em *Senhora*, com suas figuras e anedotas que caracterizam o cotidiano brasileiro, vê-se sacrificada em nome de um enredo europeu, que exclui relativamente as relações de *favor*, colocando como secundário o relacionamento entre senhores e dependentes, regido pelo arbítrio do senhor-senhora do teto patriarcal. O plano da família paternalista na dada posição não teria força plena para se afirmar, amputando uma possível inclinação realista do romance em direção ao âmbito localista. A família como nota de realidade se reduz à incapacidade da vida vivida em colocar-se sobre a vida pensada, questão a que Machado de Assis, em sua estreia romanesca, responderá diferentemente.

Para mostrar a esfera familiar mediante as relações de *favor* em *Senhora*, tem-se de apontar até que ponto o paternalismo aparece como plano tímido diante da vitória da dimensão romântica mais europeizada, que toma conta da composição do perfil de mulher alencarina. Para tanto, concebamos “uma esfera singela e familiar” (p. 42), nacional e incontestada, com direito ao tio, à mãe de encomenda e ao poderoso senhor patriarcal, que é o avô de Aurélia. Por outro lado, não se esqueça da dinâmica do dinheiro que acompanhará o trecho da obra, que permite à Aurélia, pelos mil contos deixados pelo avô, tornar-se uma senhora patriarcal e comprar o próprio marido, Seixas, que antes não quis casar com a jovem também por razões de dinheiro.

Segundo Schwarz, a espinha da ficção se vê quebrada por dois modos incompatíveis entre si. Um é o plano burguês do dinheiro como força que se transforma em medida de tudo, tornando a todos mercadoria, carregando a prosa alencarina de implicações morais bem ao gosto da ficção europeia exemplificada por Balzac. O outro lado, com o qual o primeiro nível se encontrará e gerará um impasse, é o local, isto é, o da família brasileira que acaba por ser frustrada, reduzida graças ao senso mais ocidentalizante da obra. Ocorre que enquanto *Senhora* se filia a um romantismo que se preocupa em refletir as contradições do mundo burguês, entre elas o poder do dinheiro, esquece as dificuldades locais, eximindo-se de inserir a própria família na mesma linha infame que faz força para criticar.

Assim, a motivação ilustrada da obra fica em desnível com seu peso social, porque “trata como sérias as idéias que entre nós são diferentes, como se fossem de primeiro, ideologias de segundo grau” (p. 47). Assim, o romance atinge apenas superficialmente as figuras nacionais, quer dizer, o fazendeiro rico, o comerciante, a mãe, a governanta pobre. Todos os que participam da prática do *favor* da família patriarcal fazem figura opaca, cujo contorno é o das brutalidades locais sempre negadas.

Para o ensaísta, Alencar referenciou-se na composição romanesca balzaquiana, que, contudo, encontra-se em desarmonia com o dado nacional, que fica afogado, restrito, como uma dicção reservada à periferia do livro. Este, entretanto, faz-se presente mediante poucas personagens secundárias responsáveis pelo viés local, necessário para que o livro sobreviva como expoente brasileiro, para que se possa considerar que ele se passa no Brasil.

Observemos brevemente o enredo de *Senhora* para a comprovação dos argumentos. Pedro Camargo, pai de Aurélia e filho de fazendeiro rico e temido, apaixona-se pela mãe de Aurélia, quando vem à Corte estudar medicina. Pedro morre sem revelar a família ao pai, o qual, anos depois, descobrindo o acontecido, deixa uma herança de mil contos para a neta. Sobre esta trama familiar, a despeito da aparente força dramática que a recobre, Schwarz observa que:

[...] embora estejam presentes os elementos do romance realista, a diferença é total: nem o avô — de quem Aurélia irá herdar a fortuna mais adiante — faz figura detestável por ter filhos naturais, nem o filho é condenado em nome do Amor que não moveu montanhas, ou da Medicina, que não era sua vocação, nem a sua mulher é diminuída por ter desrespeitado família e conveniências, e nem a família dela, que afinal de contas era pobre e numerosa, pode condenar-se porque não incorpora um estudante sem tostão. Noutras palavras, amor, dinheiro, família, compostura, profissão, não estão aqui naquele sentido absoluto, de sacerdócio leigo, que lhes dera a ideologia burguesa e cuja existência imperativa dramatiza e eleva o tom à parte principal do livro. Não são ideologia de primeiro grau. As conseqüências formais são muitas. Primeiramente, baixa a sua tensão, que perde a estridência normativa, e com ela a posição central, de linha divisória entre o aceitável e o inaceitável (SCHWARZ, 2008, p. 57-58).

Realiza-se romance de enredo europeu em um meio cujas condições sociais de possibilidade para tal não são as mesmas do Velho Continente, por isso, a ideologia europeia protagoniza as ideias do livro ao passo que se antagoniza com o equilíbrio formal. Deste modo, *Senhora* tenta equilibrar-se entre duas realidades, acabando por enfatizar um enredo estranho às condições natais, mas que pelo encontro com estas não pode mais ser concebido como inteiramente da linha do romantismo balzaquiano. As razões e a trajetória de Aurélia,

vítima, porém liberta pelo dinheiro, querem inserir o livro na ordem das relações modernoburguesas de ambiente europeizado, que embora torcido, ainda permite vislumbrar o *favor*, por sua vez também deslocado. Personagens como o velho Camargo, Dona Firmina, o Senhor Lemos, Dr. Torquato e a família Seixas não são levadas de forma crítica ao enredo. Em consequência, “Alencar não completa a preeminência formal dos valores burgueses com a crítica da ordem do favor, de que é admirador e amigo” (p. 61). O ideário liberal dos Direitos do Homem, que não pesa a questão escravista e da dependência patriarcal, não chega a arranhar a porta dos lares abastados, não questionados, como manda o respeito à tradição familiar.

A nova perspectiva com a qual Machado de Assis encara formalmente tal desajuste no que respeita à família paternalista, será o tema de três ensaios de *Ao vencedor as batatas*, “A mão e luva”, “Helena” e “Iaiá Garcia”, sobre os romances homônimos. De modo geral, Schwarz argumenta que a composição machadiana da primeira fase troca a referência liberal pelas relações paternalistas do cotidiano brasileiro. Sendo assim, o que em José de Alencar fica restrito ao nível periférico da obra rende-se, na referida trilogia de Machado, à família que se dá como paradigma da sociedade, naturalmente afeita às tradições de conservadorismo católico e patriarcal.

Não significa que Machado de Assis tenha excluído o mundo do capital de suas obras de estreia, o que seria impossível e artisticamente defeituoso de acordo com uma experiência cultural sempre a beber da fonte do Velho Mundo. O ponto a se acentuar diz respeito à referência humanista que aparece filtrada, rearranjada pela posição que o núcleo doméstico extenso ocupa. O encontro entre o particular e o universal, tal qual em Alencar, continua. Todavia, sempre contido pela experiência realista da nota local, mas que, como no autor de *Lucíola*, não impõe reação moral ao escravismo e ao clientelismo. As perspectivas libertárias não interrogam o conservadorismo no que este as desmente, nem deflagra uma interface crítica mediante o encontro entre os dois estratos, interregno que posteriormente se tornará norte de elaboração, com as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, conforme comentaremos.

O que afasta os dois autores, é que, em vez de fazer seus romances regerem-se pela norma burguesa, o escritor de *Helena* elege outro norte de composição. Os enredos dos três textos machadianos acompanham mais de perto as relações do seio da família abastada. O que era tênue plano de fundo na prosa alencarina passa a coabitar com os mitos do matrimônio, da

pureza, do pai, da tradição de família, os quais protagonizam os entrecos guiados pela autoridade paternalista a que filhos, agregados, apadrinhados, ainda se submetem sem contestação, mas com o tom moralizante de feição burguesa diminuído. Dessa forma, em *A mão e a luva*, *Helena e Iaiá Garcia*, bem como em *Ressurreição*, a cuja análise Schwarz se dedica de forma mais tímida no capítulo “Generalidades”, ocorre que:

Oposta ao egoísmo do celibato e ao desperdício da viuvez, à esterilidade das relações passageiras e à brutalidade das relações desiguais, à irregularidade em geral, à obscuridade da pobreza, à aridez do trabalho, e a outras mais desgraças do país, a vida familiar é a esfera reparadora em que as disparidades sociais e naturais devem achar consolo e sublimação. Agente civilizador, ou refúgio dos civilizados, é ela o critério da moralidade e da racionalidade das ações humanas, e seus desencontros — que são dificuldades, mas não problemas — formam o centro reflexivo destes livros, confinados quase inteiramente ao seu círculo (SCHWARZ, 2008, p. 89).

A despeito da distância que se tem ressaltado de Alencar a Machado de Assis, ambos são também passíveis de aproximação, justamente pelo fato de em ambas as literaturas a família permanecer intocada. Por enquanto, declarar qualquer conflito no organismo familiar “seria desmentir a convencional bondade geral dos familiares” (p. 89).

Em *A mão e a luva*, Guiomar torna-se substituta da filha que a madrinha perdeu. A personagem se desenha mediante uma verdadeira dança de artimanhas, que embora calculista, não chega a desagregar a obediência que o *favor* obriga a prestar à madrinha. Os interesses do indivíduo que se coloca como medida existem como ramo do tronco liberal, não obstante, nunca chegam a ameaçar a gratidão do agregado, que sabe seu lugar. A este paternalismo, até certo ponto menos autoritário por deixar uma pequena brecha à individuação, Roberto Schwarz chama *paternalismo esclarecido*, “que aproveita os dons naturais e a iniciativa do beneficiado, em lugar de sacrificá-los” (p. 99).

Em um livro que ordena em seu centro as possibilidades de cooptação do dependente, Guiomar consegue casar com Luís Alves, o qual é rico e será deputado. Aceita pela esfera dominante, sem ofender as vontades da madrinha que a queria casada com o sobrinho Jorge, a protagonista alcança o melhor candidato, cobiçosa da posição social mais alta. Marido e esposa cabem um no outro como a mão cabe na luva, sem que o interesse do inferior chegue a ferir a ordem patriarcal, que aparece aberta ao talento, aceitando para si os de baixo. Uma solução progressista para a conquista do espaço do indivíduo, enquanto não ameaça e nem

diminui a medida do *favor*, que continua inabalado. Um paternalismo direcionado às vantagens modernas, que não credita a mesma abertura como crítica ao molde conservador.

Em *Helena*, o altar familiar aparece mais sacralizado, sob uma organização social mais rígida, com espaço menor para o reconhecimento do dependente. Como em *Senhora*, a disciplina dos preceitos morais delinea a estrutura romanesca, mas antes, como regras de conduta e pensamento inspirados no preceito cristão e não no Romantismo europeu. *Helena* levanta-se contra o interesse burguês como forma degradante, elegendo o espiritual sob molde católico-paternalista para refrear o cálculo que começa a despontar em *A mão e a luva*, e que na outra fase de Machado de Assis, conheceremos bem desenvolvido na *Capitu* de Matabalvos.

Verdade que Helena, moça pobre inserida repentinamente na família abastada, assume falsamente a identidade de filha ilegítima, reconhecida como verdadeira após a morte do pai. É preciso considerar que da parte da protagonista o arranjo não ganha corpo de golpe, porque Helena apenas obedece à vontade do pai verdadeiro. Sua “luta para se fazer aceita, é para ser digna de seus novos parentes” (p. 118), ou seja, fazer parte do ilustre núcleo familiar como membro direto da família, abandonando a posição inferior do dependente. Ser ou não reconhecida como filha, irmã e sobrinha, fica responsável por dar a tensão romanesca do livro, o qual torce o nariz para o beneficiado que se candidata a posições superiores. O cliente então faz força para eliminar a desconfiança, pois não quer ser considerado carreirista.

Se o arbítrio, ou seja, a vontade patriarcal ressalta o desnível entre as partes que se encontram no mundo do *favor*, o preceito cristão é um modo de disciplinar a relação, de encobrir as incongruências em jogo. O interesse não é visto como no romance anterior, como meio para a cooptação, já que esta faz suspeitar que o menos favorecido aja interessadamente. Os escrúpulos com o dependente não se transformam em discurso contra uma sociedade fechada, que não aceita o destaque individual da talentosa Helena, que canta, desenha, toca piano, sabe de bordados, fala o francês, o inglês e o italiano. A moral católica dá um jeito de abafar a questão social, transformando o interesse em pecado, disfarçando-se assim a tímida censura a um meio social imobilista, dominado pela família rica. Helena luta para ser aceita a fim de fazer parte de vez da família abastada e acabar com as suspeitas de cálculo, já que a desconfiança só existe em relação aos de condição social inferior.

Não obstante, pode-se ouvir um sussurro satírico no livro, mesmo que a dicção não tome a totalidade da composição romanesca. A crítica ao modelo paternalista ocorre quando Helena move verdadeira batalha para ser aceita por D. Ursula, a tia, e por Estácio, o irmão. Ela o realiza por temer uma posição inferior na família. Esta seria a do desfavorecido que precisa do núcleo rico, serve-o e por isso lhe devota gratidão. Helena, todavia, tem horror à gratidão, já que não quer ser considerada devedora, ou seja, uma beneficiada do *favor*. Por conseguinte, a moral católica e familiar nem sempre redimirá o ranço da relação clientelista, restando à protagonista a sensação de que “para realizar a norma de dignidade do paternalismo lhe parece que o melhor é correr dele” (p. 127). O ponto-chave para que o medo de se tornar um dependente não se efetive é a conquista da estima da família, desfazendo-se a expressão sardônica que se vinha formando, a qual dá lugar à dignificação do humilde mediante a aceitação familiar.

*Iaiá Garcia*, último romance a ser analisado em *Ao vencedor as batatas* vai um pouco mais longe que *Helena*, considerando-se que toma a pessoa do dependente envolta em desencanto com o lugar que ocupa. A perspectiva “permite a circulação mais desafogada entre os espaços do romance e da realidade” (p. 152) com maior naturalidade, entretanto, abertura que não chega a condenar o paternalismo pela via da revolta aberta. Estela, que se torna esposa de Luís Garcia, é antes perseguida por Jorge, filho da casa da qual ela e o pai são clientes. Acresce que Estela não cede às perseguições amorosas e não se deixa deslumbrar pelas possibilidades de matrimônio com o membro de família rica. A personagem tem consciência de seu lugar, por isso recusa um casamento desigual que se afirmaria como vontade da classe no poder, isto é, nunca seria uma verdadeira conquista da individualidade. Estela prefere casar sem amor, mas por sua própria vontade, sem sofrer a humilhação social do dependente que deve obedecer. Quando lhe morre o marido, em vez de procurar o auxílio paternalista, a personagem afasta-se do círculo familiar extenso, abraçando trabalho assalariado na condição de professora, uma alternativa contra o *favor*.

O paternalismo é avistado ao longe com sua face degradante, que desilude o dependente das possibilidades de cooptação. A crença burguesa no amor não redime os desacordos da estrutura local, o que faz com que a ligação entre a classe do proprietário e a do subalterno familiar, divida-se em duas zonas: a do interesse e a daquele que se vê como objeto do mesmo. Mas nem por isso, Estela deixará de fazer figura de agregada exemplar da família

de Valéria, mãe de Jorge e viúva do falecido Desembargador. Tampouco, a vacilação que acompanha também a obediência de Luís Garcia, que tenta se esquivar, mas acaba sempre acatando os “pedidos” de Valéria, transforma a posição defensiva do cliente em ataque. É como se Estela e Luís, vislumbrando o direito à individualidade, à livre escolha, reconhecessem que ainda dependem do contexto senhorial, suavizando a reação, menos conformista que em *Helena*, mas reconhecedora dos limites da revolta.

Dessa forma, a família ligada à parte dos dependentes no plano mais expressivo deste primeiro momento romanesco de Machado de Assis, não conhecerá a revolta aberta. Os valores burgueses existem, por exemplo, na sociedade que não se fecha à cooptação, em *A mão e a luva*, sem que o quadro liberal chegue a desequilibrar o respeito ao conservadorismo brasileiro. O limite a que o ideário ocidental poderá avançar em todos estes romances encontra-se no desencanto dos dependentes, em *Iaiá Garcia*, cuja desilusão do subordinado não se transforma em questionamento mais incisivo, relativizado pelos direitos do indivíduo ainda a temer o chicote paternalista.

### **2.2.2. Um mestre na periferia do capitalismo**

Dos três romances machadianos que comentamos para a reviravolta das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, não se considere uma quebra automática de um momento para outro. Antes, que a intenção da primeira fase em relação ao arbítrio paternalista é justificá-lo via *favor*, com ressalvas a tal aceitação, como vimos. A dimensão localista das primeiras obras não chega a ser desprezada neste outro momento, conquanto seja superada em nome do próprio ridículo da posição da classe favorecida, que não quer nem pode abrir mão do clientelismo, nem mesmo largar a referência ilustrada. A atmosfera de respeito que toma conta dos cômodos caseiros da família rende-se nas *Memórias póstumas* a “um show de impudência, em que as provocações se sucedem, numa gama que vai da gracinha à profanação” (SCHWARZ, 2008-a, p. 17).

Iniciamos os comentários acerca do segundo grande ensaio da trilogia schwarziana no qual nos deteremos neste capítulo: *Um mestre na periferia do capitalismo* (2008-a), que agora se dirige às *Memórias póstumas de Brás Cubas*.



Recorde-se que a categoria crítica que orientou a base argumentativa de *Ao vencedor* foi o *favor* como mediação entre os membros da classe abastada e seus dependentes. Já em *Um mestre*, embora o clientelismo também seja uma tônica, o princípio de composição da *volubildade*, isto é, a mobilidade, o estilo variado e cômico do narrador-personagem, confere novo *status* ao discurso romanesco, agora mais fluido, problematizante e denso.

O monólogo de Brás Cubas ultrapassa a escolha de se tentar erigir a organização artística unicamente sobre ideais de liberdade e igualdade, ou o contrário, pelo particular brasileiro. Desta forma, se o paternalismo da terra natal tem de conviver com a recepção ilustrada à qual a motivação gregária daqui parecia negar, a saída das *Memórias póstumas* é ironizar o contato entre os dois planos, apresentados pela voz acanalhada de um membro da elite.

Brás Cubas veste o figurino do *gentleman* moderno, que tem à sua disposição uma vasta tradição intelectual, como mostram as primeiras páginas do romance, que contam com as referências humorizadas de Stendhal, Sterne, Shakespeare, da Bíblia, da cultura grega. A linguagem do protagonista também não dispensa os recursos da aparência ilustrada, como “hesitações, suposições, considerações, método” (p. 20). Tem-se assim uma retórica culta e de pose que à primeira vista camufla o lugar social do texto.

Brás personifica o plano universal e enciclopédico da elite. Todavia, em vez de o protagonista se apresentar como superioridade da cultura europeia em terreno local, está em jogo o convívio, ou seja, a contenda irresolvida entre o nacional e o universal. Trata-se de um impasse entregue a um tom escarninho, que desacredita e afirma dois níveis que são vistos em dialética mediante um enunciador romanesco que transmite dois mundos, cujo cinismo da fala acaba revelando o ostentado e o oculto de uma desfaçatez de classe. Para transitar entre duas faces que até então a literatura brasileira considerava formalmente impossíveis de interpenetrar-se, a voz romanesca se coloca em um movimento que a faz pendular entre as formas ideológicas do Velho Mundo e a matéria local, sempre de um lado a outro do impasse, portanto, constituindo um sistema estrutural movediço.

Finalmente, mais do que situar dicotomicamente a obra entre luzes libertárias e trevas da sociedade escravista, o narrador mostra-se ambivalente, chegando e saindo simultaneamente das situações narrativas. O padrão internacional finge um conforto que se imbrica ao elemento local sempre que a expressão metafísica do romance tem de se haver

com a postura anedótica do protagonista. Acontecimentos e ilações constituem um estrato ambíguo tomado a todo momento pela marcha descontínua do mesmo discurso, fazendo com que o livro seja um deslocamento constante entre fatos sem desfecho e juízos irresolvidos. Vejamos como Schwarz ampara o princípio da *volubilidade* no trânsito ideologia-realidade do Brasil dos oitocentos:

A forma, acompanhando neste ponto o cotidiano das classes dominantes, não trata de dramatizar e levar ao desfecho — que seria irreal — a oposição entre aqueles pontos de vista. Mas vai além, na medida em que os faz coexistir e revezar em espaço ultra-exíguo, com ânimo sistemático, sublinhando e apurando os efeitos desencontrados do seu convívio. Resulta uma alternância com muito alcance brasileiro e satírico, onde a inconsistência de critério, ou melhor, a dualidade das medidas figura como realidade permanente e inexorável, prova simultânea de inferioridade e superioridade que contextualiza na íntegra as matérias do romance. Para complicar, note-se ainda que a estilização machadiana da preeminência local do capricho se faz segundo o modelo literário da *whimsicality* inglesa...

Noutras palavras, a volubilidade de Brás Cubas é um mecanismo narrativo em que está implicada uma problemática nacional. Esta acompanha os passos do livro, que têm nela o seu contexto imediato, ainda quando não é explicitada ou mesmo visada. Cria-se um efeito de complexidade tácita, presente em todos os momentos, mesmo os aparentemente singelos, que é um fato de composição e naturalmente, um trunfo da prosa de ficção machadiana (SCHWARZ, 2008-a, p. 46-47).

Realizado um rápido panorama geral que será essencial para que entendamos a feição literária apresentada em *Um mestre*, comentemos as implicações do princípio da *volubilidade* para as situações narrativas, orientadas para aclarar o tema que nos interessa. Observemos que a postura familiar com a qual Schwarz nos coloca nas *Memórias póstumas*, também se ampara na *volubilidade*. Esta faz com que o núcleo doméstico brasileiro não abandone a convivência entre senhores e dependentes, todavia, sem advogar pela absolvição ou condenação do paternalismo no que concerne a sua fuga dos ideais liberais. O encontro entre ambas as dimensões torna-se densamente reflexivo sem ser partidário, sem que o texto literário sacrifique seu alto teor problematizante em nome da unilateralidade da censura.

As vantagens que possui o filho de classe dominante brasileira amparada no escravismo e no clientelismo são acompanhadas pela norma burguesa oitocentista, a saber, o vínculo liberal com as Luzes, que condenaria as práticas do nosso substrato social. Este não deixa de ser entregue a uma interpretação crítica que condena o atraso brasileiro diante dos Direitos do Homem, entretanto, como conteúdo que tem de se despir do moralismo burguês, o que apenas é alcançado graças ao estilo camaleônico do narrador. Afinal, o romance que estará sempre aberto, mediante a “borboletice narrativa” (p. 175) que tentamos acompanhar, insere o livro na linha dos demais textos da maturidade de Machado, que deixam a sensação

de terminarem em nada (p. 67), isto é, sem propriamente justificar ou condenar o que quer que seja como escolha de um partido.

Dissemos que o defunto autor emerge como conhecedor do estoque cultural do ocidente, que, contudo, não o dota de uma racionalidade que permita abrir caminho utilizando-se do bastão do mérito burguês. Na verdade, Brás quer alcançar tudo, ciência, política, filosofia, sem mover um dedo. A prerrogativa de classe do filho que pode desfrutar do ter, sem a disciplina de uma sociedade impulsionada pela livre concorrência, leva à reclassificação da ordem internacional por aquele que a divisa, mas não a pode pôr em prática. Nem a efetivação da competição burguesa, ameaça ao privilégio, seria o desejado por Brás, que vive parasitariamente de rendas. A vida moderna apresenta-se por parte do proprietário com um sentimento tanto de conforto quanto de vergonha pelo lugar que este ocupa, ainda que seja impensável que os preceitos igualitários que condenam o conservadorismo se atrevam a acertar contas com a vantagem de classe.

Toda a nota local das *Memórias póstumas* é amparada no vínculo da família extensa, no mundo dos parentes, compadres, vizinhos, dependentes e escravos, mediado pelas “dependências e licenças da familiaridade, amenas ou brutais, bem como, em contradição com elas, os ideais da civilização burguesa oitocentista” (p. 81). Um episódio do romance que bem expressa tal contato, é o relacionamento de Brás com a dependente Eugênia, encontro que coloca as possibilidades de igualdade entre pessoas de situações sociais distintas no horizonte da inferioridade do cliente que se deduz com direitos diante da família patriarcal.

Eugênia também possui uma faceta ilustrada, educada que foi em torno do círculo abastado. Contudo, a possibilidade de entrar de vez na cúpula da família patriarcal independe das qualidades da moça, pois de fato, vincula-se ao arbítrio de Brás, ou seja, à vontade da família de posses. Estão em questão os Direitos do Homem tentando afirmar-se em vão em meio conservador. Como a situação interna não deixa margem para o trabalho livre e, neste sentido, *Iaiá Garcia* parecerá mais adiantado tanto quanto mais fantasioso, o indivíduo livre mas pobre em sociedade escravocrata tem de confiar no capricho da classe dominante. Entre o conforto material do proprietário e a imobilidade do cativo, a realidade do dependente faz-se delicada. Sem a proteção da classe proprietária o branco pobre está perdido sem nada para fazer com o estoque igualitário, e não é à toa que Eugênia termina sua vida esmolando em um cortiço.

O encontro de Brás com a moça ocorre por ocasião da volta do protagonista ao Brasil, por conta da morte da mãe. Se o narrador entra em contato com perspectivas avançadas no Velho Mundo, é coisa que não distribui a ninguém. Sua medida do humano ainda é a do abismo que separa o proprietário da dependente Eugênia, que no caso, não se rende à submissão. Ela é a única dos subordinados do romance que cumprimenta Brás de igual para igual, como ele próprio o nota. Além disto, Brás julga que a jovem lhe deve gratidão, o que a dependente desconsidera. Desta forma, Eugênia alimenta anseios de afirmação, orgulho igualitário que desconcerta o integrante da família rica nacional que exige dependência reconhecida. O fato de a personagem ser coxa de nascença, mencionado apenas em sequência a todo o acontecido narrativo, funciona como álibi revelador. A rejeição final de Brás não é questão física, mas de classe, isto é, “no contexto da dominação de classe, os triunfos humanos dos inferiores são vistos como outros tantos infortúnios” (p. 95), mascarados pela desculpa da imperfeição física. A dimensão individual é refreada pelos mecanismos da família extensa.

O pai Cubas não proíbe o filho da brilhante inspiração esclarecida, mas procura atraí-lo a um bom casamento e à cadeira de deputado, posições alcançadas graças à influência, à troca de favores que acabam por reavaliar a referência meritocrática burguesa, ressaltando o jogo do patrocínio das posições. Ainda assim, não podemos dizer que a partilha das Luzes seja sufocada pelo dado local. A dança da *volubilidade*, apesar de singularizar a forma torta do padrão ocidental em nosso meio, caso dos anseios do pai de Brás, não busca justificar nem o chão local, nem o etéreo da cultura humanista. A narrativa procura o desnível entre os dois índices. Nem por isso, abrirá mão de ser sardônica para dizer que no caso Eugênia, as qualidades dos pobres são tolhidas pela situação histórica e que os ricos, para galgar e manter posições, não precisam de qualidades.

A impudência do narrador e o fato de logo desdizer o nível narrativo, para enveredar por outras anedotas ou pela reflexão metafísica, desajustam a possível imobilidade da sátira que pudesse ser levada de início ao fim do texto como se estivesse ressentida com a inferioridade local ante a superioridade cosmopolita. Pela posição de Brás, bem poderíamos falar em inferioridade cosmopolita e superioridade local como mais um deboche do desencontro entre os dois planos. O individualismo de Eugênia não a resgata da miséria, mas a segurança social de Brás ainda o faz divisar grandes negativas no que toca à vida que

poderia ter sido e não foi. Extremos que reforçam o caráter sem caráter surgido da sensação de sempre incompletude criada pelo princípio estrutural.

O escárnio em relação à família brasileira é colhido do capricho da classe dominante para com os dependentes, caso sofrido pela referida Eugênia. Ao focar a elite vista de perto, as anedotas nacionais colocam ao lado de Brás seus parentes também abastados, como o pai e o cunhado, cujas passagens pelas *Memórias póstumas* revelam destino menos infeliz do que o dos pobres, embora desnude o moralismo de faz-de-conta da gente de posses.

A despeito do disfarce de maior segurança material que possuem os ricos, o plano liberal não se exclui de mais uma vez conviver com o nacional, em termos de descaramento crítico que agora envolve a família rica entre seus elementos. As bases da formação de Brás encontram-se na permissividade da família oligárquica, do pai que pode conceder ao filho as liberdades mais descabidas, que, no entanto, passam por elogiosas na fala dos dependentes que precisam da casa Cubas, cujo pai namora o filho em seus malfeitos. No primeiro romance da fase madura de Machado de Assis, percebe-se que o arbítrio oligárquico, no caso de uma deseducação da elite que começa no espaço doméstico, ganha forma de absurdo aceito pelos mais humildes e afirmado pelo próprio proprietário como situação normal, pois não cabe aos pobres reagir à família rica, tampouco aos ricos abrir mão do privilégio.

A mesma denúncia ironizada da família de posses explica o perfil do cunhado Cotrim, cuja ocupação como contrabandista de escravos lhe confere, de acordo com a esperança das Luzes, um perfil ignóbil. Todavia, Cotrim, dentro da referência familiar, é um homem dotado de bons sentimentos, um pai que extravasa humanidade no desconsolo pela morte da filha. Pai exemplar, contrabandista impiedoso, na figura do cunhado “ternura familiar e sentimentos pios são vistos debochadamente, como elementos funcionais, compatíveis com a mais completa desumanidade” (p. 123). Do mesmo modo, Cotrim toma parte da barbárie da escravidão, enviando ao açoite e ao derramamento de sangue os seus negros, mas Brás ressalta que o parente só tranca no calabouço os escravos perversos e fujões. Posição inaceitável de acordo com os ideais de liberdade do indivíduo, mas justificada pela situação interna que transforma atrocidades em normalidade. Ambas as vias, a da barbárie e a da sua aceitação, geram um impasse cômico pelo encontro das distâncias entre si. Daí a sensação que se tem, consoante afirma Antonio Candido (2004, p. 23) em seu “Esquema de Machado de Assis”, que o autor de *Dom Casmurro* sugere “as coisas mais tremendas da maneira mais

cândida”. A propósito, ensaio referido por Schwarz mais de uma vez ao longo de *Um mestre na periferia do capitalismo*.

### 2.2.3. Duas meninas

Por último, chegamos ao terceiro livro de Roberto Schwarz que tomaremos como referência teórica, *Duas meninas* (2006), o qual se detém sobre o romance *Dom Casmurro*, bem como sobre o conteúdo estético que a obra machadiana compartilha com o diário *Minha vida de menina*, de Helena Morley.

Iniciando nossos comentários pela mesma ordem da obra crítica citada, damos com “A poesia envenenada de *Dom Casmurro*”, parte do estudo que mostra a infância feliz de Bentinho, momento que depois acaba ressignificado pela posição que o adulto casmurro passa a ocupar como centro da família patriarcal, quer dizer, como chefe de família dotado de prerrogativas, como herdeiro e proprietário.

Tal qual se dá com a análise de *Um mestre*, o crítico alerta para o que pode estar a esconder a expressão mais reflexiva do *Dom Casmurro*, levando-se em conta o perfil do narrador romanesco que busca encantar e despistar. Seduzido pelo respaldo lírico e social de quem conta suas memórias, o leitor trata de esquecer as implicações abjetas da vontade do senhor em sociedade escravista, realizando uma leitura conformista que vai à busca de Capitu e não de seu acusador a fim de encontrar a senha que revelará a composição do livro.

Para Schwarz, devemos conceber o *Dom Casmurro* com duas partes que se interpenetram reescrevendo-se mutuamente. A primeira é “dominada por Capitu, a outra por Bentinho, ou ainda, uma sob o signo do espírito esclarecido, outra sob o signo do obscurantismo” (SCHWARZ, 2006, p. 14). Na esfera que antecede a segunda, vemos Bentinho, o filho dileto que embora sofrendo com o arbítrio patriarcal por parte das vontades da mãe, não desafia a aura de santa de dona Glória. É na concepção deste primeiro módulo que o romance pode transmitir um falso teor conformista que alia o leitor às incriminações que o sujeito da narração fará surgir logo depois. Schwarz se refere a:

[...] uma organização narrativa intrincada, mas essencialmente clara, que deveria transformar o acusador em acusado. Se a viravolta crítica não ocorre ao leitor, será porque este se deixa seduzir pelo prestígio poético e social da figura que está com a palavra. Aliás, como recusar simpatia a um cavalheiro distinto e sentimental, admiravelmente bem-falante, um pouco desajeitado em questões práticas, sobretudo de dinheiro, sempre perdido em recordações da infância, da casa onde cresceu, do

quintal, do poço, dos brinquedos e pregões antigos, venerador lacrimoso da mãe, além de obcecado pela primeira namorada? Em consequência, a despeito das devidas indicações em contrário, prevaleceu a leitura conformista (SCHWARZ, 2006, p. 10).

Este teto de Matacavalos, da infância de Bentinho, é o da família extensa e de posses que congrega à sua volta parentes consanguíneos, agregados, vizinhos pobres, escravos. Nele, a afeição do leitor desavisado encontra-se com o filho de dona Glória, cuja limitação do campo de reflexão e de ação, faz figura inocente ante o perfil esclarecido da namoradinha. Capitu mostra plena consciência de sua posição, tendo que manhosamente, para não desgostar a Senhora, vencer pouco a pouco a promessa de dona Glória de entregar Bentinho à vida eclesiástica. Os esforços da menina pressionam-se contra as barreiras que separam o pobre da elite, solução contra a desigualdade que é buscada pelo casamento.

Capitu representa o partido das Luzes “contra o mito e a injustiça” (p. 14), trazida ao texto para reorganizar o mando, derrubar as fronteiras sociais da sociedade imobilista. Estando presente como possível efetivação na primeira parte do romance, o ideal de igualdade alcançado pelo mérito do cálculo parece vitorioso. Contudo, veremos que o panorama se inverte quando chegado o segundo momento narrativo, no qual Bentinho, agora convertido em Dom Casmurro, exercerá o arbítrio patriarcal.

A conduta autônoma de inspiração burguesa dobra-se a partir do instante em que o senhor Bento Santiago surpreende a esposa chorando sobre o amigo falecido Escobar, desconfiança reforçada pela semelhança física deste com o filho do casal agora residente na casa da Glória. Diante da segunda instância, a primeira passa a ser relativizada, imperando, a partir de então, a medida do privilégio de classe. Agora à luz das suspeitas, os movimentos lúcidos de Capitu transformam-se em defeitos para o narrador, que então passa a julgá-la interesseira, dissimulada, dotada de frieza matemática.

Capitu, que se vira livre da posição de família modesta e dependente para ingressar no círculo “superior”, não poderá utilizar seus talentos de individuação para argumentar contra a vontade do proprietário que encabeça a família possuidora. Ainda mais, porque as vontades patriarcais passam a se confundir com o senso de justiça para com a esposa considerada adúltera, adquirindo força de lei e de satisfação da dignidade, sob as quais as luzes da igualdade apagam-se. As aspirações de liberdade daquele que depende da proteção da família rica são então equacionadas pela sujeição que faz com que as conquistas do protegido recuem.

As qualidades da vizinha dependente passam a ser defeitos na esposa. A razão ideológica que permite que o indivíduo escale o escarpado da sociedade brasileira, de pouca mobilidade, é enfim golpeada pelo patriarca que isola a esposa e o filho na Europa. A ordem tradicional é afirmada, conquanto não faça figura de verdade incontestável, como denota o desejo quase obsessivo do Casmurro em convencer a si e ao leitor da validade de sua acusação, da justiça de sua decisão. Estamos mais uma vez na situação de Eugênia, vista em *Um mestre*, a julgar que o proprietário não deixará que se efetive o uso da inteligência, que poderá ansiar por igualdade para a parte do dependente. Eugênia é coxa e Capitu é adúltera. Dois defeitos que escondem um caso bem particular: o travamento da individuação que ameaça o arbítrio paternalista, cujas leis não permitem escapar os transgressores.

O quadro machadiano não se restringe, diante de relações sociais tão complexas, a apenas um perfil de dependente. Se considerarmos os dois momentos romanescos do Velho Bruxo, perceberemos que os beneficiados ora buscarão saídas na maioria das vezes frustradas, ora se aceitarão perdidos de vez no labirinto social. Considerando tal relação como tensão no *Dom Casmurro*, a posição de quem tentará haver-se com o paternalismo inverte-se de Capitu para José Dias, o qual está desde sempre convencido e resignado na posição que ocupa no seio da família grande.

A graça de José Dias provém justamente do desnível entre “a gravidade vitoriana da pessoa e os cuidados subalternos a que se obriga” (p. 20). A posição culta do agregado em contato com seu lado adulator denotam o indivíduo de teor liberal reprimido, que não pode, pela individuação, voltar as costas à ordem vigente, da qual depende a subsistência de alguém em meio onde as qualidades subjetivas existem, mas não podem progredir. Saber opinar obedecendo ganha foros de estratégia militar, todavia, mais para se manter na mesma posição que para tentar alcançar “vitórias”, exemplo este da menina vizinha. Superlativo para a estima de dona Glória, cautelosamente obsequioso no que se refere ao herdeiro da família. Os modos de José Dias buscam o espaço à brasileira de ir e vir como braço de confiança de seus senhores.

Diante do desfecho de Capitu e da rotina de José Dias, a manutenção da individualidade acaba sendo negada às personagens pelas limitações localistas? Sim, mas a composição romanesca não coloca como ponto-chave a lamentação sobre o atraso das condições históricas que nos formaram. O princípio formal que Roberto Schwarz defende



para *Duas meninas* não busca cancelar as condições nacionais, menos ainda as desculpar, como vimos no momento machadiano pré-1881, o qual procura apaziguar as incongruências da família. Se fosse assim, se a questão fosse a oposição entre defender e culpar, não seria o caso de falarmos em aperfeiçoamento da elaboração artística, mas de total quebra da primeira para a segunda fase de Machado de Assis. Ocorreria, sob hipótese, a justificativa das condições nacionais no primeiro momento do escritor de *Dom Casmurro*, em nome de uma condenação da realidade brasileira em sua fase madura.

Como se dá nas *Memórias póstumas*, importa sobremaneira o interregno que nasce entre dois níveis históricos, panorama que seria obscurecido caso se considerasse um padrão local que abafasse o plano liberal, ou o contrário. Schwarz também enxerga uma “vantagem relativa” (p. 22) na posição de José Dias. Este compete com outros candidatos à consideração da senhora e do filho do teto patriarcal, cuja eleição dentro das condições possíveis ainda parece em parte vitoriosa, se o contraste for não contar com proteção alguma. Aqui o epílogo do agregado parece mais suavizado pela acolhida patriarcal, de modo que se livrará da indignação, como não conseguem Eugênia e Dona Plácida, nas *Memórias póstumas*.

Está em questão uma posição crítica, mas não unilateral. O padrão universal não escapa da mesma projeção desconfiada, pois além de não impedir as inconseqüências do narrador-personagem, “ajuda o narrador, patriarca e proprietário, a esconder eficazmente os seus interesses impublicáveis” (p. 41). No caso da acusada, se lhe faltasse o jogo de cintura ilustrado que dá o tom da parte mais idílica do *Dom Casmurro*, nem por isso a obra ganharia em perfeição de arranjo. Feneceria a luta pelo equilíbrio formal entre dado local e universal, e assim não estaríamos diante do Machado de Assis maduro.

Certo que o nacional está desacreditado como meio acolhedor dos ideais de liberdade e igualdade que não transpõem o portão patriarcal, que logo depois de se abrir, caso ocorra, expulsa a pessoa que procura afirmar maior liberdade de ação e de pensamento. Mas desacreditada também está a racionalidade burguesa, que cai como força de certeza que permita ao narrador convencer a si e ao leitor da culpa da esposa, e, finalmente, liberar o Dom para se felicitar de unir as duas pontas da vida pacificamente.

Como dissemos, acresce que *Duas meninas* não se encerra com “A poesia envenenada de *Dom Casmurro*”. O livro conta ainda com outro ensaio cuja base argumentativa também é retirada das relações de família da sociedade brasileira patriarcal. Agora, sem esquecer a

referência de Machado de Assis e da literatura, vai-se a um texto que não é diretamente ficção. “Outra Capitu” concentra-se no diário *Minha vida de menina*, de Helena Morley, buscando revelar o fio comum que liga a conhecida vizinha de Bentinho, à menina da Diamantina dos idos de 1890.

Embora considerando que a perspectiva crítica mudaria se descobríssemos que a escrita do diário contou com parceiros e períodos diversos para elaboração, Schwarz admite que um livro que não é propriamente ficção, é capaz de aproximar-se, em grau de excelência estética, da literatura realista moderna. Esta filiação ao alto realismo surge quando o livro imbrica os valores do materialismo burguês às particularidades do caso brasileiro, alinhando a voz da menina narradora, Helena Morley, à negação da unilateralidade formal.

A lógica e as contradições da formação social da região mineradora em decadência são as da família patriarcal com parentes, com dependentes em situação mais confortável, com dependentes mais desvalidos, além de escravos recém-libertos. Enfim, veem-se todos os que pelos anseios da menina Morley acabam revelando a presença da ideologia igualitária, que, entretanto, não chega a abafar as relações de dependência e de proteção nas quais desprovidos e favorecidos colocam-se.

A garota de Diamantina é a favor do esforço físico em um momento em que a abolição recente fazia o branco livre torcer o nariz para aceitar o trabalho braçal, que vinha saindo pouco a pouco da exclusividade do negro. Há, em vias de efetivação materialista, possibilidades de autorrealização para todos os membros do corpo social. Os privilégios dos senhores e o espaço restrito dos dependentes são abolidos, não dando margem às “segregações clássicas entre atividade intelectual e braçal, utilidade e beleza, trabalho e diversão, limpeza e sujeira” (p. 54).

Mas os Morley figuram como família respeitada, que por sua vez também terá de mostrar reverência à família ainda mais abastada, o que faz com que o diário inverta o sentido de sua rotação, agora revelando a disciplina e os antagonismos da ordem patriarcal. Então, o cenário afirmador da liberdade modifica-se, sempre com a naturalidade que torna o livro crítico sem que recaia em moralização ideológica. Logo, não faltará à narradora a franqueza diante da situação cômica da dependente Benvinda, a qual comunica aos Morley seu casamento com o noivo perneta, episódio em que o fingimento cerimonioso por parte dos pais esconde a sorte bem brasileira do desprovido cujo futuro promete escassez material.

As situações da vida em família não se eximem de uma interpretação materialista, que lança perguntas sobre o cotidiano. Todavia, o individualismo da prosa da menina não fará frente ao conservadorismo local, mas gerará um encontro responsável pela ambivalência do entrecho, com “alternância de papéis mais ou menos incompatíveis” (p. 70). Tal qual tem sido exposto acerca da organização da prosa machadiana madura, *Minha vida de menina* não se decide diretamente pelo elemento cosmopolita ou pelo local. Não podemos falar em “colisões em que uma razão de ser queira suprimir as outras, e seria mais próprio falar em conquista de espaço ou acomodação esclarecida em família” (p. 87), apesar do inegável espaço crítico gerado pelo impasse.

Para Schwarz, a matriz social de tais ambivalências pode ser apontada na Diamantina aberta para o mercado burguês internacional, agora em decadência na produção de diamantes, um ocaso econômico que obrigou a região a se voltar ao terreno local. Deste modo, a história de um lugar dirigido aos interesses mercantes não expulsa o componente familiar, de heranças coloniais de que a norma ocidental não desdiz, mas acaba englobando. Observemos na passagem que se segue como o crítico entende a absorção mútua de uma extensão pela outra:

Esse padrão paraliterário, em que se estilizam a seco as dimensões esclarecidas e anti-sociais do individualismo, evolui no meio de anedotas de um mundo ainda colonial, cujas tramas são de outra ordem. Há um verdadeiro acontecimento cultural e estético na união entre a prosa clara, objetiva, de recorte raciocinante, orientada pelo interesse pessoal, e, de outro, a religiosidade tradicional, as imensas parentelas, as classes sociais excluídas da propriedade, a massa de bens que só ocasionalmente têm força mercantil. Aquém da particularidade das situações, que naturalmente acrescentam muito, esse entrosamento por si só configura um complexo de perspectivas e dilemas originais, um material com teor histórico alto (SCHWARZ, 2006, p. 66-67).

Helena Morley, assim como Capitu, insere-se em um contínuo de situações dirigidas pelo ambiente familiar encontrando-se com a aspiração liberal, mas o paralelo entre o diário e o romance só vale se levarmos em conta a primeira parte do *Dom Casmurro*, enquanto o marido ciumento ainda não exerce o poder patriarcal, enquanto o mando do chefe não quer suprimir o anseio individualista que procurará caminhos para derrubar o distanciamento de classes. Em Machado de Assis, o ambiente doméstico da batalha vem todo mensurado pela argúcia analítica inspirada pelas Luzes. Não é outro, para a menina de Minas, o ordenamento para entender as realidades e alcançar os objetivos. Neste impasse, a devoção familiar e a inspiração católica não significam tentativa de desqualificação histórica do Brasil. A propósito, para o ensaísta, este é o grande acerto de ambos os textos, que apresentam a vida

nacional e familiar sem recaírem nas dicotomias barbárie contra civilização, verdade científica contra figuração estética, vindo por isso a perderem o equilíbrio dialético.

A curiosidade de Helena Morley é alérgica e simultaneamente participante dos preconceitos de classe, lamentando a dissolução da família conservadora, à proporção que avança a rebeldia contra a mesma instituição. As contradições circulam pelo movimento dialético de um mundo sem culpa, o que para Schwarz filia a obra à ascendência das *Memórias de um Sargento de Milícias*, as quais tentam encontrar um lugar para as desordens de origem colonial dentro da resolução artística. O resultado é que o romance de Manuel Antônio exime-se de narrar a exclusividade da vida da classe dominante. Nem assim, a obra entrega-se à trivialidade da justificação ideológica. Antes, relativiza todas as posições particulares à sociedade conservadora, interrogando o aqui e agora nacionais.

Em suma, traçando um panorama geral deste capítulo, as narrativas de Joaquim Manuel de Macedo e de José de Alencar não duvidam da integridade das famílias, as quais não são condenadas, mesmo quando neste último escritor, começam a sugerir desacertos. Em suas obras, as contradições de família resolvem-se sem que a instituição seja julgada como micro-sistema de desigualdades. Os sentimentos de família não são postos sob desconfiança e o jogo dos interesses que envolvem o casamento-negócio se apaziguam com o perfil da família sem mácula.

Manuel Antônio de Almeida, em suas *Memórias de um sargento de milícias*, muda a postura narrativa, que agora não se volta à classe média urbana, tampouco à família abastada, caso dos romancistas referidos no parágrafo anterior. Seu romance aborda a pequena burguesia carioca, que envolvida em um movimento narrativo que pendula entre ordem e desordem, permite relações de família mais frouxas, sob um princípio de composição que anula os extremos do certo e do errado. A fronteira entre o moralmente permitido e o proibido desaparece junto com a figura do padrinho incorruptível, com a proteção do núcleo familiar pelo matrimônio. As personagens transitam por um mundo sem culpa, em que um maior espaço dado ao organismo familiar é tomado como normalidade, sem moral que acione os bons costumes, sem sátira que se atire contra relações mais livres entre homem e mulher.

Roberto Schwarz concentra-se sobre as relações patriarcais em Machado de Assis. *Ao vencedor as batatas* tem como foco *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*. O arranjo formal destes romances é guiado pelo *favor* da família de posses, colocada em primeiro plano pelos

enredos, afastando-se do que ocorre em *Senhora*, de José de Alencar, no qual as relações patriarcais ficam em posição secundária diante de um entrecio mais europeu. Evitando desdizer da família rica, tanto Alencar quanto Machado não chegam a equilibrar a norma burguesa e as bases nacionais como crítica à família, sendo que o segundo já traz a associação familiar ao centro das obras, justificando o paternalismo.

Na segunda fase machadiana, os textos romanescos já buscam um espaço crítico entre a família nacional e os ideais ocidentais. *As memórias póstumas* ironizam o desacerto entre o *favor* e o dado liberal. O capricho da família grande com o dependente é entregue a um tom acanhado, que se move entre as heranças humanistas e a substância local, entregando ambas à sátira disfarçada de gracejo. Como no *Dom Casmurro*, o mando patriarcal é visto sob olhar questionador, que embora não rejeite as razões da sociedade brasileira, descortina sua derrota relativa ante os Direitos do Homem, ou seja, do individualismo pelo privilégio de classe. Pensar a família passa então a considerar as possibilidades de autonomia pessoal em meio que acolhe indiretamente o individualismo moderno. Estes saem vitoriosos apenas na primeira parte da trajetória de Capitu, onde o indivíduo encontra uma brecha no conservadorismo da família patriarcal, norte de organização de *Minha vida de menina*.

### 3. TRADIÇÃO E FAMÍLIA EM VIDA E MORTE DE M. J. GONZAGA DE SÁ

O romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de Lima Barreto, constrói a existência de suas personagens-chave sobre uma interpretação da família do passado. Mediante o olhar memorialístico ou abordando traços típicos das relações paternalistas, como o compadrio e o apadrinhamento, a obra dialoga com a família nacional. Antes de chegarmos ao cerne deste capítulo, convém, contudo, que apresentemos as linhas gerais do enredo do livro, para que tenhamos uma visão mais ampla da família e da tradição a que esta se liga dentro da totalidade romanesca.

Afastando por ora a parte mais digressiva do enredo do livro, em linhas gerais não há muito de complicado na trajetória de Gonzaga. Descendente de Salvador de Sá, sendo este irmão do fundador do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, já se passaram os tempos em que a família governava a cidade. A peça romanesca decorre no lapso da Primeira República, período em que o protagonista é funcionário da curiosa Secretaria dos Cultos, repartição pública cuja letargia moral e intelectual contrasta com o perfil gonzagueano, que aparece como deslocado em seu local de trabalho, sozinho em sua dignidade e inteligência.

O círculo de amizades de Gonzaga de Sá é bastante restrito. Limita-se às relações com o amigo que contará a história, Augusto Machado, e, ainda, com o pobre e doente Romualdo de Araújo, servente na mesma repartição de trabalho da personagem que nomeia o romance. Esta última ligação renderá a Gonzaga um afilhado, Aleixo Manuel, que enfim órfão, acaba ficando sob a tutela da quase extinta família Sá.

Orgulhoso, reflexivo, irônico, simpático com os humildes, o protagonista, que pertence a um tronco familiar de quatro séculos, prefere não casar. Como simples amanuense, ele decide ficar longe das posições, entre as quais, a de pai de família, a fim de viver com mais liberdade. Com uma alma que não se afina com as relações sociais mais correntes do Brasil republicano, a personagem desconfia da família burguesa, vista como reprodutora de desigualdades, espaço de desacordos.

Embora se recusando a pai de família, o funcionário público não está totalmente livre das relações familiares. Isto porque, apesar de solteiro, vive com a velha tia, Escolástica, que o criou desde os oito anos. Tudo o mais que a obra deixa perceber sobre a descendência de Salvador de Sá fica no âmbito da memória, a qual permite por cenas rápidas trazidas pela

lembrança, saber que o herói romanesco é filho de general do Império e que possui uma irmã que vive na Bahia, parenta que não vê há trinta anos.

Considerando o núcleo familiar em forma mais ampla, ligado a dependentes e agregados, vê-se que Escolástica e o sobrinho convivem com Inácio, que nascido escravo alguns dias antes de Gonzaga, foi liberto por ocasião do batismo pelo pai do herói romanesco. Além disto, ressalte-se a presença já referida da figura de Romualdo, o qual insere no romance as relações de compadrio. Sem querer ser pai, Gonzaga aceita ser padrinho do filho do amigo de secretaria, vínculo que relativiza os pressupostos que garantem a recusa à família, como veremos.

Os Sá, fundadores e primeiros governantes da cidade, encontram-se fora do poder durante o período republicano. O último homem representante da família na então capital não possui projeto nenhum para retomar o destaque que o sobrenome teve no passado. Ao contrário, sua postura quer distância em relação às posições sociais, pois estas arriscam a integridade moral e a liberdade do indivíduo. O biografado de Augusto Machado possui uma “estóica despreocupação de notoriedade, ou melhor, da posição fácil e barulhenta. Filho de general do Império podia ser ‘muita coisa’; não quis.” (VM, 2006, p. 569).

O nome de família pode proporcionar ascensão. É o caso do Barão de Inhangá, que pelo nascimento, pela importância dos pais no Império, foi feito diretor de uma das seções da Secretaria dos Cultos. A precedência familiar faz galgar posições, mas não as dignifica, pois o Barão passa todo o expediente a fazer a ponta do lápis, sem que a eminência do título implique capacidade de comando ou valor intelectual. Tanto Inhangá quanto o parente de Estácio de Sá ingressam no serviço público durante os tempos imperiais, nos quais a máquina burocrática familista se constituiu a partir dos elementos vinculados à aristocracia agrária, nutrindo-se dos próximos e confiáveis ao superpatriarca D. Pedro II, como conta Luiz de Aguiar Costa Pinto (1980, p. 30). Entretanto, a situação de ambos os funcionários não é precisamente idêntica, pois Gonzaga não lança mão da antiguidade da família para crescer, embora o cargo de oficial que ocupa, mantenha ligações com o protecionismo paternalista da época anterior à República.

A personagem principal possui um caráter desinteressado, sem objetivo de alcançar recompensa. O descendente dos Sá, podendo ter sido muita coisa, foge dos bacharéis que vinham sendo responsáveis pela vida política do Brasil desde o século XVIII. Bacharel em

Letras pelo Imperial Colégio Dom Pedro II, ele recusa a carta de direito, o diploma em medicina e engenharia, carreiras que proporcionavam vantagens a quem buscasse espaços burocráticos de prestígio, ou mesmo futuro político. Para ocupar os cargos mais altos é preciso ser doutor, o que pediria “exames, pistolões, hipocrisias, solenidades” (VM, 2006, p. 569).

O herói da obra barretiana é dono de uma sólida base humanista, que lhe permite comparar e concluir sobre as relações de sociedade. Seu perfil arguto repele o anel de doutor, pois a liberdade de raciocínio exige tal distância. “Felizmente, eu escapei de ser doutor...” (VM, p. 623), afirma. Em contraste à profundidade de suas ilações, ressalte-se o perfil de Xisto Beldroegas, bacharel em direito e colega de Gonzaga no funcionalismo público. Xisto, assim como o chefe de Gonzaga na Secretaria dos Cultos, ocupa-se unicamente com as promoções, com a ascensão de cargo.

A rejeição às primeiras posições não começa com o momento republicano, embora a dimensão satírica do romance aponte com bem mais força para a época pós-Deodoro. Afinal, o funcionário de repartição teve planos de casamento interrompidos por duas vezes: a primeira, com uma lavadeira, a outra, com a filha de um visconde. O fato de se encontrarem em jogo as possibilidades de matrimônio com a aristocracia dos tempos do Império não dignifica a aliança oficial com a mulher, união da qual Gonzaga conta ter fugido.

Ainda que autor de considerações pertinentes sobre a sociedade, o descendente de Salvador de Sá não as publica, a fim de não comprometer sua obscuridade voluntária. Para o texto, a verdadeira capacidade intelectual se inimiza com os degraus sociais. Ela vale como atividade desinteressada que não é capaz de colocar o sujeito onde este mereceria em sociedade na qual valesse o mérito intelectual. Para quem quer estar por cima, valem as nomeações do sistema burocrático ou as vantagens que o diploma doutoral traz. Sem a ambição de promoção, sem a bênção bacharelesca, fica-se como o estudante de crítica religiosa que se dedicou ao estudo das escrituras sagradas, anedota contada pelo narrador. O estudioso, depois de anos de pesquisa sobre o zende e o hebraico, tem de se contentar com o emprego de escriturário em repartição pública, sem ter onde aplicar seus conhecimentos de exegese bíblica.

A despeito de a origem familiar acompanhar a personagem para lhe destacar o perfil, a narrativa acaba fugindo da defesa de uma aristocracia de sangue, pelo menos no que esta seja



capaz de direcionar seus membros socialmente. Gonzaga é um inadequado que não pode e nem quer contar com a grandeza de seu nome para atingir satisfação social. Ainda assim, o pretérito familiar é mais que significativo no trecho da obra. Por meio da memória conhece-se a ascendência do morador do sobrado de Santa Teresa. Um recordar que está ligado a um tipo de aristocracia cujo caráter logo se explicitará, para que depois se perceba o distanciamento e as aproximações da mesma visão no que condiz à família republicana.

Ao mostrar o passado, no qual se encontra a nobre ascendência do oficial da Cultos, o texto não tem nenhuma pretensão de fazer história objetiva. Na “Advertência”, assinada por Lima Barreto ao início do livro, o romancista esclarece que a narrativa não obedece a pressupostos da biografia comum, a qual guardaria “a rigorosa exatidão de certos dados” (VM, p. 557). Ainda, segundo o narrador Augusto Machado, ao se ligar ao passado a figura de Gonzaga corresponde à imagem de um “historiador artista” (VM, p.577), que não se limita à secura de documento oficial, parecendo mais poeta oral, de uma exatidão relativa por ser criadora. A própria burocracia, comandada por estatutos e protocolos que buscam responder a situações de forma objetiva, contrasta com a interioridade gonzagueana, a qual aparece deslocada em seu ambiente de trabalho. A Secretaria chega ao paroxismo de querer informar o número de setas que devem trazer as imagens de São Sebastião.

Apesar de o autor da biografia ficcional ser Augusto Machado, o sobrinho de Escolástica também é um narrador. Sua voz conta sobre o passado durante os passeios pela cidade, nas reflexões acerca da vida social do Rio imperial, no contato com os parentes mortos no ambiente da antiga residência da família. Neste sentido, Gonzaga está à vontade com a distância temporal, como quem não perde o vínculo com o antigo, com a experiência diante da tradição. Estar tranquilo em relação ao passado torna-se possível graças à imensa capacidade mnemônica do funcionário público, a qual se alia a uma arte de narrar bem plástica, por saber que a memória pode criar tanto quanto reproduzir. A pretensão de dizer as coisas tais como foram, segundo Walter Benjamin (1994-a, p. 202-203), apoia-se na forma moderna de contar, a informação, que troca a distância da memória por acontecimentos próximos no tempo, logo esquecidos por outros que os substituam.

Pertencer à família que fundou a cidade desloca o protagonista para o pretérito. A experiência viva mediante a narração dá-se sem pressa, com o tempo recuando diante da obrigação de rigidez com as datas bem marcadas. Assim, não há episódios históricos que

destaquem bem o momento, como já ocorre com o Motim dos Sapatos, nas *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (2006), ou com a Revolta da Armada, em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (2006). Desobrigado de acelerar o curso cronológico diante da vida presente, Gonzaga possui uma visão especial no que se refere à morte, a qual se apresenta bastante cara a este romance, que, pelo recordar do que se foi, permite o encontro do presente com as outras gerações. Para Benjamin (1994-a, p. 208), é sobretudo da morte que deriva a autoridade do narrador épico, pois só por ela as vivências dos antepassados se acumulam e podem ser transmitidas através dos tempos. Não é outra a visão do Mestre sobre o convento de Santa Teresa, metáfora do antigo guardado pela memória. Leiamos o referido trecho do romance:

Dirigimo-nos pelos Barbonos para aquelas veneráveis azinhagas de aldeola italiana, que levam à Santa Teresa. Nada me dizia; pouco depois, porém, passamos diante de um casarão brutal. Gonzaga me perguntou, apontando o convento de Santa Teresa:

— Sabes quem mora ali?

— Freiras.

— Mora também um conde, e creio que princesas.

— Mortas?

— Sim, mortos! Vês lá o sinal da morte?

— Não; está sorridente e alegre.

— E este casarão ali?

— Está aqui, está desabando.

— Morto, não é? Sabes por quê? Porque não guarda nenhum morto.

Continuamos a subir (*VM*, p. 566).

Aqui, pela reminiscência que promove o encontro entre o velho e o novo, reside um ponto de separação no que tange às obras comentadas em nosso capítulo inicial. Cogitando os romances oitocentistas que formalizam o passado dentro de seus enredos, comprovaremos que em nenhum deles os tempos de outrora dependem tanto do olhar do sujeito quanto em *Vida e morte*. A família Sá e o Rio de Janeiro antecedem a existência da personagem principal e de seu narrador, mas somente mediante estes dois é que o ido pode ser acordado e revivido no presente. Em outras palavras, a tradição exige ser reconhecida no presente para ser transformada em norte para e pelos próprios sujeitos, o que acaba avaliando a todo instante o peso do pretérito nas épocas que o sucedem.

Certamente, os romances históricos de Alencar e as *Memórias* de Manuel Antônio reconhecem e organizam a tradição como componente essencial. Contudo, o tempo-espço destas obras emerge por narradores em terceira pessoa que refletem menos sobre as possibilidades de um legado tradicional orientando a vida das personagens em outra época, pois estas criaturas já vivem dentro do passado, que para o mundo ficcional, torna-se rotina. Desta forma, qualquer ponderação acaba tendo que vir da parte do leitor, ao qual cabe

confrontar o que se foi com o lapso no qual ele vive. Na narrativa de Lima Barreto, diferentemente, este é o trabalho de Gonzaga de Sá e de seu biógrafo, que não deixam de pensar o que se foi como possível direção para a atualidade de suas vidas. A aproximação entre passado e presente se faz então categoria interna, cuja sustentação é possível dentro das fronteiras do próprio romance.

Além de tudo, no romance de Lima, o que é histórico divide lugar com uma interpretação simbólica do pretérito. Mediante esta visão, entrevê-se bem mais que a grandeza irrecuperável do sobrenome de ascendência nobre, julgando que este acaba se integrando à história coletiva da cidade. Ser Sá significa ser o “Rio de Janeiro, com seus tamoios, seus negros, seus mulatos, seus cafuzos e seus ‘galegos’ também” (VM, p. 575). Isto, sem mencionar o fato da formação do Rio ao longo dos séculos não ser restrita a uma nobiliarquia que tenha lutado a todo custo para permanecer pura, já que os Sá se casaram em toda parte, sem se preocuparem com a sua importância.

Nestor Victor (VM, p. 40-46) sublinha em carta de 1919, endereçada ao autor de *Clara dos Anjos*, que ainda era possível encontrar neste mesmo ano descendentes autênticos de Salvador Correia de Sá, conquanto não especifique se na própria capital republicana ou fora dela. De qualquer forma, se levarmos em conta o sentido mais abstrato que o pretérito familiar ganha no romance, a observação do crítico vale muito pouco, pois o que o enredo demonstra não é precisamente o resguardo dos vínculos consanguíneos da família em questão. O protagonista, além da casa dos sessenta anos vive com a tia Escolástica, ainda mais velha, ambos solteiros e sem filhos. Todos os irmãos do mestre de Augusto Machado estão mortos, mas o texto informa sobre uma irmã, que vive no estado da Bahia, parenta que Gonzaga não vê há trinta anos e que teve quatro filhos. Deste modo, o que está em caminhos de se findar não é precisamente a descendência de sangue, já que a gente Sá não está de todo extinta. Se existe uma família em caminho de se acabar, ela é menos o núcleo familiar que se apresenta com sobrenome e mais uma visão dos valores que o passado familiar representa. Estes vêm à tona mediante uma aristocracia que possuiria certos atributos morais, ainda que o romance mostre que as mesmas virtudes convivam com as falhas do mesmo grupo, como se verá mais adiante.

Some-se a isto que a personagem às vezes parece se sentir mais descendente de indivíduos do que de um estrato humano que tenha direitos de reivindicar sangue azul. Em

visita ao teatro Lírico com o amigo, o protagonista questiona os vícios de uma elite degenerada que governa o Brasil desde antes da República. “Há quarenta anos era assim; não mudou. Serão sempre assim?” (VM, p. 629). Ainda, considere-se mais uma vez que um dos casamentos aos quais Gonzaga se recusou seria com a filha de um visconde, isto é, um título não pode dignificar uma classe. Assim, não se trata de achar que o livro deseje justificar uma camada dominante do passado mais perfeita que a do presente.

Os grandes vultos de outros tempos são menos parte de uma classe que membros de sua própria individualidade. Como se os valores positivos não se casassem com o espírito de facção, são estas figuras consideradas tão solitárias quanto a personagem principal. Quando esta visita a ilha do Governador, denota o caráter simplório e infeliz de D. João VI, figura que amante da natureza brasileira, aparece mais como cultor dos retiros que admirador das agitações da Corte. Não é outra a matriz de outro governante admirado pelo biografado, D. Pedro II, frustrado na iniciativa que teve em fundar uma aristocracia no teatro Lírico, incapaz de intelectualizar os espíritos curtos da elite do Império.

Tais tipos nobres comunicam com o perfil de Gonzaga. Como o imperador sem sucesso, o biografado compartilha o desejo de moralizar. Mesmo tentando se afastar dos paradigmas sociais, sua posição não é passiva. Fite-se o fato de tentar melhorar o pensamento de seus colegas de trabalho, a esperança em lhes modificar a falta de curiosidade intelectual. Como a tenção do segundo monarca do Brasil, o ânimo não colhe muitos resultados, conforme expressa o trecho que se segue:

Dantes eu tinha pena. Hoje, sobe-me o ódio, dá-me vontade de lhes quebrar a cara... Eu quis fazer deles o meu ambiente, comuniquei-lhes as minhas leituras... Os burros maldizem-me... Eunucos, castrados! Apanharam umas opiniões, uns retalhos de pensamentos dos meus lábios e, com eles próprios, querem me ofender e irritam-me [...] Os mais próximos eu os quis melhorar; eu lhes levei autores, novidades, jeitos de pensar... E eles? Oh! Que bestas! Que bestas! (VM, p. 623-624).

Não há dúvida de que a personagem que nomeia o romance admira as virtudes de tipos que fizeram parte da nobreza anterior à República, porém a obra acaba se afastando de louvar as bondades de um segmento social específico, em que caberia a família Sá. Está em jogo um discurso que toma cuidado em eleger médias que fiquem acima das subjetividades, que acabam entrando para refrear o ideal de grupo. O funcionário da Cultos contesta o critério de classe como base determinante do perfil do sujeito (VM, p. 574; p. 583). Em um trecho do romance em que está mais patente o orgulho em se pertencer à família dos fundadores do Rio

de Janeiro, Gonzaga não se esquece de acentuar que para ele só existem indivíduos (VM, p. 574), como se fosse preciso conciliar o sentimento de grupo com a autonomia da pessoa.

Mesmo assim, sempre com cuidado para não deslizar pela defesa de partido social, de uma família que o represente, é possível perceber que o texto chega à vezes a simpatizar com uma linhagem humana moralmente superior à do lapso republicano. Levado para jantar na casa do amigo mais velho, Augusto observa o ambiente onde vivem Escolástica e o sobrinho, momento em que a exterioridade do espaço se confunde com a interioridade dos moradores da casa das encostas de Santa Teresa. O narrador admira os velhos móveis de jacarandá da residência, a mobília sólida e pesada, feita de madeira nativa, tão característica dos sobrados patriarcais do século XIX, como ressalta Gilberto Freyre (1977, p. 80-81). Para o biógrafo ficcional, móveis “tão amplos e fortes que se diria feitos para outra raça de homens que não a nossa, aquela que vemos por aí nas ruas, nos teatros, nas regatas, nas corridas, mesquinha e sórdida” (VM, p. 593). Em outra passagem, é ainda o amigo mais jovem que afirma os dotes da morada dos Sá, “das velhas casas do Rio de Janeiro que dão bem a imagem da fartura e da liberdade da nossa burguesia nos meados do século passado” (VM, p. 630).

Nas páginas estudadas, ainda se percebe que a referência a contornos mais nobres de família também surgem indiretamente, ou seja, pela sátira aos desejos de nobreza das famílias republicanas. O que mais incomoda Gonzaga é a ostentação de uma tradição que as famílias ricas não possuem. Estas, que querem posar de tradicionais são produto dos arranjos entre doutores e filhas de burgueses, união que é vista como negócio pouco honrado. Vejamos a passagem que confirma a afirmação:

Gonzaga de Sá dizia-me:

— A mais estúpida mania dos brasileiros, a mais estulta e lorpa, é a da aristocracia. Abre aí um jornaleco, desses de bonecos, e logo dás com uns *clichés* muito negros... Olha que ninguém quer ser negro no Brasil!... Dás com uns *clichés* muito negros encimados pelos títulos: “Enlace Sousa e Fernandes”, ou “Enlace Costa e Alves”. Julgas que se trata de grandes famílias nobres? Nada disso. São doutores arrivistas que se casam muito naturalmente com filhas de portugueses enriquecidos. Eles descendem de fazendeiros arrebetados, sem nenhuma nobreza e os avós da noiva ainda estão à rabiça do arado na velha gleba do Minho e doidos pelo caldo de unto à tarde. Sabes bem que não tenho superstição de raça, de cor, de sangue, de casta, de coisa alguma. Para mim, só há indivíduos, e eu mais do que ninguém, pois descendo dos Sás que fundaram esta minha cidade... (VM, p. 573-574).

A tradição, tanto a familiar quanto a da cidade do Rio, é singela, silenciosa e não precisa da exibição dos novos ricos para se afirmar, porque ela conta com o apoio que o passado lhe confere. Mire-se a opinião do descendente dos Sá acerca dos brasões da cidade do

Rio de Janeiro. Os republicanos são feios e sem graça, estrambóticos, “cheios de montanhas e letreiros, além de arvoredos e papagaios — tudo o que pode vir de mais extravagante e hediondo à cabeça de um sujeito doido e o menos artista deste mundo” (VM, p. 572). Já os emblemas coloniais transmitem o passado sem exageros, como o símbolo do Reino do Brasil, o qual é considerado bem mais gracioso por sua simplicidade, sem os excessos empregados para ostentar.

O sujeito narrativo, apesar dos contrapontos que ainda exploraremos, admira a antiguidade da família Sá, ou seja, o fato dos antepassados do Mestre serem bem anteriores à República. O protagonista, com sua “boca de moça” aristocrática (VM, p. 585) representa a tradição daqueles móveis de jacarandá, de gente cuja história não precisa da exibição das famílias ricas do presente, a fingirem nobreza. As famílias de Petrópolis<sup>1</sup>, que motivaram as considerações sobre a superficialidade do “Enlace Sousa e Fernandes”, ou “Enlace Costa e Alves”, são consideradas rapinantes, sem cultura, sem história que as ligue fortemente à cidade.

O tema da família rica que quer conferir a si *status* aristocrático é anterior à literatura escrita à época de Lima Barreto. Machado de Assis (2008, p. 228) já o tinha desenvolvido nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, no capítulo “III-Genealogia”, voltado às origens familiares do defunto autor. Luís Cubas, filho de tanoeiro do século XVIII falsifica sua precedência para obter mais respaldo diante da opinião pública. O sobrenome Cubas, que se deveu na verdade a um antepassado consertador de vasilhas, passa a ser atribuído a um antigo cavaleiro, que lutando na África durante a Reconquista, cometeu a façanha de tomar trezentas cubas aos mouros.

Em terreno onde a família era o alicerce social e econômico diante da inatividade de um Estado regulador, as funções da organização sob foco ultrapassavam o setor doméstico. A independência política, a abolição oficial do sistema escravocrata, a proclamação da República, não trariam fim às bases políticas e ideológicas fincadas com o domínio da família extensa. Não admira que já no século XIX, um comerciante rico pudesse desfrutar de menos prestígio social do que um chefe de repartição pobre, mas de família tradicional, segundo Florestan Fernandes (2002, p. 1511). Ainda, de acordo com o pensamento do sociólogo,

---

<sup>1</sup> Petrópolis, cujas famílias ainda serão citadas algumas vezes neste trabalho, era constituída da mesma gente de posses da cidade do Rio de Janeiro. Esta tratava de subir a serra no verão, com o objetivo de se refugiar do calor (ARAÚJO, 1993, p. 252).

mesmo aqueles que no mesmo período atribuíam a si uma mentalidade vanguardista, defendendo o antitradicional, tratavam logo de adquirir os símbolos da aristocracia agrária, convertendo-se em “comendador”, em “pessoa de bem” (2002, p. 1519). Tudo isto devido a claros objetivos de aceitação social.

A origem familiar figura na narrativa de Lima como um ponto de afastamento do perfil gonzagueano dos arrivistas dos novos tempos. Estes podem utilizar os nomes que representam uma falsa tradição, mas como os antepassados de Brás, como os burgueses republicanos, que buscam se dignificar pela superficialidade dos títulos, aparecem como um embuste. A verdadeira tradição não faz alarde. Ela se faz inimiga do lugar fácil e barulhento, tal qual a própria personagem principal, avessa às solenidades da burguesia carioca, que vai às cerimônias religiosas a fim de encaminhar seus arranjos. Como resultado, o passado familiar, da parte do herói romanesco, não serve como degrau para a ascensão social, menos ainda, aparece como grande honra que sirva para ser contada em toda parte. Além do protagonista, dentre todas as personagens do romance, é Augusto Machado somente quem enfatiza o nobre pretérito da família Sá, mas como um passado que fica bem guardado na memória do indivíduo, longe do reconhecimento público.

Resta pensar até quando se poderia comprovar historicamente uma aristocracia do passado que fosse mais valorosa que os aventureiros da nova República. Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 133-137) defende que a posição singular dos fidalgos portugueses no mundo ocidental devia-se a uma tendência à despersonalização, em que as relações de parentesco, vizinhança e amizade tentavam se equilibrar com o gosto pela riqueza e pelas aventuras que a procura do lucro exigia. Se estes mesmos nobres abandonavam os preceitos de sua condição, isto se dava mais como meio de eliminar a mentalidade que desfavorecia a busca do lucro do que propriamente como protesto contra a superioridade aristocrática.

De par com o ponto que interessa, o tronco familiar não aparece descrito no romance como defensor da condição nobre, seja no que se refere ao conquistador português ou aos antepassados brasileiros, portanto, sem escrúpulos para não “manchar” o sangue da família. Gonzaga afirma que seus parentes nunca ligaram para seus forais, que acabaram se misturando em toda parte. A falta de importância dada à distinção familiar é condição especial desta família que acaba sendo mais nobre por não dar importância a seu nome. Distanciando o romance do que é argumentado em *Raízes do Brasil*, a falta de preocupação

conferida à posição social não se torna pressuposto da ganância desenfreada e da usura que, para Sérgio Buarque, acabaram degenerando alguns valores positivos dos nobres ibéricos. Ainda que Estácio de Sá, cuja morte é lembrada por Gonzaga durante a visita à ilha do Governador, não exclua de todo tal correspondência, como exemplo dos fidalgos lusos que se lançaram ao perigo em nome das posses.

Na verdade, embora o norte histórico esclareça em muito o lugar dos antepassados, o arranjo do romance acaba sendo menos objetivo. Gonzaga é um amante das coisas velhas comparado aos poetas da Idade Média que faziam história oral. Os passeios para ver o convento de Santa Teresa, o chafariz que antes era tocado pelo mar, o canal onde morreu Estácio de Sá, a velha casa dos tempos de escola, o contato com os retratos de família da sala de visitas, denotam o ritmo mais poético que documental da narrativa. Em todos estes episódios, a comprovação é menos importante do que o fruir com uma história mais contemplativa, que se nega a correr para alcançar os tempos idos, furtando-se de comprovar o passado com dados inquestionáveis. A inteligência do Passeador só cabe na palestra viva, a que não sabe como saltar da cabeça para o papel, transmitindo-se mal em comunicação escrita. Para dar conta de tal fala, o texto tem de se libertar de ser ensaio de época. Em outras palavras, tem de se tornar romance, um discurso que se desobriga de preencher as lacunas que a história constrói.

De fato, não se poderia traçar uma correspondência direta entre uma historiografia com pretensões científicas e a tradição familiar da qual o biografado de Augusto Machado se sente herdeiro. O filho dos Sá se reconhece como a própria cidade do Rio de Janeiro com todo o seu significado histórico, mas de uma história mais simbólica que de compêndios. As árvores genealógicas e os livros de linhagem não revelam sua origem. Daí a observação do sujeito narrativo, que no primeiro contato com o futuro amigo, conta que a ascendência do Mestre foi *adivinhada* a partir das qualidades deste, pois a comprovação historiográfica não tem força para acompanhar a interpretação que o livro faz do passado. Vejamos abaixo o trecho que o comprova:

Vi logo um velho inteligente, de amplo campo visual a abranger um grande setor da vida; entendi-o ilustrado e de uma recalcada bondade. Não sei também porque **adivinhei** que tinha um bom nascimento e a antigüidade do aparecimento dos seus antepassados nestas terras não datava da República nem do encilhamento (*VM*, p. 563, grifo nosso).



Mas a voz gonzagueana não é a única que fala de uma tradição que faz pensar a família. Augusto Machado não se encontra exatamente em dissonância com seu mestre, mas se deve reconhecer que seu perfil destaca às vezes traços bem singulares, uma visão mais do narrador romanesco do que do seu biografado. A amizade das duas figuras-chave da obra é tão perfeita que chega a dispensar as palavras, como se a comunicação fosse feita por telepatia, tamanha a afinidade moral e intelectual (VM, p. 602). Ainda assim, como destaca Lima Barreto, na “Advertência” que precede os capítulos propriamente ficcionais, Augusto releva demais a sua própria figura, ou seja, escrevendo a biografia de Gonzaga, ele acaba por falar da sua própria trajetória. Conforme destaca Nestor Victor (VM, p. 42), em carta já mencionada, o narrador às vezes parece sobressair mais do que seu herói e “a história de um outro que ele conta é apenas um pretexto para a sua”.

Entretanto, o caso não é bem de um duelo entre duas perspectivas. O velho Gonzaga se liga ao passado tanto pela antiguidade da família quanto pelas saudades da infância e da mocidade, enquanto o jovem Augusto, o homem do presente com todas as inquietudes do período, representa as possibilidades de transmissão das coisas velhas despertadas pelo filho dos Sá. O trânsito de uma herança de quatrocentos anos em direção ao mulato que convive com as barreiras impostas pela cor, com o esforço de manter o padrão individualista de seu mestre, sentindo-se ao mesmo tempo atraído pelo mundo, não é pacífico. O sujeito narrativo é contra o sistema, mas quer ser diretor. É inimigo do namoro, ao mesmo tempo, tentado a maiores intimidades com o sexo oposto. Prega a inação em uma sociedade cujas bases que garantem as desigualdades são bem firmes, ao passo que deseja destruir tudo em seus momentos de revolta. Não obstante, o oficial da Cultos também se entregar a seus instantes de inquietude, é com o narrador que o romance ganha uma fisionomia mais insone, que não se exime de problematizar os valores e as chances de continuação do passado<sup>2</sup>.

Ao contrário do que ocorre com Gonzaga, Augusto não nos leva ao interior de sua casa para que lhe reconheçamos os remanescentes de família. Embora simpático com o tronco Sá, a origem do próprio narrador e a parentela que a constituiria, mostram-se mais obscuras. Não quer dizer que não haja menções aos parentes do jovem amanuense, contudo, ele mesmo os apresenta em *flashes*, sem que se comprovem traços mais expressivos dos membros

---

<sup>2</sup> Os argumentos deste parágrafo encontram desenvolvimento mais detalhado na parte do trabalho de Irenísia Torres de Oliveira (2003) sobre *Vida e morte*. Este tópico de nossa análise deve muito às reflexões da tese da autora.

familiares, nem mesmo os seus nomes. Pouco depois do primeiro contato com Gonzaga, o amigo mais moço o encontra no correio. A razão da ida ao referido local é explicada pela necessidade de enviar cartas aos parentes em Minas. Todavia, a referência é esparsa e nada se acrescenta sobre aqueles que receberiam a correspondência.

Tratando de uma transição entre passado e presente, o sujeito narrativo coloca frente a frente o pretérito e suas perspectivas de continuação, como forma de definir seu próprio *ego*. Ao mencionar sua cerimônia de batismo, sem destaque aos parentes, Augusto conta sobre um acontecimento bem presente na história da família patriarcal brasileira. A solenidade, ao passo que se liga às tradições da família católica, também se relaciona a um voto que foi feito em nome do batizado, promessa que como todos os votos é contrato feito com o futuro, em nome da proteção diante do que virá.

O batismo do narrador é considerado uma “augusta cerimônia” (VM, p. 565) que não é alvo de sátira. Mesmo assim, a participação dos parentes é sem relevo, uma vez que só são vistos no cerimonial devido a uma rápida referência a “os meus”. Na mesma ocasião, os padrinhos, que receberiam a função espiritual de segundos pais, que poderiam legitimar o *favor* entre o mais rico e o mais pobre, não aparecem. Augusto Machado é afilhado de Nossa Senhora da Glória. A posição do biógrafo diante da família patriarcal é, pois, cuidadosa, como se o sujeito tivesse de manter limites ao se definir por ela. A figura de Nossa Senhora está mais que envolvida com a história da família nacional, mas o tipo de vínculo dela com seu afilhado é também uma forma de tirar o compadrio das práticas que lhe são inerentes, das relações de proteção e obrigação que comprometem a autonomia individual. Não significa que o romance se negue ao apadrinhamento, como ainda se verá na relação entre Gonzaga e o afilhado Aleixo Manuel, entretanto, que a personagem-narradora faz força para afastar a relação de si.

Deve-se considerar, pensando ainda em Augusto, que as tênues menções à sua parentela são substituídas por um ideal mais amplo de ascendência. Esta rompe com os limites do sangue para se apoiar em um ponto de vista que reconhece a ancestralidade como substrato de contradições, um passado de dores que ainda assim identifica o indivíduo com os tempos idos. Leiamos abaixo a citação que o comprova, na qual o narrador fala de si:

E assim, fui sentindo com orgulho que as condições de meu nascimento e o movimento de minha vida se harmonizavam — umas supunham o outro que se continha nelas; e também foi com orgulho que verifiquei nada ter perdido das aquisições de meus avós, desde de que se desprenderam de Portugal e da África. Era

já o esboço do que havia de ser, de hoje a anos, o homem criação deste lugar. Por isso, já me apóio nas coisas que me cercam, familiarmente, e a paisagem que me rodeia, não me é mais inédita; conta-me a história comum da cidade e a longa elegia das dores que ela presenciou nos segmentos de vida que precederam e deram origem à minha (VM, p. 565).

Augusto ressalta que alguma parte dele já vivia nos tempos de antigamente, que apontavam para o presente, ensaiando o futuro, “o esboço do que havia de ser, de hoje a anos, o homem criação deste lugar”. A definição de nutre-se dos que o precederam, como origem mais distante que a casa familiar com pais, irmãos e avós conhecidos fisicamente. O caminho que o tempo percorre até o sujeito não é agitado. A tradição não é em seu conteúdo histórico, isto é, da ação humana para se construírem meios materiais e espirituais, um desfile de justiça, tampouco o oposto. Para o narrador, é preciso sofrer os opostos da civilização para se criar uma ligação com o passado. Os ingleses que passam levando arbustos para enfeitar jardins estão apartados da grandeza da mata que viu quatro séculos de vidas separadas, sofredoras do clima quente, do eito onde trabalhavam escravos (VM, p. 566). Colher apenas o lado ornamental da história é esquecer-lhe os sacrifícios, a longa elegia de dores, da qual também faz parte a ascendência do indivíduo.

Augusto Machado atina que foram seus avós portugueses que trouxeram agrilhoados seus avós africanos, conforme também mostra Gonzaga, que a mesma terra que acolheu sua família moveu contra seu antepassado mais ilustre, Estácio de Sá, as flechas de índios selvagens que fizeram o conquistador tombar diante da natureza deslumbrante. Neste sentido, a tradição norteia as personagens, ao passo que não as deixa esquecer as arbitrariedades do pretérito, as quais se cruzam com a origem familiar, repelindo a utopia do passado sem mácula. “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”, diz Walter Benjamin (1994-a, p. 225). Para o pensador alemão, em texto intitulado “Sobre o conceito de história”, o passado lança um apelo ao presente. Os acontecimentos que nos antecederam estão saturados de ruína e catástrofe, mas não os podemos negar, pois negar é esquecer e esquecer é repetir os mesmos erros. O passado deve encontrar-se com o presente como “passado carregado de agora” (BENJAMIN, 1994-a, p. 229-230), o que nunca isentará a história de suas atrocidades, nem olvidará o sacrifício dos explorados. Em vez de um presente e futuro superiores, o tempo em *continuum*, que ameaçado recairá na concepção de progresso redentor, a simular que nada o que for, por mais autoritário que seja, será equívoco, pois sob tal ilusão de evolução a queda dos homens foi enterrada com o próprio passado.

Ao refletir sobre os outros tempos, o amanuense se mostra bem mais inquieto que Gonzaga. Seu entendimento nem absolve nem condena a tradição, avançando de modo desassossegado, não abrindo mão de questionar os tempos de antigamente como ponte para o presente. No capítulo “Era feriado nacional”, o narrador fala da rua, onde observa a pompa de uma parada militar por ocasião de uma data comemorativa de importância para a República. Augusto se pergunta como os despossuídos podem se deslumbrar com o espetáculo do mesmo Estado que os maltrata, concluindo que “a sociedade repousa sobre a resignação dos humildes!” (VM, p. 618). Em seguida, considera se as injustiças que ele vê desfilar pela realidade brasileira não encontrariam a mesma correspondência em outras sociedades, fossem elas de selvagens ou de civilizados, do passado ou do presente.

Durante as digressões do episódio descrito no parágrafo anterior, de que há explorados e exploradores em quaisquer épocas e lugares, a voz narrativa sente vontade de acabar com tudo, de ver toda a civilização abaixo, “queria aquelas casas abaixo, aqueles jardins e aqueles veículos; queria a terra sem o homem, sem a humanidade, já que eu não era feliz e sentia que ninguém o era...” (VM, p. 619). Entretanto, apenas algumas linhas antes, o biógrafo havia concluído que diante dos inevitáveis mecanismos de coerção, tanto os do passado dos colonizadores e dos nativos, quanto dos donos do poder republicano, a decisão mais sábia seria a inação. Diante da alienação dos pobres e das violências dos poderosos, realidades atemporais e sem remédio, Augusto cogita um nirvanismo, isolamento que embora uma solução para o sujeito, afirma que a sociedade ou as sociedades possuem poucas esperanças igualitárias.

Ainda que a atitude de querer destruir a civilização pareça contrária e menos passiva que se exilar em si mesmo, ambas as posturas refletem um dos traços do caráter da personagem-narradora, isto é, a tentativa de compreender o papel da pessoa ante o movimento histórico, em meditações que são mais questionamentos que saídas. Porque Augusto representa as possibilidades de continuação da tradição, suas certezas não cessam de soar como dúvidas, impasse que tem no valor ambivalente das ideias a própria lógica do caráter jovem do amigo de Gonzaga. Deste movimento indeciso, resultam os embates interiores do biógrafo, o qual ao longo da narrativa não sabe bem se deve se curvar aos ditames das coisas sem resistência ou influir na própria vida e no mundo.

Analise-se outro trecho em que a observação do último parágrafo encontra outros desdobramentos. O sujeito da narração visita a casa dos Sá, onde se detém de forma mais direta nas anedotas que Escolástica e o sobrinho contam sobre a sociedade imperial. Ouve a velha tia de seu mestre falar sobre seus tempos de juventude nos teatros da época. Gonzaga tem lágrimas nos olhos ao lembrar o passado, enquanto Escolástica se transfigura em um olhar cheio de beatitude. Entretanto, a passagem não é só deslumbramento, pois a memória gonzagueana também recorda a falta de cultura e moralidade da elite que frequentava os espetáculos teatrais, a ingratidão da cidade com a cantora Stoltz, que foi alvo de versos satíricos apenas alguns dias depois de ter sido coroada no palco como se fosse rainha. Augusto Machado então tira uma lição de seu contato com outros tempos. Acompanhem-na na passagem abaixo:

Tinha penetrado no passado, no passado vivo, na tradição. Em presença daqueles velhos bons que me falavam das coisas brilhantes de sua mocidade, tive instantaneamente a percepção nítida dos sentimentos e das idéias das gerações que me precederam. Em torno daquele legendário “Provisório”, grotesco e formalista, que eles evocaram, pude ver os trabalhos e as virtudes dos antepassados e, também, seus erros e crimes. Vim descendo... lançara mais uma raiz; estava mais firme contra as pressões externas, senti que sorvera também uma gota de veneno. Tomei o elétrico. No primeiro banco sentei-me, e me pus a mastigar idéias. Atravessei a rua do Catete e muito animado, o rocó largo da Glória. Vi o velho passeio regurgitando. Tinha mastigado idéias... Não há civilização isenta de crimes e de erros — concluí. Estava na estação. Saltei (VM, p. 597).

O encontro com o antigo é ocasião de se reverem virtudes e crimes. Mesmo que haja desacertos no passado, o contato com os tempos de outrora é capaz de dar segurança ao narrador. A partilha do pretérito faz com que se perceba que não se é um primeiro homem, que este é gerúndio e não participio, no dizer de Ortega y Gasset (1982, p. 42). A memória em *Vida e morte* localiza o indivíduo que tem a certeza que outros o precederam, ao passo que não desprende as crueldades do passado da reminiscência. Do ponto de vista de Nietzsche, a formação da cultura jamais deixou de contar com uma grande parcela de martírio. Há uma correspondência da visão do filósofo alemão com a do romance, ao reconhecerem ambos que o que fica na memória acaba sendo gravado com fogo para não ser esquecido. Conviver com o que resta de outros tempos é possível porque o passado não cessa de doer. “Quanto sangue e quanto horror há no fundo de todas as ‘coisas boas’” (NIETZSCHE, 1998, p. 52).

A família, quando se liga à tradição acompanha a mesma visão. Considerem-se as impressões geradas pelos retratos de família de Gonzaga no sujeito narrativo. Ao observar a fisionomia da parentela Sá, o visitante se sente intimidado diante dos retratos dos homens de

outros tempos. Fixando o olhar em um deles, o amanuense julga que o antepassado do amigo está prestes a erguer o braço e dizer “metam-lhe o bacalhau”, quer dizer, coloquem-no sob chicote. A ordem naturalmente não vem, mas a imagem possui força suficiente para fazer o convidado virar a vista e procurar as fisionomias das senhoras.

Pousando o olhar na avó de seu mestre intelectual, o sentimento se modifica. O perfil imperioso do homem bem vestido guardado por moldura dourada, traços que parecem inferiorizar o observador, é substituído pela expressão terna e meiga da avó, fazendo com que Augusto se sinta mais confortado. É preciso não esquecer que a avó viveu na França e assistiu à Revolução Francesa. Assim, há um traço libertário na descrição dela que se afasta da figura militar e bem nacional do outro parente, que mais parece senhor patriarcal tratando com escravos.

Em termos estruturais, vale ressaltar que a tradição traz consigo tanto uma face de carrasco quanto uma fisionomia reconfortante. Ela aparece com olhos autoritários, mas também de acalanto para o indivíduo que reconhece em si uma ponta de identificação com o coletivo em suas grandezas e baixezas. Augusto sente mais os contrários do pretérito em sua condição de mulato que tenta compreender a si como síntese racial e social no momento em que as teorias científico-sociológicas justificavam a dominação do mais forte como fato justo, o que vinha bem a calhar a um país cuja história patriarcal se alicerçara nas mesmas relações. Um modo de esquecer o passado e de parecer cosmopolita a que o discurso do romance não adere.

Não obstante, o narrador respeita os parentes mortos de Gonzaga. Para ele, o caráter especial do protagonista também é tributário da origem familiar. O filho dos Sá é uma inteligência singular, um temperamento original, cuja mesma individualidade é também produto do “lento trabalho sedimentar do tempo” (VM, p. 586). Mas o tempo em *Vida e morte*, por ser memorialístico, não se restringe ao aparecimento do narrador e de seu herói, mas os antecede. O indivíduo deve ao pretérito e não é à toa que no primeiro contato com o oficial de repartição, a origem familiar acaba figurando como traço que o particulariza. Conforme já foi mostrado, o destaque da inteligência de Gonzaga é aliado da antiguidade do aparecimento de sua família, a qual é bem anterior à República.

Porém, a reverência à vasta idade da gente Sá não impede que a família surja com uma face coercitiva, comprova-o as imagens dos parentes. Em outro momento, ao manter contatos

mais diretos com a residência de Santa Teresa, visitando-a, o amigo mais moço conhece o velho negro Inácio. Ao falar de Inácio para o convidado, Gonzaga mostra comoção em suas palavras, tentando transmitir o sentimento fraternal que nutre pelo agregado. Este acompanhou o auge e a decadência da casa familiar dos Sá, sempre com a mesma dedicação. O sobrinho de Escolástica considera o velho negro um “irmão de leite” (*VM*, p. 589), devido ao afeto sincero entre ambos. Ainda, porque Inácio foi liberto da escravidão por ter nascido poucos dias antes do protagonista, em agradecimento à vinda de mais um filho ao mundo. Ocorre, a despeito da ternura que envolve o quadro, que a voz narrativa percebe que há algo dos poucos dias de cativo que sobreviveu e acompanha Inácio, mesmo não duvidando do sentimento sincero de Gonzaga, que soluça ao falar de seu irmão de leite. Atentemos ao próximo fragmento do romance:

- Mandei trazer um pouco de vinho Bucelas branco. Gostas?
- É delicioso.
- Dentro em pouco o velho preto Inácio entrou com os copos e a garrafa numa bandeja.
- Deixa aí, Inácio.
- **Embora Gonzaga de Sá falasse com toda a brandura, o pobre velho quase deixou cair a garrafa** (*VM*, p. 589, grifos nossos).

Mas o passado, trazido ao presente pelo perfil de algoz dos retratos de família, pelo cativo da gente de Inácio, é também uma forma de aprendizado. Em outras palavras, ao pensar os contrários da tradição sem a repudiar<sup>3</sup>, o romance retira as heranças do pretérito do conformismo, no entendimento de Benjamin (1994, p. 223), reconhece que as outras gerações dirigem um apelo ao presente. Embora tal postura seja mais acentuada em Augusto Machado, ela também se faz sentir em Gonzaga, no momento em que este exprime as lacunas e os acertos dos tempos idos. Para o filho dos Sá, fez-se mal em destronar os antigos governantes, referindo-se ao Império. “Apesar de tudo nós nos entenderíamos afinal. Vínhamos sofrendo juntos, vínhamos combatendo juntos, às vezes até nos amamos — entenderíamos-nos por fim” (*VM*, p. 628). O lamento é movido contra os aventureiros da República, os mesmos das famílias de Petrópolis, a fingir nobreza, mencionadas há algumas páginas. Apesar da crítica,

---

<sup>3</sup> Um desdobramento deste tipo de conciliação pode ser também seguido no conto “O peru de Natal”, de Mário de Andrade (1972, p. 95-103), no qual a memória da família acerca do pai conservador ameaça os planos de uma ceia menos austera. No texto mariano, a lembrança da figura paterna arrisca a felicidade da família, enquanto o pai tenta ser expulso a todo custo pelo filho Juca. Ocorre que apenas quando é trazido diretamente pela fala do filho à reunião de família é que o fantasma do pai desmancha-prazeres se afasta, superado e vencido tanto quanto acolhido.

Gonzaga continua suas considerações afirmando que mesmo no Império a elite brasileira era constituída dos mesmos agiotas, dos mesmos fazendeiros interesseiros, dos mesmos políticos inativos, dos mesmos literatos sem vigor. Nada mudou? Se é isto mesmo, por que se fez mal em expulsar os antigos governantes? O amigo mais moço percebe a contradição, ao que o mais velho, também notando a incoerência em seu discurso, confirma que é da opinião de Augusto, mas que os antigos ainda eram mais parentes que os novos. Aquilo que veio antes traz as relações desiguais do presente, mas no passado pode-se achar uma promessa de vínculo coletivo (OLIVEIRA, 2003, p. 26) que talvez se constitua como entendimento para o futuro, mesmo que como projeção, pois o romance não traz efetivações a este respeito.

Sem que se considere a família como devir, interessando agora a face histórica da instituição familiar, observa-se que esta não sofre transformações que desfaçam as incongruências advindas do passado paternalista. Adiantemos a posição da mulher, discussão a que ainda voltaremos. O feminino no romance se confunde com a situação histórica, com esposas e filhas brasileiras ainda dirigidas pela supremacia do homem, único detentor dos direitos civis e políticos. A mulher não pode votar, mesmo que seja alfabetizada, critério que permite ao homem escolher seus governantes.

A sensação de destruição dos valores patriarcais não pode ser descartada, mas é preciso acolhê-la com reserva. Isto porque muito do que continua após 1889 não nasce espontaneamente neste ano, mas resulta das desigualdades já em trânsito no mundo escravista. *Vida e morte*, pela visão não conformista acerca do antigo, e em relação a aspectos que ainda ressaltaremos, confirma o argumento. O familismo político, a falta de movimentação do sujeito sem um protetor e a profusão da prostituição são realidades que antecedem o período republicano e que permeiam a totalidade do entrecho. Diga-se que a República, por suas discrepâncias internas, pela comunicação com a ideologia internacional, vem tornar as contradições da vida brasileira mais patentes. Sob influência dos ideais burgueses, o período estudado generaliza a crença de que o sucesso pessoal depende da capacidade de cada um, mas a real mobilidade do indivíduo ainda é frustrada pelas permanências coloniais, o que se agrava ainda mais se o exemplo for o espaço estreito onde pode transitar a mulher. Se a família é aclamada como unidade básica da sociedade, o pensamento socialista e anarquista trabalha para sublinhar os desacordos de tal sentença, pois se o bem-estar social depende da família, as desigualdades de classe também são tributárias da organização familiar.



Mesmo com valores e práticas mais antigas que a República se fazendo presentes, sociólogos e historiadores do período concordam em afirmar que o sentimento que se segue ao quinze de novembro é justamente o de perda de uma certa dimensão do substrato paternalista, quer dizer, maldiz-se a dissolução de um modelo mais solidário de sociedade, mais humano precisamente por seu aspecto mais familiar. Não há sentido, todavia, em condenar a República como instauradora de desigualdades onde tudo antes era perfeito. Trata-se antes da percepção de um ritmo mais acelerado de vida, onde a substituição da casa pela rua, o inchaço populacional da cidade, as novidades ideológicas e a especulação financeira, modificam o viver. Por outro lado, o que antes a sociedade imperial ocultava com uma dada vergonha, caso da especulação financeira, passa a ser proclamado como motivo primeiro de prestígio. A sensação de alguns diante das mudanças, consoante José Murilo de Carvalho (2008, p. 27), traduz-se no sentimento de perda dos valores da família interiorana.

Sob o desejo de se estar mais próximo do padrão material e intelectual do continente europeu, as tradições nacionais, onde se insere a família, soam como atraso. As perturbações do crescente processo de aburguesamento provocam saudades de um Rio mais antigo, uma cidade com pouca estratificação social, habitada por uma população mais homogênea, onde “pessoas ricas parecem não se distinguir, pela maneira de viver, de outras pobres, com as quais se relacionam” (D’INCAO, 1997, p. 224). O arrivismo, o autoritarismo do poder público, a casa familiar que cada vez mais é trocada pelo espaço da rua, fazem com que se lamente o fim do lado mais humano da família conjugal e da extensa. Saudades que o romance sabe sentir sem olvidar o perfil degradante de outros tempos.

A narrativa caminha em sentido oposto aos valores difundidos na sociedade da época, que tentava passar uma borracha nas heranças coloniais e do Império<sup>4</sup>, principalmente pelo medo de mostrar um país ainda “atrasado” aos olhos dos estrangeiros (FREYRE, 2002, p. 240). O resultado deste cosmopolitismo agressivo contra o patrimônio pretérito possui dois desdobramentos principais na literatura brasileira do período em que Lima escreveu. O ramo mais conhecido coloca os determinismos acima das dívidas históricas, com o Naturalismo transformando a complexidade das relações humanas em questão de merecida vitória do mais

---

<sup>4</sup> As decisões políticas do período refletem bem a insegurança no que concerne ao passado. Em 1907, quase dezoito anos após o quinze de novembro, o príncipe D. Luís é impedido de desembarcar no Rio de Janeiro, tamanho o receio governamental de que o Império fosse restituído pelo neto de D. Pedro II. Consulte-se a este respeito, *História da inteligência brasileira* (MARTINS, 1977-78, p. 351-352).

forte, simplificando o passado e o desculpando em seus desacordos. A outra interpretação procura a tradição não para lhe interrogar os paradoxos, antes, para pintar uma imagem pitoresca de outras épocas. Aqui, as lacunas históricas separam-se do presente como se fossem outra história, exótica e distante. Os romances *Rei Negro* (1958) e *Bugrinha* /s.d/, respectivamente de Coelho Netto e de Afrânio Peixoto, publicados em 1914 e 1922, exemplificam esta última linha. O livro de Coelho Netto se passa no Vale do Paraíba no auge do ciclo do café, enquanto o de Afrânio Peixoto acontece na região mineradora da Bahia. As duas narrativas ocorrem no século XIX de feição paternalista, com fazendeiros e coronéis. Todavia, com pouca problematização do significado de uma herança histórica no presente republicano.

De modo diferente, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* questiona os valores do passado no presente e mesmo as chances do encontro destes dois para o futuro. No entendimento de Irenísia Torres de Oliveira (2003, p. 21), temos à frente um romance de passagens, “do homem velho para o jovem, do filho branco da aristocracia para o mulato, do Império para a República, da família para a cidade, da história oral para o romance”, trânsitos onde o percurso importa mais que o ponto de partida ou de chegada. No modo narrativo de atravessar o tempo, as heranças do passado representadas pelo protagonista barretiano são depositadas no inquieto biógrafo para interrogar mais do que para resolver as angústias do sujeito. A solução se constitui como via de comunicação com o antigo, recusando-se à simplificação dos determinismos ou ao insulamento do tempo. Este é trazido para ser avaliado dentro da individualidade das personagens, ou seja, o curso do tempo direciona a subjetividade, mas também desassossega. Importa sobretudo que a tradição não é abandonada em sua complexidade, valendo tanto como guia quanto como incógnita.

### **3.1. Compadrio e apadrinhamento**

Analise-se a relação que Gonzaga mantém com seu compadre Romualdo de Araújo. O descendente do fundador do Rio vive em casa aristocrática, que embora pertencente a uma família em decadência, ainda é capaz de impressionar o narrador pela amplitude dos cômodos e pela opulência dos móveis. Romualdo mora no subúrbio, em habitação dividida em duas. Gonzaga é oficial da Secretaria dos Cultos, ao passo que Romualdo, mesmo que funcionário

da mesma repartição, é servente. O protagonista romanesco possui um amplo patrimônio intelectual e uma consciência apurada do funcionamento do sistema social, enquanto seu compadre encontra-se alienado diante de sua posição de explorado. Em suma, relacionam-se dois homens “tão diferentes de condição e educação” (VM, p. 605), porém partilhantes de uma amizade profunda.

Como vimos em nosso primeiro capítulo, o desnível social é exigido pela prática do *favor*, que na primeira fase de Machado de Assis, tanto pode conduzir o dependente à classe de cima, quanto pode se transformar em barreira intransponível para o beneficiado que sabe bem o seu lugar de parte fraca. Há também uma distância social entre os dois compadres do texto barretiano, e, de fato, não se pode dizer que o *favor* inexista no romance, pois Romualdo é protegido de Gonzaga, como logo depois será o pequeno Aleixo, que após a morte do pai, é adotado pelo padrinho como se fosse seu próprio filho.

O oficial assume assim a função de protetor de pessoas em posição social desfavorecida. Na relação, o protagonista de Lima Barreto acaba se ligando a uma figura que em nada se aproxima de seu perfil individualista, como se sabe, recusante da posição de chefe de família. Romualdo não conta nem com o passado familiar que dá certa segurança a seu compadre, nem se oferece como herdeiro intelectual, ocupado que está com as obrigações cotidianas de pai de família. Em outras palavras, Romualdo não é dono de nenhum dos requisitos que fizeram com que Gonzaga se decidisse a não tomar parte na família burguesa. Ao contrário do outro amigo da personagem principal, Augusto Machado, o pai de Aleixo é um típico chefe familiar, de família desfavorecida, de esposa e filho de cor.

O temperamento original do biografado não encontra nenhuma ressonância em seu compadre, que aparece como personagem mais associada à rotina social. Apesar do aparente afastamento, o texto mostra que a relação entre os dois é mais antiga que o próprio compadrio católico, que aparece para legitimar uma ligação que já existia antes. Basta mencionar que a personagem principal se apresenta como agente de inserção do servente. Mesmo não querendo casar, o filho dos Sá prepara o matrimônio de Romualdo, reconhecendo que ainda pode haver um caráter dignificante no casamento, se o caso for o homem desprovido, que não dispõe da sustentação de atributos intelectuais ou não conta com um tronco familiar de quatrocentos anos. O sujeito narrativo, que não é casado e se declara inimigo do namoro, não duvida das razões do seu herói, encarando a união oficial entre as pessoas humildes e de cor

como proteção de situações sociais nada honrosas. Leiamos a passagem abaixo, resultado das ilações de Augusto acerca da sogra de Romualdo, no velório deste:

A gratidão devia ser grande. Aquele homem agora morto lhe dera as mais gratas satisfações de sua vida humilde. Casara com a filha, apoiara com o seu prestígio de homem a sua fraqueza de condição de menina, arrebatara-a ao ambiente que cerca as raparigas de cor, dignificara-a, ela, a quem quase todo o conjunto da sociedade, sem excetuar os seus iguais, admitem que o seu destino natural é a prostituição e a mancebia (VM, p. 609).

A introdução da pessoa de origem modesta, mediante práticas de aceitação social, imobiliza momentaneamente a indisposição do livro contra o casamento. Todavia, explorando outros desdobramentos do romance, o que se destaca é um substrato paternalista aproveitado com desvios, mais do que uma simples reconciliação com o que a personagem principal rejeita. Neste sentido, pese-se a pessoa do padrinho, que acaba encabeçando a relação sozinho, sem o par feminino que a tradição católica e patriarcal exigiria. Popularmente, até hoje, costuma-se dizer que compete ao padrinho e à madrinha ampararem os afilhados caso os pais biológicos faltem. Há uma função de segundo pai e segunda mãe que envolve tais figuras, que constituem um núcleo familiar simbólico a testemunhar o nascimento de um outro, amparando sua formação. Gonzaga não se exime desta tradição, entretanto, exercendo-a sozinho, como se não existisse a madrinha. Escolástica se torna protetora da criança, mas a alcunha de madrinha não lhe é atribuída uma única vez na narrativa, como se fosse preciso desviar o texto do que pudesse remeter a um modelo mais canônico de organização familiar. O caso é recorrente nos textos de Lima. Policarpo Quaresma (TF, 2006) também exerce sozinho sua função de padrinho, tal como Marramaque (CA, 2006), na ampla linha de heróis solteirões dos romances de Lima.

As heranças patriarcais se fazem presentes ao inserir o dependente nas relações de proteção típicas do sistema, mas com considerável refração, pois o protagonista não é senhor de família convencional e nem o *favor* possui força de obrigação recíproca entre beneficiador e cliente. Isto quer dizer, pois, que Romualdo não tem nada a oferecer a seu compadre. Principalmente porque não é objetivo de Gonzaga manter prestígio ou posição política, muito menos, garantir um número extenso de protegidos, em sociedade em que a quantidade destes é *status* de poder. No Brasil paternalista, estar cercado de grande número de parentes, amigos, afilhados, agregados significa garantir um vasto círculo de aliados, conforme expõe Eni de Mesquita Samara (1983, p. 14).

A personagem que nomeia a ficção não quer ser pai, mas aceita ser compadre e padrinho. Não há prejuízo para a organização artística, pois a decisão segue a mesma trilha das observações que expusemos há algumas páginas. Recorde-se que se argumentou sobre o perfil moralizante de uma aristocracia cujos representantes aparecem solitários, como a figura de D. Pedro II, admirada por Gonzaga pela iniciativa de intelectualizar os protegidos. Existem permanências desta mesma visão no fato do filho dos Sá cuidar desinteressadamente do seu compadre e do seu afilhado, com a ressalva de que sua dedicação se concentra de forma especial no indivíduo de cor. Relembre-se o velho Inácio, agregado desde sempre da casa das encostas de Santa Teresa. Do mesmo modo, o menino Aleixo Manuel, que pelo lado materno é tão mulato quanto o narrador Augusto Machado. Este, a despeito de não ser um amparado no sentido material, apresenta-se como herdeiro intelectual, já que é Augusto quem conta a história, quem está mais próximo da fortuna do pensamento e do passado de seu herói, ainda, para quem o oficial da Cultos deixa seus livros depois de morrer.

Sobre o apadrinhamento, que envolve a figura de Aleixo Manuel, é necessário distanciar um pouco a postura do narrador da de Gonzaga de Sá, considerando que os dois não esboçam precisamente a mesma visão acerca do futuro do menino.

Ainda que não se dê bem com os padrões sociais, o descendente de Salvador de Sá não faz papel de conservador, pois à medida que se volta ao passado, ele também não deixa de crer no futuro. Gonzaga admira a topografia do Rio de Janeiro, a fisionomia própria da cidade que não parece com nenhum lugar do mundo e só possui a obrigação de ser como ela mesma, fugindo do perigo da uniformização dos centros urbanos dos Estados Unidos (VM, p. 577). Mesmo amando o perfil individualista da cidade, o relevo de morros que faz com que o deslocamento entre pontos próximos da *urbs* carioca acabe exigindo bastante tempo, Gonzaga acredita que no futuro, com a abertura de túneis e com a aviação (VM, p. 578-579), os inconvenientes de um Rio isolado entre seus pontos serão sanados.

A cultura, sob a perspectiva de Gonzaga, também pode ser um agente libertador. Ao criticar o absurdo das teorias racistas, ao elegerem raças inferiores, o protagonista ressalta que se as vítimas do cientificismo tivessem mais cultura, teriam força para argumentar em defesa própria. Este, aliás, é o ponto-chave que afasta a voz do biógrafo da de seu mestre. Para o narrador, a iniciativa do Padrinho, que quer fazer com que o Afilhado derrube as barreiras

sociais por meio da instrução e da educação, apenas serviria para avolumar os infortúnios interiores do pequeno órfão.

A postura do sujeito narrativo sobre Aleixo parte de uma interpretação bem próxima da que ele faz de si. Para Augusto, a educação possui o caráter de fundadora de inadequados que não conseguem inserir-se socialmente, tal qual ocorre na anedota do escriturário que vai estudar as línguas sagradas na Europa e, quando retorna ao Brasil, tem de se contentar com o isolamento intelectual em emprego burocrático. Sem ser arrivista, sem ter coragem para atropelar a moralidade, sem a ignorância filosófica do homem médio, o destino do *eu* é o afastamento do mundo. De acordo com a personagem-narradora, a situação de solidão de quem tem consciência de suas desventuras ainda pode favorecer a separação entre o indivíduo e a família, como se vê na citação abaixo, na qual o biógrafo fala de si, motivado pelas figuras com as quais se depara em um bonde:

Gente fácil de rir, pensei eu. Enfim, o riso brota de acordo com a inteligência de cada um. O “subúrbio” já estava em movimento. Deixei de observar os quatro curiosos personagens, virei o rosto e, pela portinhola, pus-me a ver a paisagem, os morros altos e azulados, o verde-claro das campinas, o verde-escuro das encostas, as fagulhas de luz, as hastilhas de alegria no ar, as palmeiras melancólicas... Um dia viria que tudo isso havia de fugir dos meus olhos... Por que não sou assim como aquele barrigudo senhor, inconscientemente animalesco, que não pensa nos fins, nas restrições e nas limitações? Longe de me confortar a educação que recebi, só me exacerba, só fabrica desejos que me fazem desgraçado, dando-me ódios e talvez despeitos! Por que ma deram? Para eu ficar na vida sem amor, sem parentes e, porventura, sem amigos? Ah! se eu pudesse apagá-la do cérebro! Varreria uma por uma as noções, as teorias, as sentenças, as leis que me fizeram absorver; e ficaria sem a tentação danada da analogia, sem o veneno da análise (VM, p. 602).

Deve-se mencionar que apenas algumas linhas depois do trecho supracitado, continuando as digressões sobre si, o amanuense muda de opinião, inocentando a educação de causar seus sofrimentos: “Os culpados do que eu sofria não eram minha educação nem a minha instrução. Era eu mesmo” (VM, 602), afirma. Entretanto, à medida que o narrador se projeta na figura de Aleixo Manuel, ele vai mostrando que não se convence totalmente de suas últimas palavras. Ao observar o filho de Romualdo, Augusto sente muito de si no menino, como aquele que pelo perfil inteligente promete muito, mas que no futuro acaba se desiludindo do mundo, com grande contribuição da cultura recebida. Na última página do romance, sua conclusão mostra a falta de certeza ante a mudança de opinião exposta acima. Com a educação, é inevitável que Aleixo receba uma dose de autoconsciência que o tornará infeliz. Indica-o a passagem que se segue, sobre o destino do menino após a morte do Padrinho:

A tia levou o menino até o fim, com todo carinho e abnegação.

Bênçãos a ambos, que, na sua missão educadora, souberam ser bons, sem interesse e sem cálculo de espécie alguma, apesar de todos os dois terem concorrido para ampliar, com o hábito da análise e da reflexão que o estudo traz, a consciência da criança que devia ficar restrita aos dados elementares para o uso do viver comum, sem que viessem surgir nela uma mágoa constante e um fatal princípio permanente de inadaptação ao meio, criando-lhe um mal-estar irremediável e, conseqüentemente, um desgosto da Vida mais atroz que o pensamento sempre presente da Morte! (VM, p. 634).

O filho dos Sá, ao contrário, já se mostra mais otimista no que diz respeito ao Afilhado, como se disse, ele acredita no futuro e na cultura mais do que seu herdeiro intelectual. Como padrinho, resolve encaminhar seu protegido na vida, embora a atitude acabe ficando nas mãos da tia Escolástica, por causa da morte de Gonzaga. Ainda assim, promete fazer de Aleixo Manuel um Tito Lívio de Castro<sup>5</sup>, ao passo que Augusto Machado não consegue esconder uma nota pouco esperançosa acerca do compromisso assumido por seu mestre. “Eu tive um pensamento aziago e, de mim para mim, perguntei: Viveria Gonzaga para tanto? Valeria a pena?” (VM, p. 617), questiona.

Contudo, não é da boa intenção da personagem principal que Augusto duvida, antes, do tipo de sociedade que receberá Aleixo, como espaço que não deixa chances para que o indivíduo ascenda mantendo a dignidade. Na visita que o sujeito narrativo faz com Gonzaga ao teatro Lírico, o biógrafo reconhece que a matriz de suas angústias tem outras causas além do preconceito de cor, pois o seu mesmo sangue, ele vê correr por aqueles que formam a alta roda da sociedade nacional. Acresce que a mesma elite tinha atingido posições por desrespeitar quaisquer preceitos morais, sem se importar com as mulheres, com os pobres e com os imigrantes que seriam sacrificados pelo caminho. O narrador então se revolta contra a sua incapacidade de proceder da mesma forma, porque ele ainda possui um norte de conduta que o faz conservar os escrúpulos que a gente poderosa não possui. Eles “tiveram coragem, enquanto eu... Oh! Algumas vezes por aí, umas pândegas e muito álcool!” (VM, p. 629).

Resulta daí, que Augusto duvide que Aleixo, que já mostra grande capacidade para os estudos aos oito anos, chegue a confirmar as esperanças de um futuro promissor. Além da barreira da cor que sempre perseguiria o menino, para alcançar posições o Afilhado teria de

---

<sup>5</sup> Tito Lívio de Castro (1864-1890), médico e ensaísta, destacou-se por suas posturas sobre a situação do negro, da mulher, da educação. Vítima de racismo por ser mulato, sofreu muitas injustiças ao longo de toda a vida. Ainda assim, sua sensibilidade para o pensamento social e filosófico foi capaz de lhe conferir algum respaldo, embora não o tenha livrado do temperamento melancólico e da morte prematura, apesar do otimismo de Gonzaga. Consulte-se o estudo de Ana Maria Araujo de Almeida (2008), sobre o referido pensador.

descer tão baixo quanto os poderosos do Lírico, hipótese que nunca se confirma nas previsões para a criança, que para o biógrafo, seria sempre um afastado dos lugares de prestígio. O sujeito narrativo interpreta Aleixo como devir de si mesmo, portanto, um futuro incapaz de pactuar com as práticas que trocariam a dignidade pela posição de destaque. Contemplar o menino para o amanuense torna-se momento de encontro consigo mesmo, com seu próprio passado de promessas e choques com o meio hostil. Comprova-o a citação seguinte:

Vendo aquela criança, não sei que longínquas lembranças da minha infância me vieram. Eram as esperanças da minha iniciação nas coisas obscuras do alfabeto. Eram os afagos e espantos da minha professora; eram também os dolorosos desenganos desta minha mocidade irrequieta e desigual... Não viu o que invocava em mim aquela criança, com a sua rígida frente inteligente e a sua forte e redonda cabeça de homem de caráter! (VM, p. 630).

Mediante tal perspectiva, o apadrinhamento, prática típica da tradição patriarcal brasileira, vê-se questionado em um de seus traços mais significativos, ou seja, seu papel de inserção do protegido na sociedade. Ao realizá-lo, o romance livra a relação de seu caráter de contrato, cordializando-a e, ao mesmo tempo, desagregando-a por passar a significar a família como núcleo formador de inadequados. Se não insere o sujeito, o trecho de *Vida e morte* também livra o compadrio de seu sentido interesseiro, cuja representação bem paradigmática na literatura nacional nos é dada por Machado de Assis (2008, p. 535-540), no conto “O caso da vara”. No texto, o afilhado Damião não passa de legitimação da aliança entre o pai, senhor patriarcal, e o padrinho João Carneiro. No conto machadiano, o apadrinhamento está livre de razões mais desinteressadas, visto que João Carneiro se encontra moralmente descompromissado com o afilhado, tendo como preocupação básica não se indispor com o compadre, do qual depende.

Desviando-se relativamente do substrato patriarcal, o livro de Lima também acaba por fundar um paternalismo mais fraterno, afetivo na medida em que esquece o interesse e elege a sinceridade do compromisso que não é negócio. “Os protetores são os piores tiranos” (DI, 2006, p. 1213), escreve Lima Barreto, ao que tudo indica, referindo-se a seu padrinho, o Visconde de Ouro Preto. Longe de defendermos o texto literário como caso de consciência de quem o escreveu, é curioso que apesar da aparente revolta pessoal do autor, o aspecto do compadrio e do apadrinhamento seja justamente o oposto na obra barretiana, repleta de padrinhos e afilhados se sacrificando uns pelos outros. Olga enfrenta a tirania política e do



matrimônio para interceder em favor do padrinho preso (*TF*, 2006). Marramaque acaba morto por tentar proteger a afilhada das investidas do lascivo Cassi Jones (*CA*, 2006).

Mas se por um lado o texto de Lima possui acento moralizante, por colocar um padrinho que age sem interesse, o oposto de João Carneiro, por outro, acaba pagando a um individualismo que deixa o protegido sem acolhida no meio social. A tradição da família extensa acaba redirecionada por tal tônica, aproximando Gonzaga, Augusto e Aleixo um do outro como representantes da linha de personagens sem conciliação com mundo, para as quais Osman Lins (1976) reservou a classificação de *insuladas*.

O protagonista, também umilhado, afasta-se do narrador quando faz força para crer que seu isolamento não atingirá o Afilhado. A propósito, a posição de Gonzaga a este respeito não se restringe ao menino. Relembre-se que mesmo se recusando ao casamento, o descendente do fundador do Rio casa Romualdo de Araújo. A mesma reflexão pode ser tirada da sentença que Gonzaga repete quatro vezes para seu narrador ao longo do livro, “Vênus é uma deusa vingativa”, alertando o jovem amigo a namorar antes que se arrependa. O quadro se completa com a tentativa do Padrinho de dar um futuro a Aleixo, de o inserir, quando ele mesmo não quis colocações para si.

Para o homem sem recursos como Romualdo, com o mínimo de atributos materiais e intelectuais, sem raízes aristocráticas de quatrocentos anos, a família ainda pode representar um ponto de apoio. Para Augusto, a dívida contraída por se estar à margem talvez não valha as agitações interiores. O namoro, primeiro passo do ritual social de formação da família, antecedendo noivado e casamento (ARAÚJO, 1993, p. 97-124), apresenta-se como possibilidade de inserção do biógrafo, avolumando o individualismo de Gonzaga de Sá, que parece pouco disposto a querer criar um sujeito tão socialmente insulado quanto ele. Para Aleixo, há a esperança de seu padrinho de que o mérito conviva com a cooptação, o que acaba deixando, de forma bem tímida, a promessa de um futuro menos desigual, em que o *eu* encontra correspondência com a sociedade.

Assim, importa que a obra analisada traz a seu centro um traço significativo da tradição patriarcal nacional, ou seja, as relações de compadrio e apadrinhamento, sem que a ligação seja esvaziada criticamente. O apadrinhamento não entra no estoque de recusas do protagonista. Mesmo assim, é questionado como vínculo mais fraterno, quando mais livre de obrigações dadas à parte beneficiada, não salva o sujeito íntegro da incomunicabilidade com o

mundo. Em seu papel de protetor, Gonzaga sente o quanto custa sua posição singular e não quer que aqueles que lhe são próximos padeçam do mesmo isolamento. O oficial da Cultos, não obstante, encontra-se distante da esfera que garante futuro ao protegido, pois ele não mantém acordos com o estrato social de prestígio. Resta acreditar no mérito do Afilhado para conferir destaque, previsão na qual Augusto não confia.

#### 4. A FAMÍLIA SOB SUSPEITA

Dentre os aspectos essenciais que devem ser ressaltados para que se entendam as desconfianças que *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* direciona à família, o que salta primeiro aos olhos diz respeito à estrutura do núcleo estudado. O romance de Lima Barreto leva ao interior da família limitando-a, ou seja, fragmentando-a ao invés de apresentar um espaço doméstico onde se pudesse acompanhar a ação de pai, mãe e filhos em conjunto, reunidos ao mesmo tempo no mesmo espaço. Desta forma, tratando dos valores e representações concernentes à esfera familiar, o texto em prosa realiza-o desviando-se da instituição em sua formação característica, diminuindo a coesão entre seus membros.

Vise-se o próprio tronco Sá, formado pela tia septuagenária e pelo sobrinho que já passou dos sessenta anos, ambos solteiros e sem filhos para lhes continuar o nome. As personagens ligadas à família em forma grande, quer dizer, constituída por agregados e dependentes, acompanham o mesmo princípio. Inácio, que vive na casa de Santa Teresa desde os tempos da escravidão, jamais é mencionado junto à mulher ou filhos e não se chega a saber se ele realmente os possui.

Desse modo, a família tende à fragmentação. Mesmo quando resalta cada um dos elementos humanos do segmento analisado, a narrativa faz força para distanciar os componentes uns dos outros, recusando à associação tratada uma maior inteireza. Sabe-se que Romualdo de Araújo é chefe familiar, mas quando assim ele aparece já se encontra viúvo. O filho Aleixo, que é órfão de mãe, logo também se torna de pai. O Afilhado passa a ser criado por Escolástica e Gonzaga, contudo, o oficial da Secretaria dos Cultos morre logo em breve e o que era promessa de estabilidade familiar não se realiza. O princípio também alcança as personagens que se distanciam do convívio com os Sá. Considerem-se as mulheres que se vestem bem para garantir um casamento, as feministas que largam o estudo da música quando encontram um marido, o pai de família avistado na rua e comparado a animal de carga. Nenhum dos tais é mostrado dentro dos cômodos domésticos em convívio direto com os parentes.

Mesmo quando a associação familiar é entregue à tradição, à visão memorialística, ela não está bem unida sob o mesmo teto. Observe-se a descrição da parentela de Gonzaga no capítulo “O jantar”, momento em que o perfil da descendência de Salvador de Sá é acentuado

mais do que em qualquer outro momento do texto. O desencontro entre os membros da família é patente. A mãe de Gonzaga lhe morre aos oito anos, enquanto o pai continua vivo. O irmão mais velho perde a vida no Paraguai sem deixar mulher ou filhos, ao passo que a personagem principal ainda tem uma irmã que vive, a qual é mãe de quatro filhos. Contudo, esta não se encontra próxima de Gonzaga e de Escolástica, pois reside longe da casa que a viu nascer, na Bahia, sem contatos diretos com a personagem principal e com a Tia há trinta anos.

Tal afastamento dos componentes familiares entre si torna os contornos do tema estudado mais opacos do que nas outras obras romanescas do autor carioca, quando o texto não se concentra sobre a família em forma mais fixa: como já ocorre em *Triste fim*, com a gente de Albernaz, ou com a casa do carteiro Joaquim, em *Clara dos Anjos*. No que concerne a tal singularidade de *Vida e morte*, importa que a organização artística comunica-se com a inclinação do romance em relevar o indivíduo diante do compromisso com o grupo. A mesma interpretação pode ser direcionada a um narrador cauteloso em explicar o próprio perfil por pai, mãe, irmãos, mulher ou filhos, também avesso a acompanhar a corrente das associações sociais. Não quer dizer que o modo subjetivo pelo qual a narrativa encara o mundo reprima completamente os valores envolvidos na família, mas que o modo disperso mediante o qual os membros familiares são abordados deve às reservas do livro em colocar a média coletiva acima do dado individual. Prevalece o escrúpulo em analisar a pessoa como simples produto relacional, com o texto sempre se vigiando para não anular o sujeito perante a determinação grupal, aspecto a que ainda voltaremos.

Ainda assim, a despeito de tal traço que transpassa a obra, ainda é possível ver a família de perto. Enquanto permite tal panorama, a narrativa barretiana levanta uma série de questões acerca do núcleo sob enfoque, conforme exporemos a partir de agora, pelo exame de alguns episódios do romance.

Foi dito no subtópico anterior, onde se comentaram as relações de compadrio, que Gonzaga de Sá, apesar de ter se recusado ao casamento, direciona seu compadre Romualdo ao matrimônio. O sujeito narrativo não apresenta objeções no que respeita à iniciativa do Mestre, opinando que a união oficial entre homem e mulher resguarda esta última da mancebia e da prostituição, caso seja a futura esposa pobre e de cor. Julgando o fato em particular, predomina a sugestão de que *Vida e morte* prefere a defesa da família regular, não simpatizando com formas menos rígidas de estrutura familiar, caracterizadas por ligações

transitórias e concubinatos, mais comuns na família pobre por ser escassa a transmissão de propriedade.

O velório de Romualdo ensaia a confirmação do que foi dito no parágrafo anterior. No episódio, Dona Gabriela e seu filho Frederico, parentes da esposa do Compadre, destacam-se pela postura ativa, assistindo a casa e aqueles que tomam parte da despedida de Romualdo. O quadro familiar faz supor um nível de amparo entre seus membros que dura até o momento da morte, se não fossem os problemas que o livro acaba colocando sobre os limites da solidariedade da mesma família.

A primeira das ressalvas do romance refere-se à capacidade da família de poucas posses de cuidar dos seus. Os laços de solidariedade existem, mas também têm alcance restrito, relativizando-se caso os membros necessitem da proteção que exceda a capacidade econômica do círculo familiar. Então, a ajuda do vínculo consanguíneo não opera, sendo necessário contar com um protetor de fora, acionando assim o *favor*. Os parentes, que encaminham a cerimônia de despedida, não são capazes de conferir segurança material para o afilhado de Gonzaga, que não fica sob a responsabilidade da avó ou de Dona Gabriela, mas do Padrinho, que possui mais condições de educar o órfão.

Se o casamento e os parentes de sangue conferem alguma segurança, esta se enfraquece no momento em que o âmbito familiar toca a esfera pública. Romualdo tem medo de sair de casa com a mulher, com receio da zombaria que possa cair sobre a cor da companheira. Ainda, no momento de levar o falecido ao cemitério, os parentes não agem. Gonzaga tem de contar com a boa vontade de Augusto Machado para a tarefa, o qual pouco conhecera o Compadre e que apenas lhe tinha falado umas poucas vezes sem muita intimidade.

Quando mais deslocada da presença dos parentes, a figura de Romualdo é então tomada para se refletir sobre a posição do chefe de família como lugar de classe, isto é, da família humilde diante da rica, do pai que é explorado por outros. A morte do pai de Aleixo faz com que as desigualdades sociais apareçam mais visíveis, com Gonzaga tornando-se menos contido e mais melancólico em suas análises. Em um romance que diz que para saber de um homem deve-se perguntar não por sua vida, mas por sua morte (*VM*, p. 563), é depois desta que se mede a trajetória do pai de família, o quanto valeu a existência subordinada aos mecanismos de exploração. Gonzaga passa então a sentir as infelicidades a que o contínuo de

repartição teve de se submeter, questionando se não seria melhor que todos os desgraçados na mesma situação se matassem.

Pesando a existência de Romualdo diante da dos pais de famílias favorecidas, o filho dos Sá sublinha a falta de consciência do homem pobre que se deixa apassivar sem mesmo suspeitar que a sua condição torna-se pressuposto das vantagens de outros chefes de família.

Consideremos abaixo o fragmento que o confirma:

A burrice é firme e os leva a viver, apesar de tudo. Eu não compreendo, acrescentou depois de uma pausa, que um homem — um animal dotado de senso crítico, capaz de colher analogias — levante-se às quatro horas da madrugada, para vir ao Arsenal da Marinha, enquanto o ministro dorme até às onze, e ainda por cima vem de carro ou automóvel. Eu não compreendo — continuou — que haja quem se resigne a viver desse modo e organizar famílias dentro de uma sociedade, cujos dirigentes não admitem, para esses lares humildes, os mesmos princípios diretos com que mantêm os deles luxuosos, em Botafogo e na Tijuca (VM, p. 614).

A tônica leva acento socialista, de acordo com o perfil digressivo do texto, de uma inspiração mais introspectiva, que não é transmitida às vítimas dos fundamentos sociais para que estas venham a intervir no mundo. A propósito, transformar ideias em realizações é o caminho de outro romance de Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, que nem por isso concilia o protagonista com as desigualdades contra as quais luta, com Policarpo acabando derrotado em todos os seus projetos. Em *Vida e morte*, mesmo que a sondagem dos desníveis de classe seja de ordem intelectual, a motivação revolucionária é expressiva. O desejo de reformar acompanha Gonzaga sempre que o funcionário público tira juízos do funcionamento social. Ao analisar a vida da gente *chic* de Petrópolis, o biografado deseja “reformas, revoluções, inversões” (VM, p. 575) nas regras de convívio que buscam compensar a falta de moralidade pelas solenidades. Além de tudo, Gonzaga lastima não ter sido um escritor à maneira de Rousseau, que pudesse despertar a reação dos espezinhadados, “pregando à massa um ideal de vigor, de violência, de força, de coragem calculada, que lhe corrigisse a bondade e a doçura deprimente” (VM, p. 615).

No que se refere diretamente à família, observa-se que a discrepância surgida entre níveis sociais considera o pai de família brasileiro sob situação de alienação, sob o jugo da exploração, chegando a ser comparado pelo narrador a animais de carga. Expressa-o a passagem seguinte, na qual a caminhada do chefe de família pelo espaço urbano se torna representação da caminhada pela vida. Agora, a fala é do narrador:

Nós fomos subindo a rua devagar, por entre curiosos exemplares de uns pais de família. Graves homens de fisionomia triste, curvados ao peso da vida, sobraçando

alongados embrulhos de pão, caminhavam ao nosso lado com passo tardo, e econômico, poupado, de velhos bois de carro [...] Na minha meninice, nos arredores do Rio, eu tinha visto espetáculo que agora a imaginação associava a este. Era por aquela hora dourada da tarde, mais cedo um pouco, mas já as montanhas se tinham adelgado para sofrer a carícia imaterial de um céu rarefeito. Uma longa fila de carros de bois, cheios de verduras, carvão e lenha, desfilavam pela estrada. Os carreiros gritavam de quando em quando; os bois mastigavam os passos; por vezes, alongavam a língua, um inclinando-se sobre o outro, a fim, talvez, de melhor dividir o esforço da tração... Oh! a solidariedade da carga!

Aos poucos venciam os óbices e chegavam ao porto, à praia risonha da ilha... Nem sabiam, aqueles animais, de sua força; nem suspeitavam que toda uma cidade esperava aquelas úteis e saborosas coisas que só a sua paciência e a sua força poderiam arrastar por sobre aqueles caminhos instáveis (*VM*, p. 603).

Nas duas últimas citações destacadas do texto, ambas com enfoque no pai de família, percebe-se a força da corrente ideológica marxista. O homem moderno, que pelo avanço das conquistas materiais deveria ter a seu lado o tempo, para que colhesse analogias, sacrifica-se em nome do ócio de outro. Tudo isto, em situação de inconsciência, sem nem desconfiar de seu valor de base social. Para os materialistas históricos, a família desestrutura-se na era burguesa para atender à classe privilegiada. “A família, na sua plenitude, só existe para a burguesia, mas encontra o seu complemento na ausência forçada da família entre os proletários e na prostituição pública” (MARX; ENGELS, 2010, p. 55). As condições de possibilidade da família desapareceram, pois agora mulheres e filhos têm de abandonar a lareira comum para conduzir as máquinas que romperão os vínculos familiares, ao passo que garantirão as vantagens de outras famílias.

A abordagem do texto se inclina ao modo socialista de sondar tais discrepâncias, por outro lado, o romance não deixa de se mostrar duvidoso quanto às transformações de uma sociedade que repousa sobre a resignação dos humildes. Augusto Machado pondera que se os pais de família se reconhecessem como parte explorada, “não se consolariam do duro fardo de viver” (*VM*, p. 604). Melhor não suspeitarem que são eles próprios que garantem as prerrogativas da alta classe. Pelo menos, em sua ignorância, diz o narrador, o chefe de família humilde ainda pode contar com a afeição dos filhos, o que outra vez confere à família humilde aquele sentido de sustentação que fez com que Gonzaga cuidasse do casamento de seu compadre. A veia revolucionária é significativa na obra barretiana, mas ela mesma é acompanhada por certa descrença de que as duas vozes principais do romance possam mover os explorados contra a condição de opressão. Como relembra a personagem-narradora ao repassar os ensinamentos do velho funcionário da Cultos, não adiantaria levar desassossego às

almas dos pobres, que atentando à trama que encabeçam, teriam como horizonte o desconsolo de sua real situação, em lugar de darem um primeiro passo para a sublevação.

Uma tomada de consciência da situação da parte fraca apenas serviria para aumentar os infortúnios interiores dos recém-despertos, uma visão bem próxima da interpretação que expusemos no subtítulo sobre a tradição, em que a educação e a instrução seriam responsáveis pelo caráter de inadequação desiludida que Augusto prevê para Aleixo Manuel. Como o percebe Lúcia Miguel-Pereira (1957, p. 207-208), a narrativa de Lima Barreto confere uma interpretação antipascaliana a suas criaturas. Diferente do que ensaia o filósofo francês, pensar não dá vantagem nenhuma do homem sobre o Universo, mas apenas avoluma a incomunicabilidade humana. Acresce que o sujeito filosófico, um exemplo genérico de todos os homens, particulariza-se em *Vida e morte*. Não se trata de qualquer homem que utilizasse o intelecto para alcançar a autossatisfação do *eu*, que se lançasse para fora de si como modo de se conhecer. O examinador de si seria o trabalhador humilde, o pai de família desprovida, o qual ainda teria sólidas bases para modificar depois de chegada a autopercepção, contra fundamentos que exigiriam uma ação que não se sabe se colheria resultados.

Mas o caráter insubmisso da obra ainda possui outros desdobramentos que apontam para os rumos da família na sociedade burguesa. Gonzaga de Sá não quis casar para viver mais independente. A família insere em sociedade e se a esfera social é tão desigual como a que o protagonista vê à sua volta, deve-se manter distância do casamento, preâmbulo da família. Na sátira *Os bruzundangas*, Lima defende que a sociedade conta com uma forma bem eficaz de tornar os homens “idiotamente mundanos, cheios de empregos, como enfeites de sala banal. O meio inconsciente de que ela se serve para tal fim, é o casamento” (*Br*, 2006, p. 805). O matrimônio figura como primeiro passo que arrisca a individualidade. Quando Gonzaga ridiculariza as pretensões de alta linhagem da falsa nobreza de Petrópolis, a crítica se concentra no fato de tal nobiliarquia ser constituída por “doutores arrivistas, que se casam muito naturalmente com filhas de portugueses enriquecidos” (*VM*, p. 574). Surge assim uma visão bem mais satírica acerca da união oficial entre homem e mulher, que dista do sentimento da personagem principal em casar seu compadre.

Acompanhe-se o diálogo do funcionário público com seu biógrafo acerca das costureiras da então capital republicana. O descendente de Salvador de Sá lamenta ao amigo nunca ter tido um momento de intimidade com uma costureira. A passagem é das mais



irônicas do livro e, ao contrário do que pode sugerir a queixa do protagonista, denuncia um caso de diferença social que envolve a referida figura feminina, desnível com implicações para o casamento. Segundo o texto, a costureira apresenta-se como peça-chave na vida da classe imperante, pois é ela quem produz a beleza aparente que esconde a fraqueza moral das clientes. Deste modo, conhecer as que fabricam a enganosa compensação da elite significa desconstruir as ilusões que a alta classe cria sobre si mesma. Diante da troça do Mestre, que se arrepende de não ter ousado uma maior proximidade com as trabalhadoras que tecem os disfarces diários dos ricos, o narrador concorda com Gonzaga, como se vê na passagem abaixo:

Era de fato bastante instrutivo, pois ficarias (já o tratava por tu e você) admiravelmente apto para julgar a correção do corte dos vestidos das grandes damas com o que obterias um critério inerrável para estabelecer a escala de suas almas. De mais a mais, as condições do ofício devem dar às moças das oficinas uma forma de espírito especial e rara. Inconscientemente, hão de comparar a nudez das ancas e a frugalidade dos braços nus das suas ricas freguesas com o fascinador, retumbante e fornido aspecto que toma o corpo delas sob fazendas caras com acolchoados hábeis. (VM, 581).

Continuando a argumentação acerca das clientes das costureiras, o diálogo é encerrado com uma conclusão aguda sobre a situação discutida. A luta da mulher de posses para se fazer bem vestida, todo o ritual de procura da indumentária apropriada, é na verdade um meio de “arranjar um casamento, quatro filhos e criar um cavador a mais, malcriado, feroz e exigente” (VM, p. 582). De acordo com Rosa Maria Barboza de Araújo (1993, p. 81), dissertando justamente sobre o papel das costureiras na sociedade republicana, o vestuário neste período ainda é uma das principais formas de separação social, além disto, um modo de se conseguir o casamento certo. Os que possuem mais posses materiais frequentam a rua como nunca na história brasileira, reconhecendo-se quanto à posição de classe.

As ponderações sobre a costureira, suas clientela e o casamento também não escapam a uma interpretação revolucionária. No curso da conversa, Gonzaga imagina se todas as clientes ricas se vissem sem o trabalho daquelas que as vestem. Sem os tecidos que dizem das condições materiais, todos os humilhados se convenceriam da superioridade de fachada das belas mulheres, estendendo a crítica aos pais e maridos da gente importante. “Com tal estímulo, estender-se-ia e a massa por contágio, impregnada de um irrespeito anárquico e desmoralizante, faria a sociedade naufragar” (VM, p. 582). O despertar dos pobres para a percepção da distância social se dá em nível hipotético dentro da ficção, contudo, o romance

registra a insatisfação em relação à diferença de classe, a qual traz sempre uma face que faz pensar a família na sociedade burguesa.

Gonzaga é teísta, frequenta as cerimônias religiosas, mas não “para firmar-se nos frades, padres, freiras e irmãs de caridade e enriquecer-se ignobilmente, criminalmente, cinicamente” (*VM*, p. 563). Já a burguesia republicana se aproxima da Igreja, entrando esta na vida da gente rica a fim de lhe intermediar os casamentos. As irmãs de caridade, alvo do discurso sardônico de Lima Barreto tanto em textos jornalísticos quanto ficcionais, aparecem como o principal grupo eclesiástico que favorece a aliança entre arrivistas e as ordens católicas. Em *Os bruzundangas*, o escritor carioca expõe a situação de forma concisa. Os aventureiros, encarnados na figura do doutor, que querem se inserir nas famílias ricas “cortejam aquelas que dirigem colégios de meninas ricas. Casando-se com uma destas, obtêm eles influências das colegas, casadas também com grandes figurões, para arranjam posições e lugares rendosos” (*Br*, 2006, p. 776).

As religiosas que dirigem o ensino das meninas da camada dominante participam das negociatas e do favoritismo dos quais Gonzaga de Sá faz força para fugir. Os indícios da aliança entre arrivistas e as irmãs chegam ao tipo de literatura apreciada pelo público brasileiro. A influência das dirigentes das instituições de ensino para mulheres continua na órbita dos favores dos quais se utilizam os doutores, como confirma o trecho extraído do romance:

A nossa emotividade literária só se interessa pelos populares do sertão, unicamente porque são pitorescos e talvez não se possa verificar a verdade de suas criações. No mais, é uma continuação do exame português, uma retórica mais difícil a se desenvolver por este tema sempre o mesmo: Dona Dulce, moça de Botafogo em Petrópolis, que se casa com o doutor Frederico. O comendador seu pai não quer, porque o tal doutor Frederico, apesar de Doutor não tem emprego. Dulce vai à superiora do colégio das irmãs. Esta escreve à mulher do ministro, antiga aluna do colégio, que arranja um emprego para o rapaz. Está acabada a história. É preciso não esquecer que Frederico é moço pobre, isto é, o pai tem dinheiro, fazenda ou engenho, mas não pode dar uma mesada grande. Está aí o grande drama de amor em nossas letras, o tema de seu ciclo literário (*VM*, p. 615).

Como se viu até aqui, a família burguesa não tem chance de se esquivar das incongruências que transitam fora do espaço doméstico, seja nas reflexões acerca do pai de família, seja no que concerne ao prefácio do núcleo em questão, ou seja, o casamento. A família em melhores condições econômicas excede os limites da ética pelos acordos que mantém, fronteiras que são desrespeitadas já nos preparativos para o matrimônio. Não parece

por acaso que entre o fim do século XIX e início do posterior, a indisposição contra os vínculos de casamento entrasse na pauta revolucionária da maioria dos partidos de inspiração socialista e anarquista instalados no Brasil, conta Emília Viotti da Costa (2010, p. 516-517). A união entre o homem e mulher reconhecida pelos poderes públicos toma parte dos acordos entre os ricos que garantirão à gente de Botafogo dormir até às dez e ir ao trabalho de carro, enquanto os humildes têm de se levantar de madrugada.

Sem que se persiga de forma mais detida o relacionamento dos grupos operários com a rejeição aos aspectos conservadores da família, importa perceber que uma desconfiança afim com os segmentos que pediam mudanças na organização social encontra-se presente em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. A posição daquele que assume a responsabilidade ante o microsistema familiar figura como lugar que a personagem principal recusou para não concordar com a coerção contra a família pobre, com os privilégios da que a explora. De uma forma ou de outra, seja o caso do núcleo humilde ou do abastado, os envolvidos acabam participando como pacientes ou como agentes de mecanismos de coação: ou como os alienados que não suspeitam de sua condição infeliz, ou como o grupo de cima, que conhece bem os meandros sociais e deles se aproveita para atingir sucesso. A julgar por tal interpretação, faz-se significativo que Gonzaga de Sá tenha se recusado a casar com duas pessoas em posição social tão oposta: a filha de um visconde e uma lavadeira.

A estabilidade do sistema depende das prerrogativas do grupo superior e da necessidade dos de baixo, os quais se anulam mentalmente sem capacidade de colher as causas dos seus infortúnios. De um lado ou de outro, por se estar por cima ou por não se enxergar a própria posição de explorado, o núcleo familiar rende a pessoa à passividade, seja pela satisfação em relação à posição de destaque, seja pelo desconhecimento da realidade pela parte fraca. Seguindo a explicação, a associação humana estudada se inimiza com o perfil gonzagueano, o qual nasceu para compreender e desorganizar, “a fim de ver a vida e suas instituições para lhes colher os aspectos contraditórios” (VM, p. 616). Para conservar integridade, é preciso fugir “das posições, do casamento, para viver mais independente” (VM, p. 624). Tornar-se pai e esposo é o primeiro passo para se inserir em uma ampla esfera de desacordos. É privar-se de qualquer reação, mesmo a de ordem intelectual, graças ao compromisso com a esposa e com os filhos, para Max Horkheimer, pressuposto de resignação. Sigamos a citação que traduz o argumento do pensador alemão:

O senso de responsabilidade econômica e social para com mulher e filhos, que no mundo burguês se converte necessariamente num traço característico do homem, faz parte das mais importantes funções aglutinadoras da família nesta sociedade. Se adaptar-se às relações vigentes de autoridade se torna aconselhável para o esposo e pai por causa do amor aos seus, a simples idéia de resistência já o coloca diante do mais penoso conflito de consciência. De um fato de coragem pessoal a luta contra determinadas circunstâncias históricas se transforma num sacrifício das pessoas amadas. A existência de alguns Estados na história moderna, especialmente daqueles mais rigidamente autoritários, está ligada intimamente a estas profundas inibições e sua constante reprodução. Sua extinção, ou apenas a sua diminuição significa para estes Estados o perigo mais iminente (HORKHEIMER, 2006, p. 230).

Considerando o que foi dito das literaturas de Joaquim Manuel de Macedo e de José de Alencar, precisamente no primeiro capítulo deste trabalho, comprova-se uma certa distância no que toca ao tratamento que a obra romanesca de Lima Barreto confere à família nacional. Relembre-se que o acobertamento das disparidades do *favor*, do casamento que não chega a ser denunciado como prática interesseira nos autores românticos, bem como a hipertrofia dos sentimentos familiares em Alencar, constituem-se como anseios dos mestres em contribuir com a comunidade natal, de moldar os ideais de nacionalidade com o cuidado de não denegrirem a autoimagem que se vinha lutando por delimitar. Por isso, antes de tudo, deve-se julgar os dois romancistas citados de acordo com a tarefa que delegaram a si mesmos de escritores de uma literatura empenhada, isto é, das letras comprometidas com a identidade histórica e artística do Brasil. Para Antonio Candido (2007, p. 28-30), um comprometimento quase imposto aos literatos árcades e românticos, marca nacionalista que transpassa ambas as gerações de escritores.

Diante do que se defende sobre os romancistas do século XIX, jamais se poderia dizer que Lima Barreto se isola da perspectiva de uma literatura empenhada. A postura artística do autor de *Clara dos Anjos* ainda é de compromisso e, de fato, poucos de nossos romancistas criaram um espaço tão combativo nas letras. Mas a aproximação entre a prosa barretiana e a romântica também é acompanhado de um inevitável afastamento, marcado pela consciência que agora tenta entender a nação pelas limitações desta, em oposição ao ufanismo que armava a ocultação das disparidades da família da sociedade escravista.

Em *Vida e morte*, o substrato paternalista, seja o da família em seu próprio espaço, seja de sua extensão política, são postos sob suspeita. O preâmbulo familiar, o casamento, não é interpretado como devida recompensa para o jovem de talento que não teria outro caminho para ascender sem a proteção da família rica, como se vê em Macedo e Alencar. No romance sob enfoque, o matrimônio, que leva às obrigações de família, compromete a crítica. Gonzaga

não é casado e seu herdeiro intelectual tem de guardar a mesma distância para poder lhe ouvir a palestra e a interpretar. O jovem de temperamento intelectual avançado, caso de Augusto, tem a seu lado a solidão ou a companhia de indivíduos tão solitários quanto ele mesmo. Na visão que o narrador projeta sobre o futuro de Aleixo, não há sombra de casamento que possa vir a inserir o Afilhado, pois a alternativa seria negar as qualidades do caráter do menino, de sua inteligência desinteressada.

O familismo político, resquício do poder dos grupos que se faziam Estado onde um Estado regulador de interesses particulares não chegava, constitui-se outro traço da sociedade paternalista satirizado pela narrativa. Tenha-se em vista o Barão do Rio Branco, dardejado por Gonzaga porque fica acima de todas as leis, acolhendo apoiadores em troca de cargos (VM, p. 580). O protecionismo político, o padrinho de quem ainda se depende para subir, fica fora do círculo gonzagueano de relações, restrito a Augusto Machado e Romualdo de Araújo, dois funcionários públicos que nada têm a dar em troca a quem queira alcançar lugares de mando.

Como é sabido, este modelo político da família extensa se estrutura ainda durante a Colônia. O chefe a que se devia obediência tomava papel de Estado onde a Metrópole não conseguia fazer valer o comando político e burocrático. Medidas como a criação das capitâneas hereditárias e a implantação do governo geral exprimem as tentativas frustradas da coroa lusa em criar uma estrutura governamental em território que, pela vastidão, tornava impossível que se estabelecesse totalmente a iniciativa estatal. Assim, a Coroa tinha sua ação sempre limitada, contando que não poderia tomar posse da terra sem o apoio dos líderes de família que aqui pusera. Era necessário que Portugal nomeasse aqueles nos quais confiava para a tarefa. Ao mesmo tempo, a medida exigia que se conferissem poderes de Estado paralelo aos contemplados pela vontade régia, a qual se encontrava sem condições de fiscalizar de perto a ação dos colonizadores.

O substrato exposto não finda com o quinze de novembro, mas permanece fundido às transformações visíveis no período republicano. O romance traz a seu centro a inexistência de um Estado regulador que fosse mais forte do que o mando patriarcal. Este, embora ausente como realidade da família rural, continua vivo pela prática do favoritismo na escolha de cargos públicos, nos arranjos entre grupos que anulam o valor do mérito individual. Trata-se da conservação da debilidade pública diante da força privada, o favor político e burocrático, que toma lugar de governo, isolando aqueles que se encontram fora do círculo de protegidos.

A mesma prática que o Barão põe em ação, que permite a queda das barreiras entre a esfera governamental e a particular encaminhando arranjos, também pode ser vista no panorama que Gonzaga traça das letras brasileiras. Dona Dulce fala à superiora do colégio das irmãs, a qual escreve à mulher do ministro, que por sua vez consegue uma colocação para o jovem Frederico. Por sinal, motivo que se encontra presente nos demais romances de Lima. Basta mencionar *Triste fim*, no qual o Presidente Floriano Peixoto, sempre cercado de asseclas, tem como destaque a personalidade nepotista “o seu amor à família, um amor entranhado, alguma coisa de patriarcal” (TF, 2006, p. 363). Um dado tão importante para a descrição do líder máximo da nação, que Lima, em esboço de 1910 da mesma obra, frisa a “paternalidade” (DI, 2006, p. 1286) do presidente como traço que o escritor deve se lembrar de explorar na constituição da personagem.

Dá-se poucos ou nenhum passo sem o protetor, que ainda é necessário para que a pessoa atinja destaque em sociedade onde quase não se instaurou a ordem competitiva. No primeiro romance publicado por Lima Barreto, *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (2006), acompanha-se a mesma problemática, redirecionada para o caso da pessoa de talento que não consegue se estabelecer sem o amparo do *favor*. Isaías deixa o lar interiorano guiado pela crença de que conseguiria vencer na capital pelos próprios méritos. Nem assim, ao deixar o lar, ele se interdita de contar com o auxílio do Coronel Belmiro para lhe conseguir colocação no Rio. Apesar da intervenção do Coronel falhar na tentativa de encaminhar o futuro escrivão, é somente com outro protetor, o jornalista Ivan Gregoróvitch, que Isaías consegue emprego no jornal *O Globo*. Mesmo quando a consciência ética o faz desistir da vida na então capital, o protagonista não abre mão da ajuda do chefe, Ricardo Loberant, para lhe arranjar um emprego de escrivão longe da cidade carioca.

Verdade que a proteção que Gonzaga guarda para o Compadre e o Afilhado não se desvia totalmente da substância da família extensa. Entretanto, que toma distância do tipo de relação que Rio Branco e Floriano encabeçam como pais de família política, pois, como já se disse outras vezes, no caso do protagonista e daqueles sob seu resguardo, o apoio existe da parte do beneficiador, mas perde como vínculo de troca. Quando o sujeito narrativo especula sobre a morte de Romualdo como causa primeira da repentina mudança de humor do Mestre, o servente é encarado como consolo da velhice sem afeto de Gonzaga (VM, p. 612). A ligação deste a outra família funcionaria como compensação afetiva do núcleo que o filho dos Sá não

quis formar, sem que a ligação resulte em pressuposto para que Gonzaga se mantenha por cima, como ocorre com os dois homens públicos mencionados.

Machado de Assis nos mostra em sua segunda fase o lado cruel do *favor*, panorama que já começa a aparecer em seu primeiro momento romanesco, embora a verve crítica acabe abafada pelos desejos de absolver o paternalismo. De qualquer forma, em uma Helena que tem medo de ser encarada como dependente, em uma Estela que se desilude ante a falta de opções de vida do branco livre longe de seus senhores, em uma Eugênia que sofre as consequências por ousar se considerar igual ao proprietário, em um José Dias que tem de agradar para não se tornar um desprovido, residem os desníveis entre classe de mando e cliente na sociedade oitocentista. Em *Vida e morte*, o paternalismo também é posto sob dúvida, com a ressalva de que o norte da organização não se encontra precisamente no capricho da gente abastada com o branco livre, caso da literatura do Velho Bruxo. Em Lima, o negro e o mulato livres ingressam no grupo sujeito ao arbítrio paternalista.

Em comparação com a falta de saída que Machado de Assis reserva para o dependente, perguntar-se-ia quais as chances que possui a livre iniciativa da parte pobre em *Vida e morte*. No romance analisado, poder-se-ia julgar que a mulher pobre se distancia da subordinação direta à família rica, caso da costureira. A sugestão, contudo, talvez resista por pouco tempo, pois o trabalho da mulher que costura ainda é doméstico, quase artesanal e, portanto, não mediado pelas necessidades de oferta e de procura que minimizassem o *favor*. Sem contar que a mulher, mais ainda a pobre, pela carência de direitos individuais em sociedade que ainda lhe nega igualdade civil, torna improvável que ela não necessite fazer-se beneficiada do grupo imperante que a visita. Em Lima Barreto, além disto, o emprego público emerge como alternativa àqueles que dispensando proteção, também se libertam da vontade direta do mais rico, o que parecia impossível à literatura machadiana. Luís Garcia, em *Iaiá Garcia*, mesmo como funcionário público ainda responde à família rica, a que deve retribuir os favores.

No texto barretiano, uma maior aparência do indivíduo que já pode relativamente se ver livre do labirinto clientelista segue inseparada de uma nova série de discrepâncias, as quais contestam em outros níveis as possibilidades de realização social do *eu*. Outras formas de controle dos desfavorecidos se encontram em jogo em Lima Barreto. A mulher que costura, além da interpretação que sugerimos sobre a dependência que a segue, contribui para

criar a falsa superioridade das contratantes, sem que as costureiras se deem conta da disparidade, pois se tivessem tal percepção, fariam a sociedade naufragar, como imagina o biografado. Ainda, considere-se a vida do pequeno funcionário público, Romualdo, a quem Gonzaga só consegue ver como vítima da opressão, vinda de outros chefes de família ou dos poderes públicos. Se o caso é o trabalhador do Estado com algum senso crítico, sem ser doutor, bajulador ou as duas coisas, não há chances de progresso pessoal, embora se consiga viver no emprego público com certa margem de dignidade que exige distância dos poderosos.

Além de tudo o que foi exposto até aqui, também é preciso acentuar que existe uma dimensão da composição romanesca que deixa os juízos críticos mais escorregadios, à medida que a obra, além dos questionamentos sobre a família, passa a interrogar sobre as chances de satisfação das personagens principais fora do núcleo familiar. Mire-se, por exemplo, o significado do namoro no encontro entre as ideias e sentimentos de Augusto Machado.

Os dois amigos marcam um encontro no Campo de Sant'Ana para que Gonzaga mostre, em seu papel de introdutor das coisas antigas a Augusto, qual era a localização do teatro Provisório. Na mesma ocasião, passa uma “menina bonita” (VM, p. 580), a qual faz com que o funcionário da Cultos teça as reflexões que já conhecemos, sobre as costureiras como provedoras do vestuário e da pose das filhas e esposas dos dirigentes do país. A natureza do diálogo acaba tomando um tom filosofante e carregado de ironia, em que se discute a aparência e a essência das fazendas das mulheres, inclusive, sem que o sujeito narrativo se esqueça de comparar Gonzaga a Platão.

A conversa, ainda que motivada por uma figura específica da sociedade carioca, ganha um caráter mais amplo, chamando outros segmentos humanos cujos destinos se ligam ao da menina rica. Os casos individuais, da mulher que se veste, da que fabrica o luxo, acabam se dissolvendo em interpretação do coletivo. Cada observação sobre as personagens secundárias é ocasião para tiradas sobre o que há de inconsequente no espaço social, o que deveria ser reformado.

O colóquio entre o protagonista e o narrador também possui lugar para pequenas observações deste último, que além da fala ouvida pelo amigo, insere uma outra que revela suas próprias ponderações, das quais apenas o leitor fica sabendo. Neste momento, vê-se Augusto, cuja autodefinição é de um indisposto com o namoro, agradecer em pensamento à menina bonita por ter desfilado sob a vista dele e a de Gonzaga. O amanuense ainda repete a



mesma ideia a si próprio duas páginas adiante, meio contrariado com a sondagem de seu herói, o qual não perdoou o olhar da menina e se pôs a tirar conclusões sobre a sociedade que a acolhia: “Eu me pus de repente a favor das damas contra a indelicadeza de Gonzaga de Sá” (VM, p. 583).

O mesmo princípio, mediante o qual o olhar do sujeito narrativo se desvia levando a uma visão aparentemente mais trivial que a dimensão reflexiva do romance, mas que na verdade lhe completa a complexidade, pode ser examinado de modo recorrente ao longo do livro, com enfoque especial nos anseios de Augusto pelo namoro. Considere-se o capítulo “O padrinho”, no qual o biógrafo recebe a notícia da morte de Romualdo, acabando por seguir Gonzaga ao velório e ao enterro do pai de Aleixo Manuel. Esta parte da narrativa, densa pelo que aponta para a morte como possível fim de tudo, tem seu lado mais fúnebre compartilhado com a presença de um casal de namorados que se põe duas vezes sob os olhos do narrador a caminho da residência do morto. No interior de Augusto, que é um afastado dos paradigmas sociais, logo, do namoro, do noivado e do casamento, a presença da morte pergunta se não é preciso viver antes que tudo se acabe. Surgem então reticências após as certezas do livre pensamento, o qual também passa a significar um fardo pesado demais para o indivíduo carregar. O protagonista, que às vezes tem objeções no que concerne ao perfil insulado do jovem amigo, percebe-lhe a agitação interior e o aconselha, como mostra a citação:

- Já namoraste? — perguntou-me Gonzaga de Sá baixinho.
- Uma vez, aos dezesseis anos...
- Deves namorar, filho. Quando te vier a velhice há de te arrepender, se não o fizeres em tempo. Vênus é uma deusa vingativa, dizem.
- Qual! O namoro é a negação do amor... Não me arrependerei...
- Garanto-te. Será uma emoção que te ficou por provar... Experimente já, enquanto é tempo... (VM, p. 603).

Ainda no mesmo capítulo, já na casa de Romualdo, o contato com a jovem Alcmena faz com que o moço se sinta impelido ao sexo oposto e até arrisque galanteios. Alcmena entra no episódio para transmitir as possibilidades de inserção que o biógrafo não prova e que rejeita em suas opiniões. A jovem passa uma interpretação menos intelectualizada da vida do morto, porém, no que se refere aos questionamentos sobre o sentido da vida do pai de família, a presença dela no texto não é gratuita. Diante da negatividade do narrador em achar algum valor na trajetória do falecido Romualdo, a moça do subúrbio opina que a felicidade não pode ser dita a ninguém, que Romualdo, mesmo pobre, doente e ridicularizado pela esfera

governamental, soube ser feliz consigo mesmo, sem que a razão seja capaz de alcançar o cerne de suas alegrias.

Desse modo, além da série de inquietações que se vinham formando na cabeça do amanuense sobre o valor do chefe de família desprovida, sem bem materiais ou pensamentos para legar, interpõe-se um ponto de interrogação. A réplica e a presença física de Alcmena conferem algum teor de hesitação às visões e à conduta da personagem-narradora. A felicidade muda e invisível de Romualdo pode não valer menos que a solidão de quem recusa a família. A opinião de Alcmena sobre as pequenas satisfações dos pobres se alia aos desejos de namoro de Augusto, que tão desajeitado com as mulheres, não compreende bem como migrou de um instante a outro a galanteador, passando em um átimo a flertar com a jovem tanto quanto com as possibilidades de inserção.

Ressalte-se que o namoro como estágio à formação da família, precedendo noivado e casamento, fazia-se menos recorrente no Brasil enquanto os poderes do patriarcado agrário vigoravam com mais força. O casamento arranjado garantia a manutenção do interesse político e econômico, assim, “o *pater familias* tinha o privilégio de escolher com quem casavam seus filhos, com o objetivo de garantir a integridade e a solidariedade dos grupos de parentesco” (ARAÚJO, 1993, p. 97). O namoro, pelo menos como possibilidade de livre escolha das partes envolvidas, era mais raro, manifestando-se sob a fiscalização da família, que tendia a limitar ao máximo o contato físico do casal.

O espaço social de *Vida e morte* já comporta diferenças no que condiz à referida situação. Para começar, a menina bonita que atrai no Campo de Sant’Ana e o casal de namorados que inquietam o narrador estão distantes do ambiente doméstico. O namoro ou as chances de o realizar agora vão à rua. Contudo, também é preciso destacar que o namoro e suas possibilidades estão mais livres de impedimento quando restritos à esfera humilde, onde o contato afetivo ou físico é permitido com maiores liberdades, como prática mais livre da fiscalização da família, por não comprometer a manutenção de patrimônio. Por esta razão, Augusto e Alcmena podem se aproximar um do outro sem maiores restrições, durante o velório de Romualdo. Pelo mesmo motivo, a menina bonita que atrai os olhares no Campo de Sant’Ana, por estar na rua, sofre o alcance dos desejos do amanuense, mas está acompanhada da mãe, a qual representa impedimento a maiores liberalidades. Alcmena está em lugar oposto ao da menina do Campo Sant’Ana, esta, pertencente a uma situação material mais elevada,

com ares de Rua do Ouvidor e de Botafogo, parecendo “ovelha tresmalhada” (VM, p. 581) em comparação às mulheres de origem modesta que estão no mesmo ambiente, diante das moças com maior intimidade com a rua.

No horizonte da não inserção da personagem-narradora, é impossível não pensar em uma aproximação com seu mestre, que teve à sua escolha a filha de um visconde e uma lavadeira como possíveis casamentos. Acresce que conquanto Augusto Machado transmita suas dúvidas entre ser ou não um insulado, a consumação, o abandono efetivo do perfil individualista não avança. Os escrúpulos, como aqueles que não deixam sacrificar a moralidade para se tornar um dos figurões do teatro Lírico, falam mais alto, com os desejos de agir como a maioria vivendo no plano do embate interior. O namoro figura como uma provocação a mais a que se resiste, mesmo assim, um modo de mostrar que o sujeito não está totalmente confortado em suas opções, que o mundo que ele rejeitou não deixa de exercer força para atrair.

Dessa forma, não operam as licenças que acompanhamos nas *Memórias de um sargento de milícias*. Na obra de Manuel Antônio, as personagens são livres para infringirem e retornarem às regras de moralidade, sem que com isto sejam criticáveis. Os dois Leonardos trocam de relacionamento amoroso, sem que a atitude passe por inadequada. O major Vidigal cede à chantagem amorosa sem que o fato transtorne sua posição de homem da lei. Como o visto, constituição formal que também vale para *Minha vida de menina*. Em Lima Barreto, os desejos contam, mas o encontro efetivo com o sexo oposto não ocorre, pois não se pode transitar tão facilmente entre os hemisférios do certo e do errado.

No caso de Gonzaga de Sá, julgando de forma específica as inquietações que a morte do Compadre e a adoção do Afilhado fazem surgir, a avaliação da própria conduta se afirma ainda mais arrasadora para a subjetividade. Para o velho funcionário público, não há mais atração pela integração, mas uma avaliação da própria trajetória que o faz vacilar ante a segurança das escolhas. Diante da perda do amigo servente, a personagem principal se torna mais irritadiça e espontânea em revelar sua agitação interior. O encontro do Gonzaga de Sá capaz de se deter no exame profundo das instituições e das pessoas com o Gonzaga mais explosivo aparece como “enigmático” (VM, p. 616) aos olhos do sujeito narrativo. Este se pergunta sobre o que teria ficado adormecido dentro do amigo, inclusive, especulando acerca

de uma paixão por mulher como sentimento antigo e reprimido, também responsável pela mudança de humor do Mestre.

Saliente-se que a curiosidade sobre o passado desconhecido do filho dos Sá começa a despontar mesmo antes do paroxismo da revolta interior, por exemplo, na menção que Augusto faz à fisionomia humana que o sobrinho de Escolástica rabisca, desenho que ele oculta todas as vezes que a personagem-narradora se aproxima. Mesmo assim, é apenas após a morte do Compadre, em contato com os momentos de indignação de Gonzaga, que as dúvidas que Augusto levanta sobre a juventude do amigo se tornam mais expressivas.

Acompanhamos no primeiro tópico deste capítulo, sobre a tradição familiar, que a memória no romance preserva os antepassados, conferindo segurança a quem possui quatrocentos anos de história familiar e não precisa fingir nobreza, como fazem os aventureiros do período republicano. Sem dúvida, o pretérito alicerça o protagonista, mas o conforto por se contar com a tradição e por conservar um caráter limpo, nunca é pleno. Segundo Irenísia Torres de Oliveira, ao refletir sobre a permanência do antigo em contato com as rejeições e os interesses de Gonzaga pelo presente, “a retração que a subjetividade tem de operar para se manter é destrutiva em outros aspectos essenciais, do que o romance dá algumas pistas, depois transforma em crise aberta” (OLIVEIRA, 2003, p. 31). Na passagem que a personagem principal representa entre o velho e o novo, também sobra algum desconforto para a subjetividade, cuja ligação com o passado pode não apaziguar de todo o sentimento gerado pelas renúncias do presente.

Ainda que seja preciso registrar a falta de onisciência da voz narrativa ao tratar de seu herói, não vale insistir no desvendamento do que fica no plano da obscuridade, tão apreciada por este romance. Antes, mais promissor é acentuar como tais ambivalências acompanham a reação do livro contra a família, não para desdizer dos conteúdos que deixam o indivíduo de sobreaviso diante do núcleo familiar, mas para reconhecer que a recusa também pode ter um aspecto arrasador para quem toma distância da normalidade social. Ao final da vida, apesar de não voltar atrás nas decisões tomadas para manter a dignidade, Gonzaga não se pacifica consigo mesmo. O protagonista desabafa a seu biógrafo uma série de arrependimentos, entre estes, o de não se ter tornado um chefe de família ordinário. Leiamos a passagem que o comprova:

O que mais me aborrece é ter chegado a esta idade vazio de tudo, vazio de glória, de amizade, só, e quase isolado dos meus e dos que podiam entender. Estou

abandonado, como um velho tronco desenraizado num areal... Vivi muito e espero ainda viver alguma coisa... Vi ladrões, vi assassinos, vi gatunos, vi prostitutas — tudo isso é gente boa perto dos perus graduados no meio dos quais vivi... Fugi das posições, do amor, do casamento, para viver mais independente... Arrependo-me!... Vênus é uma deusa vingativa! (VM, 624).

Desse modo, ao lado do plano que garante as singularidades de Gonzaga, posiciona-se um outro estrato, o qual dá certa mobilidade às certezas do indivíduo em se ter afastado dos lugares-comuns. Não que toda a acidez do discurso e das conclusões do filho dos Sá acabem anuladas pelo golpe sofrido na convicção. Antes, admite-se que as tentativas de acerto da individualidade também têm de emprestar ouvidos à sentença das regras de comportamento geral, que duvidam do ter ficado longe da família e de seus acompanhantes sociais. Então, Gonzaga passa a ser mais heroico por sua procura de saídas do que por suas convicções inabaláveis. A satisfação entre o *eu* e o mundo passa a valer como eterna procura. Para Lukács (2000, p. 60), o herói do romance se caracteriza pela busca do que, diferente das epopeias homéricas, não está ao alcance de ser alcançado pelas personagens romanescas. O humano se dará mais a conhecer por uma projeção inacabada de suas opções do que pela certeza diante do resultado das ações.

Mas também é certo que o movimento do enredo entre a felicidade das escolhas e o arrependimento não chega a eleger este extremo como vencedor, dando razão à vida da qual Gonzaga se afastou, à qual Augusto também resiste. Ainda que o viver comum em sociedade seduza a ambos, a tentação não chega a desbancar o teor satírico da narrativa, que sempre acaba vindo à tona para não deixar olvidar as razões que levaram às rejeições. Tenha-se em mente a parte que fica entre os dois momentos de atração do sujeito narrativo pela menina bonita vista na rua, interlúdio que nem por causa do belo olhar que o amanuense recolhe, subtrai-se de ser sardônico contra as damas da alta roda. Depois que Augusto se vê tentado a arriscar as alegrias do namoro, tendo à frente o casal que avista no trem, é que surge a reflexão acerca dos pais de família comparados a bois de carro. O mesmo princípio, no qual o entrecho intercala a atração pela vida comum ao repúdio pela mesma, pode ser comprovado no encontro entre o biógrafo e Alcmena. Aqui, o introspectivo amanuense age como qualquer jovem de vinte e poucos anos atraído pelo sexo oposto, sem com isso, perder a chance de arriscar um futuro menos desigual contra o luxo com o qual a moça suburbana sonha. Vejamos a passagem, onde o diálogo entre o casal ganha ênfase socialista:

- Mas se todas essas coisas vão se acabar...
- Quando?
- Quando alguns homens generosos tiverem feito toda a humanidade trabalhar de um mesmo modo e ganhar a mesma coisa...
- São maus esses homens!
- São bons, pelo contrário; como não podem dar tudo a todos, tiram muita coisa de alguns (VM, p. 606).

Como se viu na parte deste trabalho reservada à tradição familiar, nem tudo em *Vida e morte* é insatisfação contra a família. Não obstante, não se pode negar que a instituição seja interpretada como espaço reprodutor de desigualdades, adotando e difundindo os contrastes de sociedade. Cabe perguntar de onde o perfil contestador do texto em prosa teria colhido apoio intelectual para fazer valer seu protesto, duvidando da família em país com raízes patriarcais tão profundas.

Conforme nota Deysiane Pontes (2009, p. 15), Gonzaga de Sá possui um vasto repertório que versa sobre muitas áreas de conhecimento, compreendendo filosofia, literatura, ciências, história e aspectos sociais, o que o identifica com a tradição intelectual europeia. Ocorre, de acordo com os argumentos da autora citada, que a obra estudada guarda uma curiosa reserva ante a tradição intelectual brasileira, ou seja, “da tradição literária presente em *Vida e morte*, percebe-se que nenhuma das referências enaltecidas é brasileira” (PONTES, 2009, p. 83). Há o caso das revistas nacionais obscuras, que Gonzaga ama por não terem sido corrompidas pelo patrocínio político e financeiro. Entretanto, periódicos que são totalmente fictícios e, por isso, não aludem diretamente à história intelectual brasileira. Ainda, não se esqueça a figura bem nacional de Tito Lívio de Castro, o qual, contudo, serve como exemplo do mulato que alcança nome pelo pensamento antes de ser autor de ideias que Gonzaga cite ou defenda.

Sendo assim, como norte individualista e revolucionário, o texto destaca pensadores como Renan, Rousseau, Schopenhauer, Nietzsche. Constam ainda as leituras que a personagem principal faz da imprensa francesa, entre estas, a conceituada *Revue des deux mondes* e os jornais recebidos do mesmo país, como o conhecido *Le figaro*. Também há as alusões literárias, tal como a Dostoiévski, a Tólstoi, a George Eliot. Sem mencionar as manifestações de origem socialista, que refletem os desejos de transformação social e alimentam a percepção das desigualdades que envolvem a família burguesa, entretanto, sem que sejam citados os nomes dos autores desta corrente de pensamento. No que nos interessa principalmente, sublinhe-se que tal substância de origem externa ao Brasil intelectual sustenta

a postura individualista de Gonzaga, norte que Augusto Machado também acolhe nos diálogos com seu biografado.

A crença na margem individual é um dos pontos fortes do caráter de Gonzaga, que está sempre alerta contra a medida grupal se sobrepondo à importância da pessoa. “Os indivíduos me enternecem” (VM, p. 582). “Apieda-me o indivíduo a sofrer” (VM, 583). Pesando o valor da existência dos humildes, Gonzaga deseja incutir-lhes um “individualismo feroz” (VM, p. 615), que fizesse a massa brasileira reagir, sendo essencial ressaltar que esta invocação da importância da pessoa que deve reconhecer seus direitos é feita logo ao lado da menção aos literatos mencionados por nós no parágrafo anterior, não sendo nenhum deles brasileiro. A opinião de Gonzaga contra as generalidades que permitem explicar a pessoa a partir das noções de classe ou raça é outro ponto recorrente que o define como defensor da autonomia própria. Além disto, a bandeira individualista chega a entrar na identificação do descendente de Salvador de Sá com o Rio, que para Gonzaga, só tem obrigação de ser singular como o é, não permitindo comparação com nenhuma cidade.

Não adianta, contudo, querer apontar com precisão o norte intelectual-revolucionário de que a narrativa se nutre. Seus anseios igualitários se apoiam nas correntes libertárias que alcançaram o Brasil durante a *Belle Époque*, como o socialismo e o anarquismo, mas também, cresce sobre uma herança mais antiga, dos Direitos do Homem e do Cidadão. Daí a simpatia de Gonzaga por Rousseau, que lhe serve de modelo de escrita comprometida com mudanças. Também é o caso da figura da avó do protagonista, a única imagem dos retratos de família que chega a confortar Augusto Machado, precisamente, por ter visto a Revolução Francesa quando moça.

No texto barretiano, todas estas vertentes se imbricam. Ao invés de tentar acompanhá-las em grau de pureza, separando-as, vale mais seguir seu significado enquanto variável que lança mais um ponto de interrogação à família brasileira. Trazendo à mente nosso primeiro capítulo, no que se refere à problemática cultural dos países periféricos como o Brasil, deve-se perguntar como a acomodação do pensamento de origem europeia aportou na terra natal para, fundido à realidade nacional, constituir-se como tema de arte. Busquemos o encontro entre os âmbitos externo e interno interpretado na organização romanesca da obra de Lima Barreto, como impasse cultural tentando compor um todo coerente na obra literária, no que esta reflete o tema da família.

É preciso acentuar que mesmo valorando as referências nascidas fora do Brasil, o romance, como comunicador de questões em aberto, não encara o mesmo substrato de forma passiva e unilateral. Assim como não se sustenta uma dicotomia da família do passado contra a do presente, tampouco uma antinomia entre as certezas do indivíduo diante da norma social, a recepção da herança intelectual do Velho Continente não vem sentenciar à morte tudo o que for brasileiro. Afinal de contas, o passado da família e da cidade ainda é orgulho e referência das personagens principais, que apesar das lacunas reconhecidas, não pensam em condenar sumariamente os Sá e o Rio de Janeiro antigo. Deste modo, o caso da narrativa não é o de um discurso sempre ranzinza com o elemento local. Se este é avaliado em suas dívidas, o Velho Mundo também não escapa do contradiscurso. Afinal, a despeito do otimismo do Mestre no que respeita à arte e aos trabalhadores da Europa, o narrador nota que também “na Europa, os camponeses sofrem” (VM, p. 614).

Destaque-se sobretudo que, a despeito do alcance satírico, o enredo permite uma leitura não dualista entre as recusas da subjetividade e a situação nacional. Afinal de contas, a refração deste último plano no primeiro questiona o individualismo, que não salva ninguém, produzindo personagens insuladas, como é a tríade Gonzaga, Augusto, Aleixo. Nem assim, o romance deixa de destinar toda simpatia a tais criaturas, que sofrem para conservar a dignidade. A inclinação pelo sujeito ilhado avança em um conturbado autoexame das chances da pessoa apartada do *mainstream*, avaliação em que entram o arrependimento do protagonista, a atração do narrador pelo mundo, as previsões nada felizes acerca do futuro do Afilhado, para, no caso, também aumentarem o valor da integridade de cada um, mais valorosa quanto mais difícil de ser preservada.

Em *Vida e morte*, é possível reconhecer um nível que torna complexa a confluência entre o padrão europeu e a matéria brasileira como pontos de apoio para o indivíduo, como impasse que não chega a eleger um ou outro lado como defesa de partido. A título de exemplificação do que se expõe, acompanhe-se o episódio do narrador com os ingleses. Augusto se ofende com a presença dos estrangeiros, os quais desconhecem a história do Rio de Janeiro, tentando apreender a cidade mediante um olhar turístico e uniformizado que chega apenas aos aspectos pitorescos da *urbs carioca*. Entretanto, após o momento de indignação, o narrador arrepende-se diante da dívida intelectual que possui com a gente do norte, o que faz com que se resigne. Mostra-o a citação extraída do romance:



Logo me recordei, porém, dos meus autores — de Taine, de Renan, de M. Barrès, de France, de Swift, e Flaubert — todos de lá, mais ou menos da terra daquela gente! Lembrei-me gratamente de que alguns deles me deram a sagrada sabedoria de me conhecer a mim mesmo, de poder assistir ao raro espetáculo das minhas emoções e dos meus pensamentos.

Houve em mim, por essa ocasião, um indizível reconhecimento sem limites... Olhei com veneração aquela parva gente, em homenagem aos de seu sangue que me educaram e me fizeram saber que eu, burro ou genial, sábio ou néscio, influo poderosamente no mecanismo da vida e do mundo.

Humilhado, abaixei a cabeça... O meu velho amigo chegava; a tarde, porém, não nos fora agradável e não nos dera o espetáculo que esperávamos (VM, p. 567).

Como se viu, a identificação com a cidade e com o Brasil é cara a Augusto, que não admite o reconhecimento superficial do espaço que ele considera como a si mesmo. “Vivo nela e ela vive em mim!” (VM, p. 565), afirma o biógrafo sobre o Rio. “Que me importavam os germanos e os gregos!” (VM, p. 565), continua o reconhecimento do sujeito com a cultura e a história locais. Ao mesmo instante, o texto declara o padrão externo como dimensão de que se nutre o perfil avançado das duas vozes principais na narrativa, estrato que interessa no que remete às desconfianças que são conferidas ao núcleo familiar nacional.

O filho dos Sá se afasta do casamento e das responsabilidades de chefe de família para viver mais livre, devido ao fato da instituição familiar participar de incongruências sociais e, logo, arriscar a autonomia do *eu*. O narrador, mesmo que atraído pelos lugares-comuns em seus choques interiores, também acaba por se manter distante da família, tanto por não ser casado quanto pelas reservas em se definir a partir de parentes próximos.

De fato, o desejo de conservar a autonomia possui reservas em relação à família brasileira. O celibatário e o solitário ocupam posição marginal em sociedade cujo organismo familiar foi sempre referido como alicerce do bem-estar coletivo. Neste mundo fincado no paternalismo, onde o prestígio de se ter família vale por prestígio social “quem não tem família já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega sua família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia” (DA MATTA apud MACHADO, 2001, p. 15).

Todavia, como se ver totalmente livre dos vínculos de origem senhorial em um país que absorveu de modo torcido o individualismo moderno é o grande questionamento que faz a ficção barretiana. Na França, a defesa da independência pessoal acha um dado desvio em relação ao Brasil, visto que naquele país, a afirmação do *eu* acompanha a reação ao Antigo Regime. Durante o período revolucionário, colocar-se contra a família assume *status* mais positivo e até certo ponto é postura acolhida pela expectativa social que quer ver transformações, explicam Michelle Perrot e Anne Martin-Fugier:

A família, fundamento do Estado monárquico, é em si mesma uma monarquia paterna, uma sociedade de linhagem que garante a estabilidade, a duração, a continuidade. O pai é seu chefe natural, como o rei-pai é o chefe natural da França, a qual também é uma “casa”. Restaurar a monarquia equivale a restaurar a autoridade paterna (PERROT; MARTIN-FUGIER, 1991, p. 98).

O tema da família orientado tanto pelo individualismo de raízes europeias quanto pela matéria nacional, faz pensar nas filiações de Lima Barreto à prosa de Machado de Assis. O autor de *Dom Casmurro* contesta tanto os Direitos do Homem quanto a substância nacional, sem cair em partidarismo acrítico. A superação que a obra machadiana representa, em relação aos romances de estreia, deve levar em conta os questionamentos que já vinham se adensando desde *A mão e a luva*, a fim de desmembrar o sentido das relações patriarcais. Conforme ficou dito no capítulo de abertura de nosso trabalho a partir da visão de Roberto Schwarz em seu *Ao vencedor as batatas*, o primeiro momento de Machado de Assis tenta conciliar-se com o paternalismo, impedindo que a dicção familiar se englobe totalmente aos valores libertários, que ficam tímidos, sem força para colocar o nacional sob as acusações que o liberalismo lhe faz.

Os romances da primeira fase acabam justificando as práticas da família extensa, mas é inegável que já se inclinam a pensar o interregno surgido entre matéria local e ideais burgueses. Assim se dá com o paternalismo esclarecido, em *A mão e a luva*. Também, com a protagonista que se envergonha de ser considerada agregada, em *Helena*. De modo análogo, com a resignação tingida de reação, em *Iaiá Garcia*. Todos exemplos que permitem entrever que haveria problemas que sobreviveriam para serem reorganizados no momento ulterior do escritor das *Memórias póstumas*, fase cujos prenúncios não podem ser negados ao período precedente.

Pensando em Lima Barreto, marca-se a peça romanesca sob foco também com uma interface crítica nascida do encontro entre os ideais libertários e o substrato paternalista. O encontro cria uma terceira margem interpretativa, ao trazer o individualismo sem o qual a personalidade do texto romanesco não aflora, como também não progride sem o paternalismo brasileiro. O entrecho suspeita da família, mas não pode se apartar de todo de tal organização humana, como o mostram a memorialística sobre a gente Sá e a proteção que Gonzaga quer fazer valer sobre o Afilhado e o Compadre. Este último, encaminhado ao casamento pelo protagonista.

A sensação diante do encontro de tais ambivalências é a de que uma leitura que se proponha a acompanhar toda a extensão da família só se torna possível caso se considere um interlúdio crítico entre a dimensão paternalista e a que aparentemente a repele. Este conflituoso espaço, como na literatura machadiana, recusa-se a apontar um nível predominante ou periférico para a narrativa de Lima Barreto. Sem o individualismo libertário, o livro abandonaria sua face indisposta com a família e Gonzaga de Sá se distanciaria das referências intelectuais que o sustentam. Caso o texto proclamasse o fim de qualquer remanescente paternalista, perderia muito de seu teor brasileiro e chegaria a se aliar ao cosmopolitismo republicano que satiriza, no que este representa de negação e manipulação das tradições pátrias.

A relação com Machado de Assis já foi assunto de mais de um texto crítico sobre a literatura de Lima Barreto, curiosamente, comparação que desconfortava o autor mais jovem, como expressa a carta-resposta que Lima enviou a Austragésilo de Ataíde, que o havia comparado a Machado (CAP, 1956, p. 251-257). A identificação entre os dois mestres de ironia pensada por vários estudiosos confirma que a possível conciliação já vem sendo tentada bem antes desta nossa análise. Mencione-se a este respeito Tristão de Ataíde (1956, p. 14), que em prefácio sobre *Vida e morte*, entende Lima Barreto e Machado de Assis como partilhantes da mesma estirpe de ironia. Ainda, não se olvide o parecer de Lúcia Miguel-Pereira (1957, p. 294), para a qual a história de Gonzaga de Sá teria ficado engavetada por treze anos por culpa de sua postura humana e processos estruturais bem machadianos.

Entretanto, há ainda muito que separa a narração de Lima Barreto da obra do Velho Bruxo. As *Memórias póstumas de Brás Cubas* descortinam o mundo do proprietário em sociedade desigual, escravista, mas Brás, pela sua retórica culta e cheia de gracinhas, pelo bom falar de alguém que dispõe do poder material, acaba obscurecendo o que há de denúncia sobre o grupo do qual faz parte. O mesmo acontece no *Dom Casmurro*, com Bento Santiago, filho dileto que sempre com saudades da infância inocente sob teto abastado, acaba obnubilando os conteúdos críticos contra a família proprietária, privando Capitu do direito à defesa contra as acusações do senhor patriarcal. A posição tanto social quanto discursiva despista o leitor dos contrastes da família, pois segundo Irenísia Torres de Oliveira, a fala dos narradores de Machado, que estão a contar suas prerrogativas, cria um pacto entre leitor, narrador e satirizado. Nas *Memórias póstumas* e no *Dom Casmurro*, a crítica vem “de um

igual, o que parece torná-la incrivelmente tolerável” (OLIVEIRA, 2008, p. 169), isto é, trata-se de um membro de classe rica dirigindo-se a este mesmo segmento, tornando a censura mais difícil de detectar.

É a efusão crítica menos contida, de quem está afastado do mundo dardejado, que se lê em Lima, por exemplo, quando os ricos da *urbs carioca* sobrepõem a importância dos nomes aos atos, quando a mesma classe se aproveita do pai humilde, momento em que a instituição familiar surgida como sistema privado fixa-se mais fortemente nas arbitrariedades que envolvem a esfera pública. O protecionismo, diferente daquele que quer encaminhar Aleixo, arriscado por Gonzaga, nada tem de desceite para a obra, a qual não poupa insatisfação para os arranjos de Dona Dulce, para os apaniguados que o Barão do Rio Branco sustenta em torno de si.

Percebe-se que o texto de Lima Barreto destaca uma margem de contestação no que condiz à família, espaço que faz alterar as desigualdades de sociedade e o valor do indivíduo no mesmo terreno. A discussão só se completa quando o destino individual se cruza com a dimensão social, tornando a especificidade da defesa do *eu* em ponderação sobre o *nós*. Não é à toa que as induções sobre o pai de família, sobre o narrador e o namoro, estendem-se até alcançarem uma base mais ampla, em que a indisposição contra o núcleo familiar não vale se não atravessar o caminho do *status quo*. O caso específico do enterro de Romualdo é que faz com que Gonzaga pense na situação geral do pai de família pobre, que levanta de madrugada para garantir a vantagem de outros pais. Apenas três linhas após o conselho de Gonzaga à personagem-narradora sobre a necessidade de namorar, o olhar do biógrafo, como modo de ombrear a tentação de se introduzir no mundo ao sacrifício da subjetividade que a inclusão exigiria, trata de comparar os pais trabalhadores a animais de carga. Relembre-se ainda a atração que Alcmena exerce sobre o narrador, emparelhada ao comentário acerca dos homens bons que tirarão muito de poucos porque não poderão dar tudo a todos.

Dessa forma, vimos que os muxoxos do romance contra a família brasileira respondem à estrutura desigual da sociedade. Sobre esta, recai uma interpretação insatisfeita, que mede a família a partir do que representa para o estrato social privilegiado e para o desprovido. Os anseios individualistas alimentam as dúvidas contra as relações familiares. Ao mesmo instante, o plano de origem externa, que sustenta a crítica, desejando mais liberdade para a pessoa, funciona dentro de condições históricas locais. Estas dizem respeito ao paternalismo

que ainda pesa sobre a política, sobre a vida intelectual, sobre a trajetória de cada pessoa, que fica deslocada caso ouse se distanciar da sombra do grupo.

O livro não se faz insensível às heranças nacionais, pois a tradição familiar ainda é uma tônica do entrecho. O texto traz as duas dimensões, a avançada e a conservadora, como variáveis que seguem juntas para explicar e questionar o valor da família na vida de suas criaturas. Antes de simplesmente se declarar como discurso que opõe as relações familiares àqueles que delas discordam, importa também avaliar as dificuldades que a rejeição impõe, momento em que o narrador se vê atraído pela vida comum e seu mestre sente o outro lado da fidelidade à independência do *eu*.

#### **4.1. A mulher no romance**

Em crônica de 1911, intitulada “A mulher brasileira”, acompanhamos Lima Barreto dissertar sobre os elogios que destacavam as qualidades do perfil feminino nacional à época em que o autor carioca escrevia, discursos que consoante Lima, eram recorrentes nas reuniões de família, na fala dos oradores e, o mais importante, nos escritos de nossos literatos.

Em “A mulher brasileira”, o cronista ainda conta alguns casos nos quais a figura feminina se afirmaria como sustentação intelectual para marido, filhos e irmãos, ou ainda, como influência indispensável à formação de certos pensadores. Ocorre que tais situações, nas quais a mulher recebe uma interpretação positiva, distam da realidade nacional. Mme d’Épinay, amiga de Grimm e Diderot, além de protetora de Rousseau, é comparada à Laura Sanille, irmã de Balzac: todas elas exemplos que em nada ficam a dever ao vigor intelectual de seus protegidos. Segundo o autor da crônica, sempre que o escritor brasileiro busca comunicar uma interioridade semelhante à daquelas intelectuais, não o poderá realizar sem que sacrifique a verdade da obra. Confirmemos a opinião do cronista a partir de uma passagem do texto citado:

Se nas obras dos nossos poetas e pensadores passa uma alusão dessa ordem, sentimos que a coisa não é perfeitamente exata, e antes o poeta quer criar uma ilusão necessária do que exprimir uma convicção bem estabelecida. Seria melhor talvez dizer que a comunhão espiritual, que a penetração de idéias não se dá; o poeta força as entradas que resistem tenazmente.  
É com desprezo que verifico isso, mas que se há de fazer? É preciso ser honesto, pelo menos de pensamento... (TC, 2004, p. 75).

Conforme destaca o trecho, nossos intelectuais correm o risco de faltarem com a honestidade caso insistam na comunhão intelectual entre homem e mulher. Penetração de ideias que seria característica do Velho Mundo, mas que não encontraria confirmação verista em nosso meio. Sob o compromisso realista com o dado local, o escritor não deve trocar a convicção pela ilusão, julgando que existem na arte e no pensamento entradas que, quando forçadas, comprometem a fidedignidade da obra. A crônica, que em termos mais diretos afasta mães, esposas e musas nacionais de outras mulheres que lhes seriam intelectualmente mais avançadas, evidencia que há um padrão que o pensador da sociedade e da arte brasileiras deve respeitar. Não adiantaria representar criaturas que não encontrassem ressonância no espaço social daqui, no qual não nos reconheceríamos, restando o estranhamento diante da realidade como preço do engano.

Está-se vendo nas palavras publicadas em 1911 uma inquietação que alcança os escritos ficcionais do autor de *Triste fim*, isto é, a posição intelectual da mulher brasileira, a afinidade desta com o homem que se dedica ao pensamento. Em *Vida e morte*, Gonzaga declara que possui uma grande afeição pelas mulheres, inclinação que segundo ele próprio, é de ordem puramente intelectual. Tal sentimento, entretanto, não progride, pois ao longo de todo o romance ele não se depara com uma só mulher que garanta compreensão ou apoio às suas ideias e ações.

Saliente-se o caso da tia Escolástica. As menções a ela são sempre positivas. Tudo é candura e simpatia em sua fisionomia, que pela visão do sujeito narrativo, quer ganhar ares de santa. Quando aparece para convidar o sobrinho e Augusto à mesa, a Tia surge à porta como que “iluminada, com uma luz de retábulo” (*VM*, p. 592). A velha parenta é essencial à vida do sobrinho e ela mesma o criou quando lhe morreu a mãe. Escolástica oferece sustentação a Gonzaga, cuidando da casa enquanto o protagonista passeia pela cidade e se preocupa com assuntos de pensamento. “Vamos jantar em casa, embora minha tia não esteja em casa” (*VM*, p. 566) diz Gonzaga, na primeira vez em que o narrador é convidado à moradia do amigo. A Tia toma conta da residência de Santa Teresa e a sua ausência não pode passar sem que se considere a falta que fará para o morador e para o visitante. Em todas as outras vezes em que a casa da família é mostrada, a parenta se faz presente. Além de tudo, é Escolástica quem leva à frente a promessa que Gonzaga faz a si e que não cumpre por causa de sua morte: conduzir a educação de Aleixo Manuel.

Mas o apoio que a parenta representa na existência do oficial da Cultos perde força quando Escolástica é separada da ação no lar, quando sua função pede compreensão intelectual pelo parente insulado. “Ele foi sempre assim. Nunca se o pôde entender” (VM, p. 592), diz a personagem feminina acerca do sobrinho. Durante o desconsolo de Gonzaga após a morte de Romualdo, momento em que o protagonista sente mais as consequências de sua trajetória desafinada com o meio, Escolástica não é capaz de confortar o sobrinho. Mostra-o a citação abaixo:

O jantar foi triste; dona Escolástica, com a indiferença do seu olhar verde, jantou sempre cerimoniosa, tendo sempre um sorriso de bondade fixado nos lábios. Não perdia nunca aquele seu ar de remanso, de placidez. Mas com tanta passividade, que não lhe adivinhei qualquer contração, ter descoberto a crise por que vinha passando o sobrinho. Era como essas deliciosas paisagens por onde corremos quando a alma se nos tolda de desgosto. Contemplamo-las, horas e horas, esperando um consolo, um afago, e elas nada nos dizem. Continuam sempre, belas para toda a gente, mas sem compreensão simpática para um qualquer dentre os muitos que as procuram. Dona Escolástica continuava plácida e remansosa, mas parecia ser assim para todos, sem escolha nem eleição. Diante da recente agitação do sobrinho e, antes, em face da sua indiferença nirvanésca por tudo, do seu niilismo intelectual, ela sempre procedeu como a paisagem: ficou muda, ficou muda sem uma palavra para animá-lo e sem um conselho para sossegá-lo. (VM, p. 625).

Note-se que a Tia não é propriamente apresentada de forma negativa. Ela se alia à paisagem natural a que o narrador se volta durante toda a obra procurando por conforto, natureza na qual Gonzaga reconhece o espírito singular de sua cidade. Entretanto, expressa-se um consolo limitado, capaz de conferir certa segurança à personagem principal, mas distante de uma afinidade que se pusesse como entendimento das ações e ilações do parente. A descendente dos Sá é capaz de dar apoio sentimental no lugar da mãe de Gonzaga, acompanhando os hábitos do sobrinho com dedicação, contudo, bem longe da enigmática alma do funcionário de repartição, conforme expressa outra passagem da obra:

Aproveitando o incidente dona Escolástica pôs-se a narrar a estranheza do sobrinho. Não parecia um velho, não tinha horas para nada, não tinha método algum. Comia a toda hora; levantava-se alta noite e saía; passava dias fora de casa, com um e outro. Parecia verdadeiramente um cigano, desses que vivem ao deus-dará.  
— Ora! Fez ele.  
— Há dias que ele me chega aqui — continuou dona Escolástica para mim, à meia noite... E sem jantar! Não sei onde anda... Chega cansado... E não é tudo: há noite que passa em claro, a ler, a ler...  
Admirou-me muito o interesse afetuoso com que ela seguia a vida do sobrinho. Revelava um desvelo diário, minuto a minuto, de dia e de noite...  
— Tu não me compreendes, Escolástica, apesar de me teres criado (VM, p. 594).

A falta de compreensão entre as personagens femininas e os protagonistas de Lima Barreto não é exemplo específico da ficção que elegemos em nosso estudo. Os romances *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* e *Triste fim de Policarpo Quaresma* põem o mesmo motivo em movimento em seus entrecos. Nas *Recordações*, Isaiás escreve suas memórias de Caxambi, no interior do Espírito Santo, após ter deixado a vida na então capital. A lembrança do Rio agride a interioridade do escrivo, que tem que sentir novamente as angústias que viveu para as transmitir ao papel. Isaiás, agora casado, não encontra alívio na esposa, a qual, quanto a um maior entendimento com o companheiro, não se diferencia de pessoas estranhas, visto que ela não suspeita dos tormentos memorialísticos do marido: “nada digo das minhas leituras, não falo de minhas lucubrações a ninguém, e minha mulher, quando me demoro escrevendo pela noite fora, grita-me do quarto: — Vem dormir Isaiás! Deixa esse relatório para amanhã” (IC, 2006, p. 163). Em *Triste fim*, Adelaide, irmã de Policarpo, é sempre a primeira a se opor aos projetos patrióticos do irmão: “A irmã nunca entendera direito o irmão” (TF, 2006, p. 306).

Não há misoginia contra o perfil feminino na literatura de Lima, antes, a percepção dos limites a que a mulher formada sobre o substrato paternalista tem de se submeter quando a questão é o pensamento. Continuemos a argumentação com exemplos do próprio *Vida e morte*, no que o livro aponta ao espaço intelectual da mulher. Em uma das visitas de Gonzaga ao subúrbio, ele se impressiona com o grande número de feministas que toma conta daquela parte da cidade. A atividade intelectual do subúrbio, sob o parecer do biografado, é comandada pelas moças, que a cada dia se dedicam mais aos livros e ao aprendizado da música. Depois de contar uma pilhéria sobre como ficaria o futuro das famílias onde as mulheres não se importassem mais com as obrigações do lar, o protagonista ouve a opinião de Augusto Machado, que não enxerga nas novas tarefas das estudantes, risco nenhum às famílias: “Quando vier o casamento, fecham as gramáticas, queimam os livros, e começarão a repetir a história igual e enfadonha de todos os casamentos burgueses ou não” (VM, p. 588).

Dessa forma, a posição feminina ainda depende do homem, quer dizer, sente-se ainda o peso da organização patriarcal, que segundo Saffiotti (1976, p. 169), reserva o casamento como a única carreira aberta à mulher. Esta pode se dedicar a outras tarefas além das que servirão para a esposa e para a mãe, mas as novas atividades serão temporárias. Mesmo na família de posses, onde as condições financeiras poderiam trazer mais independência à figura



feminina, a situação não é diversa, como o comprova o diálogo dos dois amigos sobre as filhas dos dirigentes do país, que se fazem bem vestidas apenas para conseguir casamento. Não existem chances de realização fora da organização familiar.

O feminismo, embora um avanço que começa a fazer a mulher pensar sobre a sua própria condição, tem de encarar seus limites. Emília Viotti da Costa (2010, p. 518-519) defende que o período em questão não chega a trazer discussões cruciais para a conquista do espaço feminino. Analisando os artigos de “A mensageira” periódico feminista paulista, com circulação no Rio, a estudiosa da Primeira República atesta que o feminismo da época trata antes do bem-estar da família do que das necessidades da mulher. Se esta precisa ser educada é para ser mãe e esposa, se tem direito ao trabalho é apenas em caso da falta de um homem que a assuma. Para outra estudiosa do período, a posição do feminismo não se modifica na capital. Agora tendo por foco a mulher na imprensa carioca, Rosa Maria Barboza de Araújo (1993, p. 66) ressalta que as discussões sobre a igualdade de homens e mulheres estão restritas às elites e, mesmo nestas, os valores conservadores neutralizam a influência libertária, tímida diante das justificativas conservadoras acerca das peculiaridades culturais e da personalidade adversa da mulher brasileira, pretextos que fundamentam a inferioridade.

Por outro lado, o trabalho feminino não está de todo ausente da narrativa que priorizamos. Basta recordar o exemplo das costureiras, que à primeira vista, tem a seu lado melhores expectativas, pois diferentes das jovens do subúrbio, já aparecem ligadas a uma ocupação profissional. Aqui, contudo, o trabalho não possui o mesmo significado do que exerce o elemento masculino. A costura é no caso uma tarefa semidoméstica, autônoma. A casa com espaço reservado às atividades de coser torna-se comum na República (ARAÚJO, 1993, p. 84). No domicílio em melhores condições financeiras, a mulher deve saber costurar para atender às pequenas necessidades cotidianas. Na situação da mulher pobre, a que o texto de Lima aborda, a necessidade se faz questão de sobrevivência. Além do mais, o romance se refere às costureiras como “moças das oficinas” (VM, p. 581). Caso sejam solteiras, já que a obra não dá certeza a este respeito além da leve sugestão entre aspas, nada impede que as mulheres que costuram estejam na mesma posição das feministas do subúrbio. Estas, com suas gramáticas e violinos enquanto solteiras, aquelas com direito ao trabalho enquanto não chega o casamento.

Nossa interpretação se inclina a não desenvolver esta última opção. Prefere-se encarar a alternativa da mulher que exerce o trabalho quando não há outra forma de sobreviver. O caso se avizinha ao visto nas *Recordações*, no qual a lavadeira do cortiço onde vive Isaías lava roupa como meio de vida, pois não dispõe da proteção de um marido nem dos filhos que teve (IC, p. 220-221). Acerca das costureiras de *Vida e morte*, não é dito em nenhum momento do romance que elas precisem do trabalho como meio de sobrevivência. Sabe-se disto pela comparação com as mulheres do texto que se encontram em posição material mais confortável, as quais não trabalham e sempre contam com o auxílio de um marido, de um pai, de um parente que as assuma.

Pode-se assim dizer que sempre que a figura feminina ocupa alguma função profissional, esta ainda é exercida dentro do território doméstico e como meio de escapar à indigência. Não se encontra nenhuma mulher em posição de destaque, em igualdade com o homem. Nenhuma delas é doutora, política ou simplesmente operária<sup>6</sup>. Marx (2008, p. 554) viu um aspecto menos terrível acompanhando a barbárie da indústria contra a mulher. Segundo o autor, esta foi arrancada do espaço do lar, mas a mesma violência também cria possibilidades de discussão e renovação social que não poderiam acontecer dentro do âmbito doméstico. A visão contida em *O capital*, se pensada para o caso Brasil, deve ser considerada sobre outro prisma, a julgar que nos encontrávamos em um diferente estágio do processo de modernização capitalista. O feminismo no romance, embora um avanço como alternativa de autopercepção para a mulher, ainda não possui a força daquele movimento que defendia a transformação social como pressuposto das mudanças na condição feminina, identificado por Hobsbawn (1998, p. 293-295) para a *Belle Époque*.

Escolástica é parte de uma época em que a mulher carioca havia conseguido romper com o confinamento da casa grande e do sobrado: a segunda metade do século XIX. O teatro, a que ela mesma conta ter ido, já oferece alguma possibilidade de vida social. Aquelas a quem a família pode conferir algum conforto são incentivadas a exercer a conversação. Preza-se a instrução relativa que a sociedade então passa a exigir da mulher livre e branca. Escolástica

---

<sup>6</sup> O único exemplo no qual a mulher mostra algum respaldo se refere às irmãs de caridade. A posição destas também é difícil, pois têm de abdicar das possibilidades de ser mãe e esposa para ter direito a algum prestígio. Não é possível conciliar a função profissional à família. Buscar a integração entre o fator social e o natural, para Saffiotti (1976, p. 58-59), é conquista indispensável para que a mulher tenha direito à igualdade sem precisar hierarquizar lar e profissão, optando por um destes dois.

revela que tocava piano quando jovem. Não obstante, se a independência deve se traduzir pela equiparação entre homem e mulher, a perspectiva se altera.

A Tia, que como o sobrinho não é casada, não foi levada à vida de solteira pelos mesmos motivos individualistas de Gonzaga, na verdade, as verdadeiras causas de Escolástica não ter casado não são reveladas e não se arriscam aqui explicações. O que é importante de se tirar do fato é que ainda que sem marido, a parenta pede sempre a presença de um homem, quer dizer, Gonzaga é necessário para se mover por entre os lugares sociais a que a esfera coletiva não deixa o feminino entrar. Quando o funcionário público luta perante a justiça para ficar com a casa da família, Escolástica apenas participa como expectadora, sem o comportamento ativo do sobrinho. Em *Triste fim*, há um exemplo semelhante. Adelaide, irmã de Policarpo, vê-se perdida quando o parente é internado no hospício, pois ela foi “educada em casa, sempre com um homem ao lado, o pai, depois o irmão” (*TF*, p. 301). Os negócios de família são assumidos pelo compadre e pelo melhor amigo de Policarpo, evitando que Adelaide fique completamente desorientada no mundo.

Como se disse, a posição frágil que a mulher ocupa quanto ao pensamento ou em relação à conquista dos demais espaços fora do lar não é caso de antipatia, mas compromisso realista do escritor com aquelas fronteiras que não podem ser transpostas sem comprometer a verdade da obra, defendidas em “A mulher brasileira”. Mesmo quando as personagens femininas de Lima Barreto ultrapassam o lugar de pouco brilho que lhes reserva o meio nacional, elas não conseguem impor seu perfil avançado, que fica sem ambiente para acontecer. Em *Triste fim*, por exemplo, Olga se destaca com opiniões sobre a sociedade e sobre o casamento, ainda assim, não consegue escapar do matrimônio. Nesta realidade, a mulher não é preparada para ser mais do que mãe e esposa, e se der um salto à frente graças a suas próprias capacidades, não há meio que a ampare.

Lima toma a questão pela ótica da falta de alternativas imposta pela organização social. O que sob um olhar desatento pode ser considerado um discurso contra a mulher, tem mais de censura do que de conformismo. Sem que aqui a literatura resolva os conflitos que problematiza por meio de uma solução feliz, o questionamento principal é o de privação de cidadania, tanto para a mulher humilde quanto para a que se encontra em melhores condições materiais. Não quer dizer que não tenha havido mulheres que alcançaram destaque durante a Primeira República ou mesmo antes dela. O próprio Lima elogia em anotações de 1909 (*DI*,

2006, p. 1284-1285) o perfil da jornalista e escritora Carmem Dolores, reconhecida pela vida solitária e dedicada aos estudos, bem como por uma dada reserva quanto aos salões e ao elemento masculino. A admiração pessoal não transforma a exceção do exemplo acima em regra. Ao contrário de Carmem, a mulher intelectual nas narrativas barretianas acaba beirando à situação do homem pensante, quer dizer, os dois sexos, quando representados por indivíduos reflexivos, estarão deslocados e sem prestígio no meio local.

Olga é inteligente e curiosa, mas a sociedade não permite concorrência com os homens. O casamento surge como meio de a mulher não ficar deslocada. A Afilhada é levada ao altar não pelas particularidades de seu perfil, mas por “hábito da sociedade” (*TF*, p. 304). Um hábito que age com força de lei, quando decreta que aquelas que não o acatarem cairão em desgraça. Este é o caso de Ismênia, ainda em *Triste fim*, personagem que em alguns pontos parece oposta à Olga, mas que no que toca à força que a esfera social imprime para que a mulher só encontre futuro no matrimônio, alia-se à afilhada de Policarpo. Ismênia enlouquece porque é abandonada pelo noivo. Ela é pressionada pela falta de perspectivas que a mulher brasileira possui caso não se enquadre na função de mãe ou de esposa. O veredito para quem descumprir o imperativo social do casamento atinge a disposição psíquica da mulher. Fora da casa de família, ela não consegue enxergar chances de realização.

Conforme ficou exposto na relação entre Gonzaga, Policarpo e as velhas parentas, a mulher preenche espaço inferior no que concerne às personagens masculinas. Não obstante, quando o homem que convive com a mulher é doutor arrivista e não intelectual desinteressado, as capacidades femininas são então relevadas diante da mediocridade dos maridos. Olga, em questões de pensamento é superior ao esposo, o qual é doutor e arrivista. No romance *Numa e a ninfa* (2006), Edgarda prepara os discursos do marido parlamentar, que não tem ideias para levar à tribuna. Ela ainda recomenda maiores ousadias políticas ao acomodado esposo, que se encontra sem reconhecimento público. Contudo, o brilho social que Edgarda conquista é devido ao próprio prestígio que Numa vem a adquirir com o pronunciamento. A mulher precisa do homem para se elevar socialmente, mesmo que seja intelectualmente superior a ele.

Se o caso é o da mulher desprotegida, acompanhada pela pobreza e pelos obstáculos que a cor impõe, pode-se entrever um aspecto mais honroso no casamento, a exemplo do que foi dito acerca da opinião de Augusto no que respeita à esposa de Romualdo. O ponto de

vista, aliás, se estende a outros romances de Lima. Nas *Recordações*, o fim que leva a amante do deputado Castro faz o escrivão se interpelar “porque não casara aquela rapariga, porque não vivera dentro dos costumes tidos por bons” (IC, 2006, p. 256). A mulher necessitada, negra ou mulata, fica desamparada sem a união oficial com o homem, sujeita à prostituição, à mancebia, aos caprichos de outros homens.

Quando a mulher brasileira e humilde é relevada no romance sob foco, há sempre compadecimento pela sua posição de parte fraca. No passeio no Largo do Passo com Augusto, é a prostituta que serve às classes baixas que faz com que os dois amigos reconheçam os suplícios que o homem brasileiro faz cair sobre o sexo em questão, conforme expressa a citação seguinte:

O jardim ia-se povoando de marítimos cansados e as mulheres, raparigas de condição modesta e íntima passavam apressadas e desconfiadas.  
— Por que razão, Machado, todas as mulheres nesta terra têm medo dos homens? — perguntou-me Gonzaga.  
— É porque os homens não são bons.  
— Eu creio que sim. Aqui, não é a mulher que quer enganar o homem; é este que quer enganar a mulher.  
— Penso como o senhor, e a prova está no noticiário dos jornais. São os amantes que roubam as amantes; são os maridos que fazem passar para suas algibeiras os dotes das mulheres; são os pais que fraudam as “legítimas” das filhas; são os irmãos que furtam as jóias das irmãs; e é o que vem à tona!  
— À vista disto, o adultério não vale nada. Vamo-nos (VM, p. 572).

A prostituta, a propósito, é elemento bem recorrente no romance. No momento em que Lima escreve seus romances, as modificações sentidas na estrutura familiar não possuem força suficiente para desbancar muitos dos valores da sociedade senhorial, os quais surgem reagrupados com a nova mentalidade urbana e cosmopolita. A imensa presença da meretriz europeia na então capital se associa à febre progressista republicana, que buscando identificação com Paris, chega a incentivar a presença das estrangeiras que servem às elites, ao passo que empreende verdadeira caça ao meretrício nacional (ARAÚJO, 1993, 305-308). Ainda que a vinda das estrangeiras obedeça a uma configuração ideológica característica da *Belle Époque*, a grande exigência da prostituição na capital federal arraiga-se nos tabus patriarcais acerca da virgindade feminina. Como expõe Antonio Candido (1951, p. 310), se a sociedade nacional conserva a virgindade da mulher e propaga a sexualidade do homem, acaba surgindo um terceiro elemento a fim de instaurar alguma ordem no desequilíbrio: a prostituição.

Entretanto, o tratamento que recai sobre tal personagem não é uniforme como exemplo da mulher que pode sobreviver fora da família e fora da ordem. É preciso que analisemos a rotação de cada caso dentro dos enredos. Considerando um panorama mais geral, observa-se que a literatura barretiana não perde a ternura pelos párias sociais, por exemplo, pelo pequeno ladrão que acompanhamos no conto “Dentes negros e cabelos azuis” (CC, 2010 p. 321-328), texto em que o delinquente, em diálogo com sua vítima, mostra-se terno e compassivo. Um exemplo também bem conhecido é do bêbado Belmiro, no conto “A nova Califórnia” (CC, 2010, p. 63-70). Belmiro é o único da pequena narração que não participa da violação dos túmulos e da matança gerada pela febre do ouro. Assim como as personagens dos contos, a prostituta é interpretada nos textos de Lima mais como vítima do que como agente das discrepâncias do mundo. Mas sobre isto, uma ressalva deve ser feita. A simpatia sobre o pária se torna mais expressiva quando este representa o indivíduo solitário, que não se reconhece dentro da associação coletiva. Este é o caso do ladrão e do bêbado citados. Também, da prostituta espanhola Pilar, esta, em *Vida e morte*.

Quando o biógrafo e seu herói avistam Pilar durante a visita ao teatro Lírico, o narrador destaca que ela se encontra só, sem companhia das colegas de ofício e, apesar da ocupação, sem o acompanhante masculino. A espanhola é meretriz da alta roda, “a ninfa da alta política, da alta finança, de toda a pirataria com patente” (VM, p. 627). Apesar da ligação com os homens da classe dominante, Pilar não recebe a antipatia que o romance destina aos outros frequentadores do teatro, que para Augusto, roubaram, mataram e enganaram para estarem ali. A personagem-narradora sente-se constrangida diante da inquietude que a elite brasileira tem no olhar, indício de que ela deve muito à moralidade e não é capaz de esconder o débito. A espanhola, contudo, não participa da falta de sossego da gente rica, pois nada deve à consciência. Leiamos a citação que destaca o raciocínio:

Pus-me a ver as feições daquela gente tão maldosa catalogada por Gonzaga de Sá. Tinham não sei que desassossego no olhar, que me penalizou. Quis interrogar o meu amigo... Parei um instante para ver a Pilar que passava. Roçou-me e pude ver bem as feições. Eram calmas e o olhar seguro e satisfeito. Em face daquela inquietude geral, o sossego pareceu-me superior, aristocrático, exercendo aquela fascinação especial de pessoa humana que pode, está segura de si e não tem tormentos. (VM, p. 627).

O quadro é idêntico ao descrito no conto “Uma noite no lírico” (CC, 2010, p. 207-211), no qual dois amigos vão ao mesmo teatro com o objetivo de satirizar a alta sociedade presente no recinto. O nome dos dois censores muda, mas a prostituta permanece com o

mesmo. A conclusão do narrador do conto diante da agitação dos poderosos do Brasil é praticamente a mesma que no romance. A espanhola “era a única que me parecia calma, segura dos dias a vir, sem pressa, sem querer atropelar os outros, com o brilho estranho de pessoa que pode e não se atormenta...” (CC, 2010, p. 211). Em ambos os casos, tanto no romance quanto no conto, a perspectiva dos narradores, apesar da simpatia, é binocular, ou seja, nada de maior proximidade com as prostitutas para tentar uma possível troca de ideias.

Quando aparece em agrupamento, a prostituta estrangeira recebe uma visão mais sardônica da narrativa. Augusto dirige o olhar às meretrizes recém-chegadas ao Brasil. As mulheres em questão são comparadas a uma nuvem de gafanhotos pelo narrador, julgadas como continuadoras da pilhagem dos colonizadores. Elas atraem para si o dinheiro dos pais de família, os quais lançam mão de todos os meios para desfrutar da companhia de tais mulheres. Esclarece-o a passagem extraída do romance:

É mágico e sobrenatural. Esvaziam-se os pecúlios pacientemente acumulados; vão-se as heranças que tantas dores resumem, e os cofres das repartições e dos bancos sangram... [...] É uma população, um país inteiro que converge para aqueles seres de corpos lassos. E elas continuam a passar muito grandes, bojudas, como cascos antigos rebocados por grandes chapéus de altas plumas, ao jeito de velas enfunadas ao vento. Passavam às duas, às quatro, como frotas, aquelas frotas de outros tempos, esquadras de naus, de caravelas, de galeões que vinham às Américas buscar a prata de Potosi e ouro do coração do Brasil (VM, p. 598-599).

Continuado a dissertar sobre o impacto das estrangeiras na sociedade nacional, o narrador também recorda uma reflexão de Gonzaga, para o qual as prostitutas da última citação estão se dando ao trabalho de trazer as modas da civilização europeia, a fim de corrigirem a falta de modos da população brasileira. Os maridos que as visitassem levariam novos comportamentos para casa, para a educação de mulheres e filhas. A ironia que a fala de Gonzaga traz a tal respeito ampara-se no sentido que o trabalho civilizatório das mesmas figuras femininas representa para o cosmopolitismo republicano, pois segundo o romance, caberia às mulheres corrigir o temperamento vadio que tinha ficado dos escravos que nos formaram. A elas, também competiria inspirar a poesia sem compromisso social dos escritores daqui. O progresso se transforma em obsessão para a época (SEVCENKO, 2003, p. 41-42). O Rio deve ter a aparência de uma nova França onde não cabem os hábitos da gente humilde. As musas da literatura devem ser alvas e educadas como as estrangeiras, pedaços do Velho Mundo transitando pela então capital. Se a prostituta nacional representa um risco à estabilidade das famílias, um indício de sua destruição, a estrangeira é vista como um

complemento da saúde familiar, podendo até ser exibida como troféu ao lado dos grandes homens do Estado (ARAÚJO, 1993, p. 56).

Em suma, em *Vida e morte* o intelectual fica distante de uma maior comunhão com a mulher, começando por aquelas da mesma família dos protagonistas. Sobre o feminino passa ainda a influência paternalista que impede que a mulher desempenhe o papel intelectual ou profissional que realiza o elemento masculino. O afastamento não impede que haja compaixão pelo sofrimento feminino. A prostituta estrangeira, como pessoa só e à margem, sossega a sátira das personagens-chave, o que não quer dizer que biógrafo e biografado alcancem correspondência intelectual com tais mulheres. “O que sinto, é que essas senhoras não sejam diferentes das de sociedade. Se fossem, eu talvez experimentasse...” (VM, p. 630), ressalta Gonzaga sobre a prostituta que observa no bonde após deixar o teatro onde estava Pilar. Mesmo que exista compadecimento pelas que se encontram à parte, o sentimento não chega a arriscar o isolamento do homem de pensamento, que ainda se sente emparedado.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que o que foi apresentado sobre a família em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* tenha contribuído para movimentar reflexões sobre a literatura de Lima Barreto. Pensar a posição dos textos barretianos no que se refere à associação familiar significou, além do exame sobre o que há de original na obra do autor, ponderar sobre o lugar que *Vida e morte* ocupa dentro de uma dada tradição literária sobre a família. Esta tradição possibilitou que relacionássemos o romance em foco com outras obras, as quais mantêm pontos em comum com a produção de Lima ou, diferentemente, parecem se distanciar dela.

Sobre uma ou outra atitude comparativa, gostaríamos de esclarecer que, ao longo da defesa de nossos argumentos, não foi a ideia de superação que nos levou a iniciar a discussão pelos escritores românticos, passando pelo Machado de Assis das duas fases até chegarmos a Lima Barreto. De nenhum modo, entendemos que este extremo represente uma antinomia no que condiz aos diferentes modos de composição artística que elencamos no capítulo de partida do trabalho, principalmente, no que toca aos casos que soaram como contraste com *Vida e morte*.

Discute-se aqui uma questão cultural que se confunde com a formação e com a consolidação da literatura brasileira: a expressão dos anseios libertários nos modos de interpretar a família, encontro que interessa como tentativa de cada escritor em acomodar a margem pessoal à esfera familiar. Tem-se assim uma relação histórica que alcançou Lima, para definir, como também tentaram seus antecessores, o espaço individual em contato com a família.

Há ainda outra história que cerca as discussões sobre a família, a história literária, que não contrasta propriamente com a sociológica, mas também não deixa de possuir ritmo próprio. Nós nos referimos aqui à literatura interessada e militante de Lima Barreto. Princípio que separa os romances do autor de *Clara dos Anjos* da literatura dita de “sorriso da sociedade”, a qual representava um ideal de arte acomodado, por supervalorizar o texto como simples produto formal, por entender que não é papel da arte se interessar por questões sociais. Mesmo sendo nosso estudo mais ensaístico que de historiografia literária, acreditamos que esta última inspiração tenha permanecido inscrita em nossas análises. Sem que nos detivéssemos em informações gerais e conhecidas, que podem ser buscadas nos manuais de

estilos de época, a postura engajada de Lima Barreto esteve presente por considerarmos a temática familiar como problema. Isto quer dizer que tentamos seguir a agitada complexidade do texto, o que implicou muitas vezes desdizer para poder dizer, carregar a análise de *contudos*, *entretantos* e *todavias*, para que a forma paradoxal do romance não fosse desdita pelas explicações.

Retomemos os resultados de nossas interpretações. Vimos que a família no primeiro capítulo sobre *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* emerge do passado para orientar o protagonista. Neste caso, a tradição familiar pode funcionar como índice de individuação, pois sua existência é uma das chaves para o perfil único de Gonzaga de Sá. Além disto, encontra-se em jogo um passado que não é reconhecido publicamente, fazendo-se subjetividade quando parte da memória de Gonzaga, das reflexões de Augusto Machado. Não obstante, os tempos idos também possuem alcance coletivo, quando a família caminha junto ao passado da cidade, quando o pretérito faz-se patrimônio que não pertence apenas às figuras-chave do livro. Apesar do respeito pela família antiga, a mesma tradição surge para o sujeito narrativo com uma aparência intimidadora, que não esquece os crimes de outros tempos e a família como agente de discrepâncias. Norte individual, patrimônio coletivo, motivo de orgulho e reduto de barbárie, a família como tradição interessa ao indivíduo, que não a conduz de forma conformista.

Ainda no mesmo capítulo, nós nos detivemos sobre o sentido do apadrinhamento e do compadrio. Aqui, expusemos uma das feições da sociedade paternalista, ou seja, a existência de protetores e protegidos que acionam o *favor*. Este, contudo, desveste-se de um aspecto conflituoso entre as partes de uma relação que acentuasse o mando exercido sobre o cliente e a difícil situação deste diante da vontade paternalista. O conflito, que também aparece, desenvolve-se por outro motivo: as chances que tem os protegidos de se integrarem em sociedade. O romance retoma o substrato de origem patriarcal, no caso do apadrinhamento, ao passo que o desarma como prática de inserção da pessoa no meio social. O amparo livre de interesse do padrinho Gonzaga sobre o afilhado Aleixo não possui força para dar lugar ao sujeito, a despeito dos méritos morais e intelectuais do menino.

No segundo capítulo sobre o romance de Lima, destacou-se que a família na narrativa se alinha a uma discussão sobre os antagonismos de classes. O pai da família rica, o pai da família desprovida, a instituição do casamento, são variáveis que denunciam que um exame

sobre as desigualdades de sociedade devem passar pela família. Nesta avaliação, ideais libertários e de valorização do espaço do indivíduo explicam as razões que levam Gonzaga e Augusto a colocarem a família no centro de suas críticas à esfera social. Mas a distância que faz com que as mesmas personagens se ponham em posição crítica contra a associação familiar não sobrevive como convicção inabalável no livro, cujas criaturas sentem o custo de preferirem a dignidade ao sacrifício do *eu* que a família exige.

No último ponto analisado, ainda no segundo capítulo, acompanhamos a posição de pouco relevo intelectual da mulher. A organização paternalista retira as chances femininas de autonomia pela via do pensamento e do trabalho. Se este se faz presente é por motivos de sobrevivência da mulher que não conta com a proteção masculina, ou como atividade semimarginal, exemplo da prostituição. Se o referencial for a prostituta estrangeira, deve-se relevar seu perfil individualista ou a posição ante o grupo, para perceber se o romance reserva um tratamento indulgente ou sardônico para as meretrizes.

Para falar de um escritor como Lima Barreto, nunca é demais esclarecer um mal-entendido que tem perseguido o autor. Nós apontamos aqui o conhecido caráter confessional de sua obra. Como se viu, deixamos de fora de nossas exposições a sondagem da biografia do autor, no que esta pudesse aparecer como simples dados de curiosidade. As anotações do *Diário Íntimo* foram valiosas para iluminar o curso do texto literário. Contudo, o valor do diário foi útil como referência intelectual e não pessoal. Em um diário que parece ter pouco de íntimo, encontramos um sujeito que desenha o movimento de sua vida desprendendo-a das limitações do espaço pessoal, que aparece despersonalizado, com os problemas da pessoa tornando-se impasses sociais. Como o revela Antonio Candido (2006-a, p. 59), em ensaio onde discute o sentido do âmbito biográfico em Lima Barreto, a experiência pessoal transcende o indivíduo convencional, com as “questões particulares” alcançando o “espírito geral”, mesmo nos textos barretianos que não são classificados como ficção.

Desse modo, textos que permitiriam ver mais os juízos individuais, exemplo também das cartas e até das crônicas, ampliam o entendimento do literário. Se não foram pensados para serem ficção, os dramas humanos e a realidade social destes escritos muitas vezes se identificam com os exames que circulam na arte propriamente dita. Ainda, além de tudo, é preciso também reconhecer que a ligação entre os textos mais pessoais e os literários é

exigência que parte do romance, por isso, tivemos que aceitar que o que é dito em diário ou correspondência pode não condizer exatamente com a prosa de arte.

Descrevemos a não-integração com o mundo, de personagens que se retraem ante a referência coletiva, aqui pensada como a instituição familiar e o mundo que a recebe. Por outro lado, a autoconsciência não precisa ser lida como oposta ao que o romance mostra como convivência com a família. Sustentamos que este trabalho não seja interpretado como uma oposição do indivíduo contra a família. Afinal, pelo olhar sobre a família pobre, sobre a tradição dos antepassados, sobre as limitações do espaço individual em sociedade, as visões particulares do biógrafo e de seu biografado também se tornam alteridade.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor. **Notas de literatura I**. Trad.: Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2003. (Coleção espírito crítico).

ADORNO, Theodor W. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. Trad.: Augustin Wernet & Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. **Teoria estética**. Trad.: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008. (Arte e comunicação; 14).

\_\_\_\_\_; HORKHEIMER, Max. “Sociologia da família”. In: CANEVACCI, Massimo (Org.). **Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. 3ª ed. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 210-222.

ALMEIDA, Ana Maria de Araujo. **Um “mestiço irrecusável”**: Tito Lívio de Castro e o pensamento cientificista do século XIX. 2008. 187f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>

ANDRADE, Mário de. “O peru de natal”. In: **Contos novos**. 3ª ed. São Paulo; Martins; Brasília: INL, 1972. p. 95-103.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ASSIS, Machado de. **Obra completa em quatro volumes**. Org.: Aluizio Leite Neto, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. v. 1(romance) e 2 (conto). (Biblioteca luso-brasileira; série brasileira).

ATAÍDE, Tristão de. “Prefácio”. In: BARRETO, Lima. **Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá**. São Paulo: Brasiliense, 1956. v. 4. p. 9-16.

AUERBACH, Erich. **Mimesis: representação da realidade na literatura ocidental**. Trad.: Vários Tradutores. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Estudos; 2).

ÁVILA NETO, Maria Inácia d'. **O autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Artes e Contos, 1994.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto (1881-1922)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. (Coleção documentos brasileiros; 70).

BARRETO, Lima. **Contos completos**. Org.: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Correspondência ativa e passiva**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 2v.

\_\_\_\_\_. **Prosa seleta.** Org.: Eliane Vasconcellos. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2006. (Biblioteca luso-brasileira; série brasileira).

\_\_\_\_\_. **Toda crônica.** Org.: Beatriz Resende & Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2v.

BASTIDE, Roger. Sociologia e literatura comparada. In: **Literatura e sociedade.** São Paulo, Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, n. 9, 2006, p. 264-269.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo.** Trad.: José Carlos Martins Barbosa & Hemerson Alves Baptista. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, 3).

\_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política.** Trad.: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994-a. (Obras escolhidas; 1).

\_\_\_\_\_. **Rua de mão única.** Trad.: Rubens Rodrigues Torres Filho & José Carlos Martins Barbosa. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras escolhidas; 2).

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Trad.: Carlos Felipe Moisés & Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Alfredo. **A literatura brasileira:** O Pré-Modernismo. São Paulo: Cultrix, 1966. (Roteiro das grandes literaturas; 5).

\_\_\_\_\_. “As letras da Primeira República”. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **O Brasil republicano:** sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 295-319.

\_\_\_\_\_. **Dialética da colonização.** 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio et al. **A personagem de ficção.** 11ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção debates; 1).

CANDIDO, Antonio. **Brigada ligeira.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

\_\_\_\_\_. “Dialética da malandragem”. In: **O discurso e a cidade.** 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998. p.19-54.

\_\_\_\_\_. “Esquema de Machado de Assis”. In: **Vários escritos.** 4ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Duas Cidades; Ouro sobre Azul, 2004. p.15-32.

\_\_\_\_\_. **Formação da literatura brasileira:** momentos decisivos. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

\_\_\_\_\_. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

- \_\_\_\_\_. **O albatroz e o chinês**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O método crítico Sílvio Romero**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- \_\_\_\_\_. **O observador literário**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O Romantismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Humanitas; FFLCH; SP, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Os olhos, a barca e o espelho”. In: **A educação pela noite**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006-a.
- \_\_\_\_\_. **Recortes**. 3ª ed. Ouro sobre Azul, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Tese e antítese**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006-b.
- \_\_\_\_\_. “The Brazilian Family”. In: SMITH, Lynn T. ; MARCHANT, Alexander (Org.). **Brazil: portrait of half a continent**. New York: The Dryden Press, 1951. p. 291-312.
- CARONE, Edgard. **A República Velha: evolução política**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, /s.d/.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CASTELLO, José Aderaldo. **A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. 2v.
- COELHO NETTO. “Rei negro”. In: **Obra seleta em três volumes**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. v. 1. p. 1069-1248. (Biblioteca luso-brasileira; série brasileira).
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: UNESP, 2010.
- COUTINHO, Afrânio (Org.). **A literatura no Brasil: era realista; era de transição**. 6ª ed. São Paulo: Global, 2002. (A literatura no Brasil; 4).
- D’INCAO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan**. Trad.: Leandro Konder. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 12ª ed. São Paulo: Globo, 1997. v. 2.

FAUSTO, Bóris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Tomo 3. v. 1.

FERNANDES, Florestan. “A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica”. In: SANTIAGO, Silviano (Org.). **Intérpretes do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 3. p. 1489-1863. (Biblioteca luso-brasileira; série brasileira).

FIGUEIREDO, Luciano. **Mulher e família na América Portuguesa**. São Paulo: Atual, 2004. (Discutindo a história do Brasil).

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).

\_\_\_\_\_. “Ordem e progresso”. In: SANTIAGO, Silviano (Org.). **Intérpretes do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 3. p. 29-898. (Biblioteca luso-brasileira; série brasileira).

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 14ª ed. São Paulo: Global, 2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2).

\_\_\_\_\_. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Trad.: Waldemar Valente. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. Trad.: Sieni Maria Campos & Yolanda Steidel de Toledo. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. **Teoria crítica: uma documentação**. Trad.: Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Estudos; 77).

KUJALSKI, Gilberto de Mello. 2ª ed. **A crise do século XX**. São Paulo: Ática, 1991. (Série temas; 7).

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976. (Ensaaios; 20).

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. Trad.: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: duas Cidades; Ed. 34, 2000. (Coleção espírito crítico).



\_\_\_\_\_. **Ensaaios sôbre literatura.** Trad.: Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Realismo crítico hoje.** Trad.: Erminio Rodrigues. Brasília: Coordenada-Editôra de Brasília LTDA, 1969.

\_\_\_\_\_. **Sociologia.** Org.: José Paulo Netto. Trad.: José Paulo Netto & Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ática, 1981. (Grandes cientistas sociais; 20).

MACHADO, Lia Zanotta. Família e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. In: **Interface – comunicação, saúde, educação.** Botucatu, v. 5, n. 8, fev. 2001. p. 11-26.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira.** São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1977-78. v. 5 (1897-1914).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** 25ª ed. Trad.: Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v.1.

\_\_\_\_\_; ENGELS. **Manifesto Comunista.** Trad.: Álvaro Pina & Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels).

\_\_\_\_\_. **Sobre literatura e arte.** 4ª ed. Trad.: Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1986.

MEYER, Augusto. **Machado de Assis (1935-1958).** 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; ABL, 2008.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **História da literatura brasileira: prosa de ficção (1870-1920).** 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (Coleção documentos brasileiro; 63).

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral.** Trad.: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOVAIS, Fernando A. (Org.). **História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque a era do rádio.** São Paulo: Companhia das letras, 1998. (História da vida privada; 3).

OAKLEY, R. J. **Lima Barreto e o destino da literatura.** São Paulo: UNESP, 2011.

OLIVEIRA, Irenísia Torres de. Pensando as críticas de Lima Barreto a Machado de Assis. In: **Revista da Anpoll.** Brasília, v. 1, n. 24, jan./jul. 2008. p. 158- 176.

\_\_\_\_\_. Realismo e sátira nas Recordações do Escrivão Isaías Caminha. In: **Literatura e sociedade.** São Paulo, Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada (DTLLC), n. 1, 1996, p. 80-99.

\_\_\_\_\_. **Uma escrita em chão cediço Lima Barreto: um desafio para o presente.** 2003. 194f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

\_\_\_\_\_. Uma Palha na Cidade. In: **Revista de letras**. Curitiba, Editora UFPR, n. 64, set/dez. 2004. p. 77-89.

\_\_\_\_\_; SIMON, Iumna Maria (Org.). **Modernidade e tradição na literatura brasileira: diversidades regionais**. São Paulo: Nankin, 2010.

ORTEGA Y GASSET, José. **A Rebelião das massas**. Trad.: Herrera Filho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livro Íbero-Americano, 1971.

\_\_\_\_\_. **História como sistema. Mirabeau ou o político**. Trad.: Juan. A. Gili & Elizabeth Hanna Cortes Costa. Brasília: Editora Universidade Brasília, 1982.

PEIXOTO, Afrânio. **Bugrinha**. Rio de Janeiro: Ediouro, /s.d/. (Coleção prestígio).

PERROT, Michelle; MARTIN-FUGIER, Anne. “Os atores”. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Trad.: Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4. p. 89-304.

PINTO, Luís de Aguiar Costa. **Lutas de famílias no Brasil: introdução ao seu estudo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional; INL, 1980. (Brasiliana; 263).

PONTES, Deysiane Farias. **A tradição intelectual do romance Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá, de Lima Barreto**. 2009. 112f. Dissertação (Mestrado em Letras). Departamento de Literatura, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Tudo é história; 71).

SANTIAGO, Silviano. “Fechado para balanço (Sessenta anos de modernismo)”. In: **Nas malhas da letra: ensaios**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. p. 85-107.

\_\_\_\_\_. “Uma ferroada no peito do pé”. In: **Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 163-181. (Coleção literatura e teoria literária; 44).

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2008. (Coleção espírito crítico).

\_\_\_\_\_. **Dois meninas**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. “Nacional por subtração”. In: **Que horas são?:** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 29-48.

\_\_\_\_\_. **Um mestre na periferia do capitalismo.** 4ª ed. São Paulo. Duas Cidades; Ed. 34, 2008-a. (Coleção espírito crítico).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **As barbas do Imperador:** D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira et al. (Org.). **República, liberalismo, cidadania.** Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

SOARES, José Wellington Dias. **Lima Barreto:** entre a ficção e a história. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Grafia, 2002. (Memória brasileira; 6).

VASCONCELLOS, Eliane. **Entre a agulha e a linha:** a mulher na obra de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1994.